Revista Brasileira

Fase VII ❧ Outubro-Novembro-Dezembro 2004 ❧ Ano XI ❧ Nº 41

Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

Machado de Assis

ACADEMIA BRASILEIRA
DE LETRAS 2004

Diretoria

Presidente: *Ivan Junqueira*
Secretário-Geral: *Evanildo Bechara*
Primeira-Secretária: *Ana Maria Machado*
Segundo-Secretário: *Marcos Vinicius Vilaça*
Diretor-Tesoureiro: *Cícero Sandroni*

Membros efetivos

Affonso Arinos de Mello Franco, Alberto da Costa e Silva, Alberto Venancio Filho, Alfredo Bosi, Ana Maria Machado, Antonio Carlos Secchin, Antonio Olinto, Ariano Suassuna, Arnaldo Niskier, Candido Mendes de Almeida, Carlos Heitor Cony, Carlos Nejar, Celso Furtado, Cícero Sandroni, Eduardo Portella, Evanildo Cavalcante Bechara, Evaristo de Moraes Filho, Pe. Fernando Bastos de Ávila, Ivan Junqueira, Ivo Pitanguy, João de Scantimburgo, João Ubaldo Ribeiro, José Murilo de Carvalho, José Sarney, Josué Montello, Lêdo Ivo, Lygia Fagundes Telles, Marco Maciel, Marcos Vinicios Vilaça, Miguel Reale, Moacyr Scliar, Murilo Melo Filho, Nélida Piñon, Oscar Dias Corrêa, Paulo Coelho, Sábato Magaldi, Sergio Corrêa da Costa, Sergio Paulo Rouanet, Tarcísio Padilha, Zélia Gattai.

REVISTA BRASILEIRA

Diretor

João de Scantimburgo

Conselho editorial

Miguel Reale, Carlos Nejar,
Arnaldo Niskier, Oscar Dias Corrêa

Produção editorial e Revisão

Nair Dametto

Assistente editorial

Monique Cordeiro Figueiredo Mendes

Projeto gráfico

Victor Burton

Editoração eletrônica

Estúdio Castellani

Academia Brasileira de Letras
Av. Presidente Wilson, 203 – 4º andar
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021
Telefones: Geral: (0xx21) 3974-2500
Setor de Publicações: (0xx21) 3974-2525
Fax: (0xx21) 2220.6695
E-mail: publicacoes@academia.org.br
site: http://www.academia.org.br

As colaborações são solicitadas.

Sumário

Editorial
JOÃO DE SCANTIMBURGO Questão social, caso de polícia? 5

PROSA

MIGUEL REALE Teoria do ser e perspectiva 11
ALBERTO VENANCIO FILHO Notas sobre Maquiavel e o Brasil 17
ALFREDO BOSI O teatro político nas crônicas de Machado de Assis 37
ALBERTO DA COSTA E SILVA Gilberto Freyre na Ilha dos Amores 77
CÉLIO DEBES Washington Luís e a questão social 89
JOSÉ RENATO NALINI Os três eixos da Reforma do Judiciário 109
SÂNZIO DE AZEVEDO Da Costa e Silva e o sincretismo 121
LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO Portella e a poética da reconstrução . . 149
LUIZ CARLOS LISBOA Além do império americano, o império dos sentidos . . . 157
ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ Relembrando Euclides 161
FRANCISCO MARINS O curandeiro dos olhos em gaze (conto) 167
BENEDICTO FERRI DE BARROS Sobre a poesia 183
MARCO LUCCHESI Cartografia do imaginário 203
ADELTO GONÇALVES Narciso de Andrade, o poeta do vento e das maresias 207

POESIA

TASSO DA SILVEIRA Poemas de um poeta esquecido 227
MARIA LÚCIA MARTINS A condição de Pégaso / Garças 239

GUARDADOS DA MEMÓRIA

NORBERTO BOBBIO A democracia em questão 245

Questão social, caso de polícia?

João de Scantimburgo

Nos círculos intelectuais e na classe política, quase que em geral, não há quem não se lembre de Washington Luís, presidente de São Paulo, que teria dito, numa reunião no Palácio do Governo, no início da década de 1920: "A Questão Social é um caso de polícia." O austero presidente do Estado e, mais tarde, o último presidente da República no fim de uma era – a do PRP –, que se exilou durante todo o governo Getúlio Vargas, no Estado Novo, sempre negou a autoria da frase.

Entrevistei-o quando ele regressou do exílio, depois da queda de Getúlio Vargas, banido do governo em 29 de outubro de 1945. Evidentemente, falamos sobre vários assuntos, fiz-lhe várias perguntas, e, no final do nosso encontro, perguntei pela autoria da frase fatídica, cujo peso foi enorme na sua carreira de homem público, de estilo perrepista, isto é, impoluto e íntegro. Respondeu-me que nunca a proferira, e quem era o seu autor. Ninguém mais do que o grande poeta paulista Amadeu Amaral,

então redator de *O Estado de S. Paulo*, membro da Academia Brasileira de Letras e autor de vários livros, entre outros um clássico, *O dialeto caipira*, que deve ter servido a Guimarães Rosa na elaboração de seus grandes romances, principalmente o *Grande sertão: veredas*. Não prossigo na revelação. Deixo-a para o colaborador Célio Debes, autor de um notável ensaio publicado neste número, com o título de "Washington Luís e a Questão Social". Especialista na história do Presidente Campos Sales e no funcionamento do PRP, avocou, também, a especialização na carreira política de Washington Luís, sobre o qual já publicou dois volumes e está para publicar o terceiro e último volume. É deste que o autor tirou os dados para informar os estudiosos dos assuntos políticos brasileiros e os jornalistas apressados que nunca procuraram saber quem foi o verdadeiro autor da frase. Trazemos para as páginas da *REVISTA BRASILEIRA* um dos mistérios da política republicana e um dos pesos carregados a vida inteira pelo Presidente Washington Luís. Amadeu Amaral lançou a frase numa campanha pela deputação de uma das dissidências do PRP no início da década de 20. Ela circulou pela imprensa, sobretudo pelo *O Estado de S. Paulo*, e o autor deu-se por satisfeito, embora tivesse sido castigado, não conseguindo a cadeira de deputado.

Chamo a atenção dos leitores para o ensaio filosófico "Teoria do ser e perspectiva", de autoria do professor e acadêmico Miguel Reale. O ilustre professor de Filosofia do Direito, hoje aposentado, com seus 93 anos de extrema lucidez, mergulha num dos problemas mais fascinantes e mais difíceis da filosofia, desde os pré-socráticos aos nossos dias. Os grandes pensadores, os que fecundaram a civilização e mudaram a sua direção na História, debateram esse problema, que se tornou tema constante de estudos e debates. O artigo do professor Reale deve merecer ampliação, mais do que a publicação nesta *REVISTA*, por sua densidade e seu profundo conhecimento do tema do Ser. Escrito numa linguagem ao mesmo tempo altamente técnica, leve e agradável para a sua compreeensão, esse ensaio do Professor Miguel Reale é um trabalho que contribuirá para aclarar dúvidas dos estudiosos da filosofia e do problema do Ser e suas perspectivas.

O Acadêmico Alberto Venancio Filho, por intermédio do ensaio "Notas sobre Maquiavel e o Brasil", retirou do ostracismo e do esquecimento o livro de Octavio de Faria, publicado em 1931. Mostra o autor do ensaio acolhido pela *REVISTA BRASILEIRA* a importância da leitura de Maquiavel e a sua relação com o Brasil. Estudo bem oportuno para o momento atual, com um novo partido político, compacto e estreante na administração e no governo da nação, é dos que merecem, depois da leitura com anotações paralelas, ser arquivado para consulta.

Finalmente, para não me alongar neste editorial, informo os leitores que acolhi o trabalho de José Renato Nalini, sobre ao três eixos da Reforma do Judiciário, dada a sua oportunidade, quando se discute em toda a nação, de norte a sul, a estrutura da Justiça, seus valores e defeitos, e como é praticada no Brasil. Trabalho de autor com a responsabilidade de ser o presidente do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, junta-se a outros já publicados e os que hão de sê-lo, a fim de contribuir para a reformulação da Justiça, para que esta, sem redundância, seja mais justa do que já é. Este, em síntese, o editorial do número 41 da *REVISTA BRASILEIRA*, através da qual a Academia Brasileira de Letras oferece à reflexão e ao interesse dos brasileiros, em geral, o alto pensamento de figuras marcantes da intelectualidade brasileira. E como estamos no fim de mais um ano, vão as últimas considerações sobre o rolar do tempo.

O curso dos anos

Mais um ano se vai, desaparecendo na voragem do tempo, a única força a que ninguém resiste, a qual não há quem domine. Mais um ano chega, semelhante cronologicamente a outros que ficaram no passado, mas psicológica, sociológica e moralmente carregado de diferenças, se não nos fizer companhia a esperança, esta virtude que atenua os desconcertos da vida.

Ao entrarmos no Ano Novo, é com essa companheira, vestida de verde, a cor com que ela se impôs aos povos, aos que ainda não a conheceram e aos que já a perderam de vista e de contato. Os povos sempre tiveram esperança, inclu-

sive os povos dominados por tiranias implacáveis, como as que macularam de sangue e lodo algumas décadas de anos passados, até à queda do Muro de Berlim, ou até ao assassínio de Mussolini e ao suicídio de Hitler, três encarnações de Satanás, que mantiveram o medo como uma das condições quotidianas de nossa vida na face da terra.

Felizmente, uma parcela considerável da humanidade está saudando o Novo Ano com euforia, direi mesmo, com entusiasmo. São os que crêem em Deus e esperam que o Todo-Poderoso assista a esta pobre humanidade, que tanto tem sofrido numa civilização em agonia, sem embargo das fantásticas criações, descobrimentos e invenções da ciência. O ser humano caminha, por isso mesmo, embora nem sempre se dê conta de que o faz, no fio da navalha, sem saber se cairá nos abismos do nada, da perdição, das desilusões. Ou se tombará, amparado por forças invisíveis, do outro lado, onde possa gozar da paz e tranqüilidade que as famílias necessitam para se ampararem nos seus múltiplos deveres para com os que dela dependem, durante longo período de tempo.

O que importa é que um ano passou, mas importa, igualmente, ter-se em conta de que não somos infalíveis. Que o acaso sobrepõe-se à necessidade, que a única lei da História é, como sempre foi, o acaso, e que, por isso, devemos nos precatar contra os imprevistos que fazem a História mover-se, dando-nos sempre a idéia de que o mistério do mundo é o de não podermos contar com o nosso futuro, senão preparando-o para não ser de malogros, como tem ocorrido para a maioria dos povos. Como cantou o poeta, na sua intuição soberba:

Mundo mundo vasto mundo
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima, não seria uma solução.
Mundo mundo vasto mundo,
mais vasto é meu coração.

Estamos todos procurando sempre uma rima, no outro sexo, numa roda de jogo, que alimenta esperanças; estamos, enfim, nessa corrida atrás de abstra-

ções, de mistérios, de sonhos, de ilusões, sem que saibamos se chegaremos a ter, ao menos, um pouco do que desejamos e por que tanto lutamos, não raro até à exaustão.

Começa, por isso, um Novo Ano carregado de esperança, e com os votos que trocamos com os amigos, todos sinceros, com exceção dos simbólicos ou dos rotineiros, sem ligação com a condição humana. São os votos da esperança, das conjunturas satisfatórias. É esse o Novo Ano que desejamos para quantos me lêem, para todos os meus amigos, para todos os povos, para a Terra, que tanto necessita de paz, de compreensão entre os povos, em suma, para a civilização, que agoniza na beira do penhasco da perdição, para que ela se salve e, com ela, todos os habitantes da Terra.

Aos colaboradores

Solicitamos aos nossos colaboradores que não ultrapassem quinze (15) páginas. Obedecemos a um plano na edição da Revista, e artigos muito longos criam problemas para segui-lo.

Artigos enviados espontaneamente poderão ou não ser publicados. Os originais não serão devolvidos.

A França no Brasil

Paulo Napoleão Nogueira da Silva

Conta-se que o rei-menino Luís XIII teve um sonho, por ele relatado aos seus próximos e por estes passado à História, em que viu um estabelecimento francês no Novo Mundo. Tal sonho, se verdadeiro ou não – há indícios nos dois sentidos – acabou resultando na vinda de uma expedição francesa ao Maranhão, e na fundação de sua capital, São Luís – em homenagem a Luís IX – cidade de memória profundamente marcada por essa origem. Era a imagem da França Equinocial.

A presença francesa no Maranhão não foi menos importante do que no Rio de Janeiro: ao contrário, foi mais profícua, tanto que deixou rastros e legado presentes: São Luís é atestado disso na sua própria arquitetura (cf. General Carlos Studart Filho, *Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará*), a despeito da notável azulejaria portuguesa, e em algumas tradições que, para boa parte dos seus atuais habitantes, se perderam no tempo.

Com efeito, expulsos que foram da Guanabara em 1567, e logo depois de Cabo Frio, os gauleses continuaram a usar de sua influên-

Doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP, membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto de Geografia e de História Militar do Brasil.

Jean-Baptiste Debret (Paris, 1768-1848)
Retrato de D. João VI, 1817. Óleo sobre tela 60 *x* 42 cm
Coleção Museu Nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro – RJ.

cia junto aos índios do litoral para se estabelecerem em terras brasileiras. Charles de Vaux e Jacques Riffault – deste último falar-se-á adiante – saídos do porto de Brest chegaram à "ilha" do Maranhão, contando desde logo com a aliança dos tupinambás. Depois, Charles de Vaux retornou à França, logrando o apoio de Henrique IV às suas empreitadas: o rei francês nomeou Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière, para examinar *in loco* as possibilidades de fundar uma colônia francesa.

Henrique IV já havia sido assassinado por um fanático protestante, quando la Ravardière voltou à França para dar conta de sua missão; conseguiu o apoio da rainha-regente Maria de Médicis para continuar a colonização. Esta, inclusive, honrou a empresa com a doação de uma magnífica bandeira, na qual, além das armas da França, havia o emblema de um navio tendo ao leme a própria efígie da rainha e o dístico *Tanti dux femina facti* (Uma mulher guiando um feito tão grande). Os argumentos de la Ravardière prosperaram.

Em 1612, Daniel de la Touche, associado a Nicolau de Harley (senhor de Sancy e barão de Molle e de Gros Bois) e François de Rasilly, levantou ferros da Bretanha com sua armada composta de três navios, com 500 aventureiros – quase todos recrutados na melhor nobreza francesa – e quatro frades capuchinhos, os franciscanos Arsênio de Paris, Ambrósio de Amiens, Cláudio de Abbeville e Ivo d'Evreux. A presença desses religiosos atendia à pretensão do senhor de Rasilly, no sentido de que fossem convertidos ao catolicismo os povos da nova terra, o que descarta o aspecto meramente comercial da empreitada.

Depois de alguns contratempos, chegaram à "ilha" do Maranhão, nela levantaram um forte que teve o nome de São Luís, construíram casas, convento franciscano e armazéns. A colônia cresceu e progrediu rapidamente, com usinas e canaviais, além da extração e comércio do "pau-brasil".

Apesar de tudo isso, a partir da ordem do Governador Geral português Gaspar de Sousa, a fim de que os franceses fossem expulsos, inúmeros combates tiveram lugar até 27 de novembro de 1614, quando La Ravardière concordou em assinar uma trégua, e em 3 de novembro de 1615, decidiu-se a entregar todas as fortificações, retirando-se para as Guianas.

Igualmente, não foi menos importante a presença francesa no Rio Grande do Norte. Como assinalou Luís da Câmara Cascudo (cf. *História do Rio Grande do Norte*), depois da reconquista da Paraíba pelos portugueses, aquele passou a ser o centro emanador das incursões dos "intrusos", qualificativo dado aos franceses pelo Governo Geral. Jacques Riffault, aventureiro para todas as empreitadas, traficante de tudo que pudesse ser traficado, escondia bem guardada sua nau – a *Nau do Refoles*, no linguajar local de então, o que mais tarde daria nome a uma base naval – no rio Potengi. Aliados aos potiguares e suas montanhas de arcos e flechas, os franceses não tiveram dúvida em lançar ataques a Cabedelo: entre 15 e 18 de agosto de 1597, nada menos que 13 navios, com suporte em outras 20 naus, atacaram a cidade e desembarcaram tropas. Riffault estava no centro de tudo isso, organizando, animando a empreitada.

Amigos e quase familiares dos gentios, os franceses respeitavam e protegiam a vida selvagem, não impunham costumes, não queriam fundar uma cidade – neste aspecto, inferiores aos do Maranhão – nem impor qualquer disciplina: eram apenas comerciantes do "pau-brasil" e de búzios. Finalmente, depois de longas e sangrentas refregas, os portugueses mandados por D. Francisco de Sousa, sétimo governador geral do Brasil, com apoio na Armada comandada por Mascarenhas Homem, venceram os "intrusos" e seus aliados potiguares e de outras tribos. Entretanto, como no Maranhão, também no Rio Grande do Norte e na Paraíba os franceses deixaram marcas que podem ser verificadas até os dias atuais.

Fato curioso foi a atuação do chefe (tuixaua) potiguar, homem extremamente cioso do seu título e posição, cujo nome era Surupiba, preso durante as refregas. Durante um jantar, vendo o Almirante Mascarenhas Homem ser servido por criados e com toalhados brancos vindos da Bretanha, exigiu tratamento idêntico – apesar de prisioneiro – em virtude de ser um chefe entre os seus. Mascarenhas Homem acedeu à exigência, deu-lhe presentes e libertou-o, com o intuito de cooptá-lo; o tuixaua, porém, continuou incentivando os potiguares contra os portugueses.

De qualquer modo, o Governador Geral D. Francisco de Sousa logrou seu intento e cumpriu as cartas régias de 9 de novembro de 1596 e 15 de março de 1597, expedidas pelo rei de Espanha e de Portugal: os franceses acabaram se retirando. À distância de setecentos metros da barra do Potengi, construiu-se o Forte dos Reis Magos – Forte dos Reis, como o chamou Frei Vicente do Salvador, na sua clássica e pioneira *História do Brasil* – para evitar novas incursões dos "intrusos". Desse forte, que foi à época o limite extremo da dominação portuguesa no Norte do Brasil, surgiu o alicerce do que viria a ser futuramente a província.

Apesar de tudo, em geral, a memória histórica da presença francesa no Brasil está ligada à "França Antártica", o estabelecimento colonizador tentado no Rio de Janeiro. Os nomes dos franceses que vieram ao Maranhão e fundaram São Luís não têm a mesma repercussão que os de Düguay-Trouain, de Jean de Léry, do Almirante Gaspar de Coligny – assassinado em Paris na famosa "noite de São Bartolomeu", produto da guerra entre católicos e protestantes ao tempo de Henrique II e sua mãe Catarina de Médicis – e, muito menos, que o de Nicolau Durand de Villegaignon; este, inclusive, deu nome à ilha onde se situava a sede do estabelecimento, e onde hoje está instalada a Escola Naval.

Além disso, na França Antártica ocorreu a quase lendária "Confederação dos Tamoios", tribos dessa etnia indígena – em parte carioca e em parte fluminense, dir-se-ia hoje – que se uniram aos franceses contra a resistência portuguesa, e que foi extinta nessas refregas. Extinção, aliás, imortalizada no quadro *O último dos Tamoios*.

Presumivelmente, a Confederação foi criada entre 1554 e 1555. Seus principais chefes foram Aimberê, Cunhambebe, Araraí, Coaquira, Jagoanharo, Parabuçu, além de outros guerreiros. Houve marchas e contramarchas nas relações dos tamoios com portugueses e franceses, mas de modo geral seu apoio era para estes últimos, que tinham relacionamento de igual para igual com os indígenas, enquanto os portugueses tratavam-nos como semi-escravos. Finalmente, o Padre José de Anchieta convenceu Estácio de Sá a esmagar os tamoios, o que ocorreu, mas o próprio fundador da cidade do Rio de Janeiro

morreria nessas refregas, por conta de um flecha envenenada, e nelas também morreria Aimberê.

Na verdade, os tamoios haviam feito entre si um pacto de morte, até o último homem: apesar de algumas vitórias e das muitas derrotas, jamais se renderiam aos portugueses. Aimberê fizera um balanço da situação, e concluíra pela derrota inevitável: a esquadra de Mem de Sá, que chegou à Guanabara em 18 de janeiro de 1567, incluía três galeões, mais dois navios de guerra bem armados, seis caravelões e diversos outros navios, uma força militar a que os índios e os franceses não poderiam resistir.

Antes de todos esses fatos, o chefe tamoio chamara em primeiro lugar os franceses, agradecendo a colaboração e amizade que haviam dispensado à sua gente; considerando natural que quisessem salvar suas vidas, ofereceu-lhes um barco para que pudessem ir ter com os portugueses e negociar sua volta à França. Nessa reunião, seu genro Ernesto respondeu que ninguém mais se considerava francês ou português, eram todos tamoios e estavam dispostos a morrer.

Após isso, Aimberê convocou uma grande assembléia tribal na ocara de Uruçumirim, capital da Confederação que incluía índios de Piratininga (São Paulo), do atual Espírito Santo e Minas Gerais. Tornou a mostrar que a derrota era inevitável, mas todos podiam adotar a posição que quisessem; quanto a ele, não arredaria pé. Todos os presentes, em uníssono, aclamaram seu nome. Foi, talvez, o primeiro grito de nacionalismo autóctone surgido no Brasil.

O resultado desse drama é da História. Morreram todos no dia de São Sebastião. Morreram Pindobuçu e seu filho Parabuçu, morreu Ernesto, ao lado deste sucumbiu sua mulher Potira. Morreram Aimberê e Iguaçu. Do lado português também morreram muitos bravos combatentes. A nação dos tamoios extinguiu-se até o último homem. Na atualidade ainda é possível encontrar-se-lhe resquícios, um ou outro descendente das mulheres tamoias que não estiveram presentes ao massacre. Expulsos do Rio de Janeiro, ao invés de voltarem para seu país os franceses foram para o Rio Grande do Norte, Paraíba e o Maranhão, do que já se fez referência.

A França Antártica no Rio de Janeiro, porém, merece outros apontamentos. Jean de Léry, no seu antológico *Viagem à Terra do Brasil*, no qual pensa que a baía da Guanabara é o estuário de um rio, faz o relato da recepção por Villegaignon à sua chegada, no qual já se pode perceber sua intolerância huguenote, em contrário ao posicionamento que hoje dir-se-ia ecumênico do compatriota que o recebia. Na verdade, as referências de Villegaignon à "religião reformada" nunca chegaram a significar sua adesão ao luteranismo ou ao calvinismo, mas somente à reforma da Igreja de Roma, tanto que ao regressar à Europa foi nomeado embaixador da catolicíssima Ordem de Malta na corte francesa. Apesar disso, no entanto, o próprio Léry afirmou nunca ter ouvido alguém pregar melhor a reforma da religião.

O que aflora de tudo isso parece ser a política seguida por Villegaignon em relação ao tema religioso e aos seus patrícios no Rio de Janeiro – "uma no cravo, outra na ferradura" – inclusive encarregando Nicolau Carmeau, que partia no navio *Rosée*, de dizer verbalmente a Calvino que iria mandar gravar em cobre os seus conselhos.

À sua moda, porém, o vice-rei da França Antártica era religiosamente rigoroso, e por isso teve grandes problemas com os 600 homens que vieram em sua expedição: na sua maioria jovens, e após vários meses de travessia oceânica, ávidos de sexo lançaram-se às índias, que aderiam prazerosamente e, diga-se, com a maior complacência dos pais e maridos.

Entretanto, a sobriedade religiosa de Villegaignon não lhe permitia aceitar tal prática: exigiu o casamento cristão entre os parceiros, o que causou mal-estar, até porque nenhum francês pretendia ficar definitivamente no Brasil, e quando regressassem à Europa não iriam levar as mulheres índias e os filhos mestiços. De notar, o problema da moral religiosa era de tal monta, àquela época, que nessa exigência de casamento o vice-rei teve o apoio tanto dos católicos como dos protestantes. O resultado foi que seus homens começaram a desertar para as florestas, onde podiam viver livremente com as índias, e aos poucos foram se ajustando aos seus modos de vida. Chegou um momento em que não havia mais que oitenta defensores no Forte de Coligny.

Outro problema de cunho religioso foi a antropofagia: os indígenas devoravam os inimigos mortos ou aprisionados. Embora Villegaignon e Cunhambebe tivessem excelentes relações, houve entre os dois acaloradas altercações a respeito, o que afastou ponderável número dos nativos que davam apoio à França Antártica.

De qualquer modo, as queixas de Jean de Léry a Villegaignon são muitas, a começar pela descrição de seu primeiro dia na "França Antártica": jantar consistente em farinha de raízes, e peixe moqueado "à moda dos selvagens", água de uma calha que recolhia a chuva, tão esverdeada e suja como a de um charco de rãs. E como sobremesa, a ordem para carregarem pedras e terra, destinadas à construção do Forte de Coligny.

Com bastante certeza, tais queixas procediam, embora assistisse plena justificativa às determinações de Villegaignon diante da realidade em que viviam todos, mas o fanatismo religioso de Léry sobrepunha-se às justificativas: este jamais perdoou ter ouvido aquele dizer a um dos seus auxiliares: "deixa divagar essa gente de Genebra!". E mais, Léry acusou a "teologia de Villegaignon" em relação às imagens sacras, que tinha por base o "Deus criou o homem à sua imagem, convém ter imagens". Ao final desse diálogo de surdos, Villegaignon determinou que Léry e os seus saíssem da ilha e fossem para o continente, de onde retornaram à França.

Como muito bem observado por Vasco Mariz e Lucien Provençal, em *Os Franceses no Rio de Janeiro*, o vice-rei não teve flexibilidade ou visão política e estratégica para aquilatar que sua empreitada era muito superior às questões de sexo e de antropofagia, até porque, neste último caso, os franceses e os índios não eram inimigos.

É possível concluir que a principal causa de insucesso da "França Antártica" tenha sido resultado das barreiras e da intolerância religiosa que então imperavam, embora de modo geral os portugueses sempre houvessem guardado melhores meios militares para manter a possessão. Apesar de tudo, os franceses realizaram diversos feitos de colonização, inclusive a construção de Henriville – embrião de cidade onde atualmente se situa a praia do Flamengo, entre

o morro da Glória e o rio Carioca – além de diversos cultivos de hortaliças, cereais, frutas, e outros. O Forte de Coligny foi finalmente abandonado, à época, na ilha de Seregipe, distante menos um quilômetro do continente – hoje, não são mais do que 50 metros, graças aos aterros, onde se situa a Escola Naval – e também entrou definitivamente na memória histórica do Brasil.

Com certeza, tal como no Maranhão e no Rio Grande do Norte, a França Antártica deixou seus rastros históricos e culturais, que se prolongaram até o fim do Império, e não só pela influência cultural francesa em todo o mundo – França como centro irradiador de cultura – mas por um patrimônio atávico vindo desde os primórdios da formação brasileira. Desnecessário seria lembrar, aliás: em que pese a massificadora atuação midiática da cultura norte-americana, boa parte da cultura brasileira continua associada à francesa.

De notar, os vínculos do Brasil com a França sempre foram tão estreitos quanto possível, nos primórdios, ao ponto de índios brasileiros serem apresentados a mais de um rei francês. E não se deve esquecer o primeiro casal católico brasileiro, homenageado por Dom Pedro I quando de sua coroação, outorgando ao seu descendente de então o título de Barão da Torre de Garcia d'Ávila. O português Garcia d'Ávila naufragara na costa da Bahia, e fora acolhido pelo cacique local, que lhe deu em casamento sua filha Paraguaçu; mais tarde, ambos foram à França, e Paraguaçu foi batizada em Saint-Malo com o nome de Catherine du Brésil. Depois, retornaram à Bahia, e de sua união nasceram a Casa da Torre e o castelo da Torre de Garcia d'Ávila, cujas terras chegaram a incluir 800.000 km^2, englobando a maior parte do Nordeste e chegando até ao Piauí.

Assim, tais vínculos sempre foram bastante sólidos, e desse modo continuaram até hoje: no século XX, filósofos como Lévi-Strauss e Derrida, dentre outros, encontraram asilo no Brasil, e foram admitidos a lecionar na Universidade de São Paulo; os grandes estilistas franceses mantêm estabeleci-

mentos, sobretudo em São Paulo, e vice-versa quanto a estilistas brasileiros em relação a Paris.

É claro, como já visto, à época da França Antártica a barreira religiosa era intransponível entre católicos e huguenotes: Villegaignon era católico – quando voltou à França foi se justificar das acusações dos protestantes – e Jean de Léry era protestante. Por isso a obra deste último soa hoje como uma verdadeira desconstrução do primeiro. Mas, considerada essa circunstância, é certo que Villegaignon foi o ícone da tentativa francesa de colonização do Rio de Janeiro, e a partir deste para outras paragens no País.

Afinal, o vice-rei francês foi um visionário, na sua proposta de estabelecimento da França Antártica ao rei Henrique II? Foi um vilão? Ou foi um devotado religioso e combatente dos valores franceses e civilizatórios? Ninguém é perfeito, mas tudo faz crer que estes dois últimos adjetivos lhe caíam com melhor exação. Os nativos o aceitavam sem restrições, a Confederação dos Tamoios lutou até o último homem pelos franceses, e seu prestígio em Portugal era tão grande que, mesmo quando só dispunha de oitenta defensores, os portugueses se eximiram de atacá-lo. Retornado à França e cuidando de justificar suas posições religiosas, não recebeu do rei qualquer exigência de explicação sobre aspectos de natureza política ou militar quanto à sua atuação no Rio de Janeiro.

Nicolas Durand de Villegaignon nasceu em 1510, em Provins. Conforme observação do General Augusto Tasso Fragoso (*Os Franceses no Rio de Janeiro*), era aplicado ao estudo, e adquiriu conhecimentos extensos e variados em quase todos os quadrantes do saber humano. Foi armado Cavaleiro em 1531. Em 1541, participou da expedição de Carlos V em Argel. De 1542 a 1544, lutou contra os turcos na Hungria. Em 1548, comandou o navio que levava de Dunquerque para Brest a ex-rainha de França Maria Stuart, já então rainha da Escócia. Voltou a combater os turcos na ilha de Malta, em 1551. Em todas as campanhas das quais participou distinguiu-se pela bravura, e por isso, apesar do seu gênio difícil, era benquisto e prestigiado pelos seus chefes. Chegou a ser nomeado Vice-Almirante da Bretanha pelo rei Henrique II.

Foi com o apoio do Almirante Coligny que levou a termo seu projeto da França Antártica. Quando retornou, também tinha o intento de armar uma nova esquadra, para acabar com as fortificações e o domínio português no Brasil, mas as guerras religiosas na França obstaram as possibilidades dessa empresa. A par de suas qualidades como militar, legou aos pósteros um excelente relato sobre a campanha de Carlos V em Argel, além de muitos folhetins sobre suas divergências teológicas com Calvino. Morreu em Beauvais, a 9 de janeiro de 1571.

A Marinha de Guerra do Brasil erigiu-lhe um monumento na sua cidade natal de Provins, em 1 de agosto de 2000. Seria preciso mais, após quase cinco séculos, para entender o que foram a França Antártica e a figura de Villegaignon? Villegaignon foi um precursor, um homem culto e denodado, que sonhava longe, mas, ao que tudo faz crer, não havia possibilidade de sua França Antártica se expandir.

Até hoje, porém, eruditos e outros elucubram sobre como seria o Brasil se os holandeses houvessem prosperado na sua possessão do Nordeste, com um príncipe esclarecido como João Maurício de Nassau. Ao que tudo faz crer, seria um Brasil dividido, embora a influência flamenga também esteja presente e na atualidade ainda nasçam nordestinos de olhos azuis e cabelos louros.

E o que seria o Brasil, então, se os franceses houvessem conseguido fincar um pé definitivo no Rio de Janeiro e adjacências? Possivelmente, seria igualmente um país dividido. Na verdade, só os portugueses tiveram o intuito de açambarcar o território total previsto nas disposições do Tratado de Tordesilhas, e mais tarde alargado até às fronteiras atuais. Por isso, puderam legar às gerações presentes um país territorialmente íntegro, com um idioma único.

João Cointha, um heterodoxo na França Antártica

Paulo Roberto Pereira

I – Introdução

Quando se analisa a trajetória de uma personagem que viveu na Europa no alvorecer do Renascimento, tem-se de levar em conta que naquela época todos os atos da vida humana, públicos e privados, como nascer, comer, trabalhar, casar, morrer, eram regidos pelo cristianismo, ou nas palavras de Lucien Febvre:

> "A Igreja se imiscui em tudo, ou, mais precisamente, acha-se imiscuída em tudo," "estabelecida em pleno coração da vida dos homens, de sua vida sentimental, de sua vida profissional, de sua vida estética, se é que se pode empregar tal palavra: de tudo o que os ultrapassa e de tudo o que os une, de suas grandes paixões, de seus pequenos interesses, de suas esperanças e de suas fantasias... Tudo isto confirma, uma vez mais, o domínio insidioso e total da religião sobre os homens."[1]

Paulo Roberto Pereira. Doutor em Letras pela UFRJ. Professor de Literatura Brasileira na UFF. Publicou, entre outros, *Brasiliana da Biblioteca Nacional/Guia das Fontes sobre o Brasil*; *Carta de Caminha: a Notícia do Achamento do Brasil* e *Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil*.

[1] FEBVRE, Lucien. O problema da descrença no século XVI. In: *História*. Org. Carlos Guilherme Mota. São Paulo: Ática, 1992, pp. 49 e 51.

Daí a profunda divergência religiosa que agitava as entranhas do cristianismo, por influência das correntes lideradas por Inácio de Loyola, Martinho Lutero, João Calvino, sob o estímulo da militância espiritual de Erasmo, conforme se pode depreender das lições de Marcel Bataillon.[2] Na Península Ibérica esse ambiente religioso adquiriu, devido ao passado de guerra de conquista do território contra os mouros e pela adesão à Contra-Reforma, uma tendência extremada:

> "Não é demasiado insistir em que, na Espanha unida e em Portugal, a religião era o fundamento da nacionalidade. Pela religião os povos da Península tinham conquistado, palmo a palmo, aos sarracenos, uma pátria. Pela religião, ao menos com tal pretexto, os portugueses tinham encetado a empresa de África, que os ia levar à descoberta do Oriente maravilhoso."[3]

O Brasil quinhentista não ficou imune aos embates religiosos do tempo. Eles se refletiam nos pequenos núcleos de povoamentos das capitanias, através do confronto de idéias, confirmados pelos relatos de viajantes, aventureiros e correspondência dos principais soldados de Cristo; o que demonstra como a Terra Brasilis, já no primeiro século de sua colonização, se integrava na efervescência cultural do tempo.

A presença da Igreja Católica no Brasil quinhentista vai além do ato simbólico da primeira missa em 1500. Na verdade, o seu poder institucional data de 1549 com a vinda dos seis jesuítas que iniciaram a experiência evangelizadora, enviados por D. João III na frota do primeiro governador geral. A partir desse grupo de inacianos, os missionários da Companhia de Jesus irão realizar na América Portuguesa, segundo Capistrano de Abreu, "uma obra sem exemplo na história".[4]

---

[2] BATAILLON, Marcel. *Erasmo y España.* México: Fondo de Cultura Económica, 1950, dois tomos.
[3] AZEVEDO, J. Lúcio D'. *História dos Christãos Novos Portugueses.* Lisboa: Clássica, 1922, pp. 54-55.
[4] ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 46.

O primeiro contato francês com o Brasil ocorre em 1504, na viagem empreendida pelo capitão normando Binot Paulmier de Gonneville, que narra sua experiência com os índios carijós, em Santa Catarina,[5] tornando-se precursor da aproximação francesa com os índios brasileiros. Após a viagem de Gonneville, os franceses se tornaram assíduos freqüentadores da costa brasileira em busca da ibirapitanga ou *oraboutan*, segundo Thevet, ou ainda *araboutan*, no dizer de Léry. Praticando o escambo com o pau-brasil, convivendo pacificamente com muitas tribos indígenas, acabam por tentar permanecer na colônia lusitana a que chamaram de *Terre du Brésil*, afrancesamento do italiano *verzino*.

A tentativa de criar uma colônia na América Portuguesa se deve, sobretudo, ao fato de Francisco I, rei de França, não reconhecer a pretensa divisão do mundo decidida por lusos e castelhanos no Tratado de Tordesilhas (1494), ao questionar: "Eu gostaria muito que me mostrassem o artigo do testamento de Adão que divide o Novo Mundo entre meus irmãos, o imperador Carlos V e o rei de Portugal, excluindo-me da sucessão."[6] Tal decisão do governante francês motivou a aventura do vice-almirante da Bretanha, Nicolas Durand de Villegaignon, de fundar a França Antártica na baía da Guanabara, em novembro de 1555.[7]

O projeto civilizacional de construir na Terra do Brasil uma colônia para abrigar diferentes grupos religiosos, no momento em que a Europa, particularmente a França, enfrentava a intolerância entre católicos e protestantes, resultou no maior conhecimento dessa região que já fascinava a Europa, desde o aparecimento dos relatos de Américo Vespúcio e do Piloto Anônimo.[8] A pri-

---

[5] GONNEVILLE, Binot Paulmier de. *Campagne du navire l'Espoir de Honfleur. 1503-1505*. Relation authentique du voyage du Capitaine de Gonneville ès Nouvelles Terres des Indes. Publiée intégralement pour la première fois avec une introduction et des éclaircissements par M. d'Avezac. Paris: Challamel , 1869. É a primeira edição do mais antigo documento francês sobre o Brasil.

[6] HEULHARD, Arthur. *Villegagnon, roi d'Amérique; un homme de mer au XVIème siècle (1510-1572)*. Paris: Ernest Leroux, 1897, p. 85.

[7] Veja o estudo fundamental: BONNICHON, Philippe e FERREZ, Gilberto. *A França Antártica*. In: *História Naval Brasileira*. Coordenação Max Justo Guedes. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, primeiro volume, tomo II, pp. 401-471.

[8] PEREIRA, Paulo Roberto. *Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

meira narrativa sobre a experiência francesa no Rio de Janeiro se comprova pelo depoimento do cosmógrafo franciscano André Thevet, em *Singularidades da França Antárctica*.[9] Trata-se de um livro extraordinário de viagens, embora não se refira exclusivamente ao Brasil, pois, em cerca de metade da obra, ele descreve diversas regiões do Atlântico e da América que percorreu no seu trajeto de vinda e ida à Europa até chegar à baía da Guanabara. A França Antártica em si mesma ocupa muito pouco a atenção do cosmógrafo franciscano. O seu interesse concentrou-se, sobretudo, no relato da vida dos índios canibais do Rio de Janeiro. São de extrema importância esses informes de Thevet, tanto que mais de um antropólogo já demonstrou a sua impressionante atualidade. O seu testemunho foi decisivo na formação do mito do bom selvagem na mentalidade européia da Renascença, particularmente sobre o pensamento francês até o século XVIII, conforme já assinalou Afonso Arinos de Melo Franco no seu clássico estudo sobre a contribuição do índio brasileiro ao conceito de homem natural na história das idéias européias.[10] Influência essa tão determinante, que pode ser comprovada, entre outros, no célebre ensaio de Michel de Montaigne sobre o nosso indígena em que, à maneira de um moderno etnólogo, afirmava o pensador renascentista: "Não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra."[11]

O outro depoimento fundamental da experiência francesa na baía da Guanabara é o do huguenote Jean de Léry, *Viagem à Terra do Brasil*.[12] O interessante

---

[9] THEVET, André. *Les Singularitez de la France Antarctique*. Nouvelle édition avec notes et commentaires par Paul Gaffarel. Paris: Maisonneuve, 1878. (*Editio princeps:* Paris, nos prelos de Maurice de la Port, 1557). Veja a edição atual de Frank Lestringant: *Le Brésil d' André Thevet*. Paris: Chandeigne, 1997. Confira a edição brasileira: *Singularidades da França Antárctica*. Tradução e notas de Estêvão Pinto. São Paulo: Nacional, 1944.

[10] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

[11] MONTAIGNE, Michel de. Dos canibais. In: *Ensaios*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1972, p. 105. (Les *Essais editio princeps*. Paris, 1580.)

[12] LÉRY, Jean. *Histoire d'un voyage faict en la Terre du Brésil*. Nouvelle édition avec une introduction & des notes par Paul Gaffarel. Paris: Alphonse Lemerre, 1880, 2 vols. Veja a edição atual de Frank

sobre o livro do calvinista genebrino é que só a partir da sua segunda edição, 1580, é que se amplia de maneira considerável o número de ilustrações retratando cenas de guerra e de canibalismo dos nossos selvagens. Além desses dois testemunhos, escritos por participantes que viveram a experiência da França Antártica, há outros textos que documentam as relações dos franceses com a realidade quinhentista do Brasil, como *Une Fête brésilienne celebrée à Rouen en 1550*,[13] que trata da presença de índios brasileiros na França.[14]

II – José de Anchieta e o "Herege da Guanabara"

Por trás da reação portuguesa contra o empreendimento dirigido por Villegaignon, além do interesse econômico que poderia suscitar, está o significado religioso. Criar um núcleo protestante dentro da América lusitana no momento em que Portugal fazia parte da ponta-de-lança do movimento da Contra-Reforma, seria uma ação que a ortodoxia ibérica não aceitava. Daí se compreender a postura intransigente em defesa do catolicismo, que se encontra na correspondência do primeiro provincial da Companhia de Jesus no Brasil, Padre Manuel da Nóbrega, ao escrever ao Cardeal Infante, último rei de Portugal da Casa de Avis e inquisidor-geral, contra a colônia da França Antártica:

> "Estes franceses seguiam as heresias da Alemanha, principalmente as de Calvino, que está em Genebra, segundo soube deles mesmos, e pelos livros que lhe acharam muitos, e vinham a esta terra a semear estas heresias pelo

Lestringant, Paris: Le Livre de Poche, 1994. Confira a edição brasileira: *Viagem à Terra do Brasil*. Tradução e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1951. (*Editio princeps*: La Rochelle par Antoine Chuppin, 1578.)

[13] DENIS, Ferdinand. *Une Fête brésilienne celebrée à Rouen en 1550*. Paris: J. Technes, 1850.

[14] Veja a bibliografia sobre o tema em: FROTA, Guilherme de Andréa. Os franceses e a fundação do Rio de Janeiro. Ensaio bibliográfico. In: *Verbum*. Rio de Janeiro, 20, n.º 2, jun. 1963.

gentio, e segundo soube tinham mandado muitos meninos do gentio a aprendê-las ao mesmo Calvino e outras partes para depois serem mestres, e desses levou alguns o Villegaignon que era o que fizera aquela fortaleza (Coligny) e se intitulara Rei do Brasil."[15]

Outro auxiliar inaciano do terceiro governador geral na luta contra os franceses foi o Padre José de Anchieta. O "Apóstolo do Brasil" motivado por esses acontecimentos no Rio de Janeiro redigiu em latim a epopéia renascentista *De gestis Mendi de Saa* (*Os feitos de Mem de Sá*),[16] em que o governante da colônia brasileira aparece como um personagem civilizador, quase lendário, que lembra o herói da epopéia virgiliana.

A aventura de criação da França Antártica trouxe à baía da Guanabara vários heterodoxos que perambularam pelo Brasil quinhentista. Desse contingente uma personagem se relacionou com a elite intelectual da Colônia: o doutor pela Sorbonne João Cointha, Senhor de Bolés, que chegou ao Rio de Janeiro em 1557, na expedição de Bois le Comte, sobrinho de Villegaignon. Esse aventureiro e letrado renascentista pelo seu vasto saber, além de profundo conhecimento teológico, manteve contato com os governantes e os membros da Companhia de Jesus, criando uma polêmica religiosa que acaba por colocá-lo nas malhas da Inquisição.

O itinerário do calvinista João Cointha, companheiro de Jean de Léry, é cheio de peripécias e está envolvido na lenda a respeito da sua pretensa morte no Brasil, na qual José de Anchieta é apresentado como aquele que auxiliou o carrasco a acabar-lhe com a vida. Cointha, após participar de várias polêmicas religiosas na França Antártica, ocorridas entre grupos católicos, calvinistas e luteranos, incluindo-se entre os participantes o próprio Villegaignon e tam-

[15] NÓBREGA, Pe. Manuel da. *Cartas do Brasil e mais escritos*. Edição de Serafim Leite, S.I. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955, p. 368. É a célebre carta "Ao Cardeal Infante D. Henrique de Portugal", datada de São Vicente, 1.º de junho de 1560.

[16] ANCHIETA, José de. *De gestis Mendi de Saa*. Apresentação Eduardo Portella. Introdução Paulo Roberto Pereira. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1997, p. 9. (Primeira edição: Coimbra, 1563.)

bém Jean de Léry, acaba por fugir para São Vicente. Aceito pelos portugueses, viaja pelo Brasil, convivendo com personagens relevantes da Colônia. Quando Mem de Sá resolveu expulsar os franceses da baía da Guanabara, contou com o seu auxílio para a tomada do Forte Coligny.

A deturpação histórica a respeito da sua pretensa morte no Brasil teve origem após os dois primeiros relatos biográficos do "Apóstolo do Brasil", pois a primeira biografia de Anchieta, escrita por Quirício Caxa, em 1598, não se refere a João Cointha nem ao "Herege da Guanabara". E a seguinte, escrita por Pero Rodrigues, de 1605-1609, fala de Cointha, mas desconhece o "Herege da Guanabara", que aparece pela primeira vez associado a Cointha na obra de Sebastião Beretário, publicado em Colônia em 1617 e, depois, na de Simão de Vasconcelos, *Vida do Venerável Pe. José de Anchieta*, publicada em 1672. Portanto, essa lenda nasceu na biografia européia de Anchieta escrita por Beretário, sendo tal versão inicialmente utilizada por Frei Vicente do Salvador no seu livro *História do Brasil*,[17] terminado em 1627, mas só editado no século XIX. Assim, essa versão transforma Cointha e o "Herege da Guanabara" em uma só pessoa, adquirindo foros de verdade, após a publicação do livro de Vasconcelos.

Ora, esse imbróglio tem-se prolongado injustamente, chegando até a nossa época, quando já se sabe, desde o século XIX, com os estudos de Cândido Mendes de Almeida,[18] Ramiz Galvão,[19] Capistrano de Abreu,[20]

---

[17] CAXA, Quirício. *Breve Relação da Vida e Morte do Padre José de Anchieta*; RODRIGUES, Pero. *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. In: *Primeiras biografias de José de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1980, p. 68; BERETTARI, S.J. Sebastianus. *Josephi Anchietae Societatis Jesu sacerdotis in Brasilia defuncti vita*. Colônia: 1617; VASCONCELLOS, Simão de. *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, 2 vols.; vol. I, pp. 132-135; SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil* (1500-1627). 5.ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1965, pp. 190-191.

[18] ALMEIDA, Cândido Mendes de. Notas para a Historia Patria (quarto artigo). A catastrophe de João de Bolés foi uma realidade? In: *Revista trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Tomo XLII, parte I, Rio de Janeiro: 1879, pp. 141-205.

[19] GALVÃO, Dr. B.F. de Ramiz (Barão). João Cointha, Senhor de Bolés. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XLVII, parte II, 1884, pp. 39-45.

[20] ABREU, Capistrano de. João Cointa, Senhor de Bolés. In: *Ensaios e Estudos: crítica e história, 3.ª série*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1976, pp. 3-16.

que alguns biógrafos de Anchieta se enganaram a respeito dos fatos que o "Taumaturgo do Brasil" relata em sua correspondência, envolvendo os compatriotas de João Cointha que tentavam estabelecer na Guanabara a utópica França Antártica.

O desconhecimento do verdadeiro destino de Cointha prejudicou sensivelmente o seu resgate biográfico, pois permitiu que se criasse uma história paralela, associando o seu nome ao de um tal Jacques ou Tiago Leballeur, "Herege da Guanabara", mandado enforcar por Mem de Sá com a assistência espiritual de José de Anchieta, conforme já demonstraram Celso Vieira e Hélio Abranches Viotti.[21]

Com a confusão criada, Cointha e Bolés deixaram de ser a mesma pessoa, além de se tornar uma terceira ao ser associado ao "Herege da Guanabara". Com isso, sua verdadeira identidade e os dois livros por ele publicados em Lisboa só voltaram a lhe ser corretamente atribuídos após as revelações de Ramiz Galvão, Cândido Mendes de Almeida, além da descoberta do processo inquisitorial do famoso aventureiro calvinista,[22] por Souza Viterbo, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Essa lenda tem subsistido a tal ponto que, mesmo depois de se comprovar que Cointha não morreu no Brasil, continuaram surgindo trabalhos com o mesmo equívoco histórico. Em São Paulo, por exemplo, foi publicado anonimamente, em 1896, um folheto de 32 páginas com o sugestivo título de *Anchieta, o carrasco de Bolés à luz da história pátria*. A pretensa "compilação histórica", atribuída a Álvaro Emídio Gonçalves dos Reis, aproveitou-se do debate travado nos meios intelectuais brasileiros do século XIX sobre o papel de Anchieta na morte do desertor da França Antártica.

A fraude construída por um equívoco no século XVII chegou ao século XX com várias publicações como *Anchieta e o suplício de Balleur*, de Vicente Temudo Lessa, de 1934; *Anchieta: Santo ou Carrasco?*, de Aníbal Pereira dos Reis, da déca-

---

[21] VIEIRA, Celso. *Anchieta*. Rio de Janeiro: 1930; VIOTTI, S.J. Pe. Hélio Abranches. *Anchieta: o Apóstolo do Brasil*. 2.ª ed. São Paulo: Loyola, 1980.

[22] VITERBO, Sousa. *Trabalhos Náuticos dos Portugueses: séculos XVI e XVII*. Lisboa: IN-CM, 1988. Edição fac-similar. Cf. pp. 644-655.

da de 1980; além de outras que surgiram na década de 90,[23] desconhecendo as revelações do século XIX realizadas pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

III – Itinerário de Bolés: da França ao Brasil, Portugal e Índia

Os contemporâneos do Senhor de Bolés o admiravam pela sua cultura, mas o criticavam pelas posições religiosas num momento em que o Ocidente vivia em constantes choques entre as diversas correntes cristãs. Para se ter uma idéia das divergências religiosas em que Bolés figura como o principal causador dos embates teológicos, é necessário transcrever depoimentos de seus contemporâneos. Do lado francês, Villegaignon, na sua correspondência, a ele assim se refere: "Um jacobino renegado, denominado João Cointha, homem de inteligência rápida e versátil", que em Paris se reuniu aos enviados de Calvino, que Bois le Comte trouxe ao Rio de Janeiro.[24] O outro testemunho fundamental é o do cronista Jean de Léry no seu livro *Viagem à Terra do Brasil*. Companheiro de Cointha na aventura francesa à América do Sul, Léry demonstra que Bolés não possuía uma posição religiosa permanente ligada a qualquer seita:

> "No domingo 21 de março, em que pela primeira vez celebramos a santa ceia de Nosso Senhor Jesus Cristo, no Forte de Coligny, prepararam os ministros, com a devida antecedência, todos os que deviam comungar e como não tínhamos em boa conta um tal senhor João Cointha, que viera conosco e ora se chamava senhor Heitor e ora se dizia doutor da Sorbonne, foi ele convidado a fazer confissão pública de sua fé antes de comungar, o que fez, abjurando perante todos o papismo."[25]

[23] DINES, Alberto. *Vínculos do Fogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 180-181.
[24] ANCHIETA, S.J., Joseph de. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 163.
[25] LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1951, p. 80.

Do lado ibérico, o principal relato é fornecido por José de Anchieta em dois diferentes momentos. Primeiro, na sua carta "Ao Geral Pe. Diogo Laínes, de São Vicente, 1º de junho de 1560", em que, ao relatar a fuga de quatro franceses, na luta pela posse do Rio de Janeiro, para o lado português, testemunha como Cointha espalhava idéias contrárias à religião católica entre o povo:

> "Nesse meio tempo, um deles, instruído nas artes liberais, grego, e hebraico, e muito versado na Sagrada Escritura, ou por medo de seu capitão, que tinha diversa opinião, ou por querer semear seus erros entre os portugueses, veio-se para cá, com outros três companheiros idiotas, que, como hóspedes e peregrinos, foram recebidos e tratados muito benignamente. Este, que sabe bem a língua espanhola, começou a blasonar que era fidalgo e letrado, e, com esta opinião e uma fácil e alegre conversação, que tem, fazia admirar-se os homens e que o estimassem."[26]

A distância de mais de quatrocentos anos confirma que o projeto da França Antártica estava fadado ao fracasso devido à atmosfera sombria criada pelas polêmicas religiosas, cujo principal causador era o próprio chefe da colônia, Villegaignon, pois, como lembram Vasco Mariz e Lucien Provençal, ele "pecou pelo excesso de disciplina e de intransigência religiosa. É verdade que ele tentou acomodar-se com o agressivo zelo catequizador dos pastores protestantes e, na semana santa de 1557, decretou até uma espécie de páscoa ecumênica, mas isso não bastou. Os calvinistas radicalizaram e Villegaignon, em vez de insistir na busca de uma trégua religiosa, agiu como bom cavaleiro de Malta e bateu de frente com os calvinistas."[27]

---

[26] ANCHIETA S.J. José de. *Cartas*. Correspondência ativa e passiva. Edição do Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J. São Paulo: Loyola, 1984, p. 164.

[27] MARIZ, Vasco & PROVENÇAL, Lucien. *Villegaignon e a França Antártica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Biblioteca do Exército, 2000, p. 123.

Baía de Guanabara vista da Fortaleza de Villegaignon
Óleo sobre tela 87 *x* 117 cm

Rio de Janeiro visto da Fortaleza de Villegaignon
Óleo sobre tela 87 *x* 117 cm
Coleção particular – RJ.

Anchieta, quando volta a expor a história de Cointha, o acusa de ser a figura central da polêmica religiosa que fora criada na América portuguesa, indicando conhecer o seu destino fora do Brasil:

> "Um dos moradores desta Fortaleza (de Coligny) era um João de Bolés, homem douto nas letras latinas, gregas e hebraicas e muito lido na Sagrada Escritura, mas grande herege. Este, com medo de Villegaignon, que pretendia castigá-lo por suas heresias, fugiu com alguns outros para São Vicente, nas canoas dos Tamoios, que iam lá à guerra, com pretexto de os ajudar. E chegando à Fortaleza da Bertioga, se meteu nela com os seus e se ficou em São Vicente. Ali começou logo a vomitar a peçonha de suas heresias. Ao qual resistiu o Padre Luís da Grã e o fez mandar preso à Bahia. E daí foi mandado pelo Bispo Dom Pedro Leitão a Portugal, e de Portugal foi para a Índia e nunca mais apareceu."[28]

O Senhor de Bolés, com a derrota dos franceses no Rio de Janeiro, voltou novamente a São Vicente, onde já polemizara com o Padre Luís da Grã. Este, da primeira vez que Cointha se refugiara em Bertioga e começara a questionar o catolicismo, o denunciara à Inquisição, agindo assim novamente com o retorno do francês que ajudara os portugueses a derrotar os compatriotas. Bolés, ao embarcar para o reino português para receber recompensas pela ajuda que prestara a Mem de Sá na conquista do Forte Coligny, desconhecia tais denúncias do jesuíta; quando o navio em que viajava parou na Bahia, o Bispo D. Pedro Leitão, que recebera as denúncias, o mandou prender. Ele ficou nos cárceres baianos por cerca de três anos. Depois de muito apelar até mesmo ao Inquisidor-Geral, Cointha foi remetido para a prisão da Santa Inquisição de Lisboa, a fim de ser julgado pelo crime de heresia. Lá, acabou sendo absolvido das acusações nos processos oriundos da América, pelos relevantes serviços prestados

[28] ANCHIETA, S.J., Joseph de. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, p. 312. In: Informação do Brasil e de suas Capitanias (1584).

na defesa do Brasil, traindo seus compatriotas na conquista do Forte Coligny, segundo testemunho do próprio Mem de Sá.

Pelos originais guardados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo,[29] pode-se avaliar a sua dimensão intelectual já que, como Damião de Góis, fez a própria defesa ante o Tribunal, recusando o Procurador dos Réus. A sua morte ocorreu muito mais tarde, em Goa, depois de ficar livre dos processos de Lisboa.[30] O desconhecimento desses fatos prejudicou sensivelmente o resgate da verdade a respeito do destino de João Cointha, figura paradigmática da divergência religiosa no Brasil quinhentista e autor de obra original dentro dos postulados filosóficos da Renascença.

O anonimato a que foi relegado, juntamente com os livros que escreveu, foi, naturalmente, reflexo da intolerância que grassava nos meios religiosos lusitanos sob o signo da Contra-Reforma, que repercutia também nos domínios ultramarinos portugueses. Já se disse, e com razão, que a conquista espiritual foi tão importante para os países ibéricos quanto a conquista temporal das terras no Novo Mundo. Para os portugueses a aventura francesa de Villegaignon tinha de ser combatida em todas as frentes pois,

> "Os franceses 'hereges' são triplamente estigmatizados. Em primeiro lugar porque conheciam a Verdade e a renegaram. Em segundo, porque invadem o império temporal da Coroa portuguesa. E em terceiro, porque invadem o império espiritual católico. E esta tríplice transgressão é tão mais ameaçadora porque se dá no Brasil a um só tempo."[31]

---

[29] Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Inquisição de Lisboa. Processos 5451 e 1586. Esses dois processos inquisitoriais são truncados em virtude de ter sido inicialmente formado um primeiro processo por denúncia do Padre Luís da Grã. Quando Bolés chegou preso à Bahia, o bispo D. Pedro Leitão abriu nova devassa contra o huguenote francês.

[30] Veja o códice manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa: *Repertório geral...*, Códice 203, fólio. 483r e 484v.

[31] NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, pp. 64-65.

A personalidade contraditória do francês João Cointha, que nas palavras do Padre Serafim Leite tinha "o seu quê de astrólogo e judaizante e calvinista e católico, sem ser coisa nenhuma a fundo",[32] vem sendo melhor conhecida a partir das pesquisas que revelaram o seu itinerário no império português quinhentista, demonstrando que as informações que o envolvem como um dos participantes da malograda tentativa francesa de estabelecer uma colônia na baía de Guanabara estão inçadas de erros. Daí a importância de que se reveste o seu depoimento: "Disse que se chamava João Cointha, natural de Bolés, lugar de França, da jurisdição de Troyes, Champanha, do Arcebispado de Sens, solteiro, filho de João Cointha e de Francisca Calfounges."[33]

João Cointha conviveu no Brasil com as principais figuras do tempo: Mem de Sá, Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Luís da Grã. Todos, quer pelos processos em que foi acusado de heresia, quer pela correspondência em que a ele se referem, relatam impressionados dois aspectos da vida de Cointha: a sua vasta cultura e a incorrigível tendência para polemizar a respeito de questões da fé.

> "O caso da França Antártica e de João de Bolés alarga o espectro da reflexão acerca da construção de novas estruturas sociais na América. No lançamento de suas bases, desde o princípio da ação colonizadora, a religião serviu como um de seus pilares, instituindo e confundindo-se com as sociedades coloniais."[34]

Sendo uma das personagens enigmáticas da história luso-brasileira da segunda metade do século XVI, João Cointha só nos deixou um retrato verdadeiro, que é, infelizmente, o revelado em seus dois processos inquisitoriais, oriundos

---

[32] LEITE, S.I., Serafim. *Breve Itinerário para uma Biografia do Pe. Manuel da Nóbrega*. Lisboa: Brotéria, 1955., pp. 162-165. Veja p. 164.

[33] Processo de João de Bolés e justificação requerida pelo mesmo. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (1560-1564)*. Volume XXV, 1903-1904, pp. 215-308, página 255.

[34] MENDONÇA, Paulo Knauss de. *O Rio de Janeiro da Pacificação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1991, p. 120.

do Brasil, julgados em Lisboa; e o derradeiro em Goa, 1572,[35] onde foi justiçado pelo braço secular. Levado preso do Brasil para Portugal acusado de luterano, João Cointha defendeu-se com brilhantismo. No libelo acusatório do processo consta: "Des Boulez francês preso no cárcere da Santa Inquisição pelo crime de heresia."[36] Na sua defesa não nega que seguia as correntes protestantes, mas revela os serviços que prestara no Brasil e acaba recebendo uma condenação leve, com penas espirituais, em 13 de agosto de 1564; e, em novembro desse ano, o castigo é comutado. Mas a alma inconstante de Cointha acaba por levá-lo ao Oriente. Lá, na capital do Estado Português da Índia, longe dos protetores que reconhecessem os trabalhos que fizera e os livros que publicara, Cointha acabou por ser preso, em 1569, acusado de relapso por culpas de luteranismo, sendo entregue à justiça secular. O seu fim trágico acontece em 20 de janeiro de 1572, e se pode sintetizar nas palavras de Israel Révah: "expia na fogueira da Inquisição de Goa uma liberdade de linguagem em matéria de religião que não podia tolerar a implacável ortodoxia lusitana."[37]

IV – Os livros de Cointha

Um estudo abrangente, capaz de averiguar os aspectos que envolvem a multifacetada personalidade de João Cointha, precisa considerar três vertentes: sua trajetória biográfica, o percurso bibliográfico de seus livros e a análise de suas duas obras dentro do contexto da literatura de espiritualidade no Renascimento europeu, a partir do ambiente de intolerância religiosa no mundo luso-brasileiro. Portanto, após o exame do itinerário desse heterodoxo a partir da França Antártica, sem cobrir todas as lacunas de sua vida que ainda é, de certo modo, uma incógnita, apesar de parcialmente ro-

[35] RÉVAH, I.S. J. Cointha, Sieur des Boulez, exécuté par l'Inquisition de Goa en 1572. Estratto dagli *Annali dell'Istituto Universitario Orientale* – Sezione Romanza. Napoli, 1961, pp. 71-75.
[36] COINTHA, João. *Processos Inquisitoriais Oriundos do Brasil*: 1564 (processo 1586) e 1569 (processo 5451). Lisboa, Torre do Tombo.
[37] RÉVAH, I.S. Idem, p. 75.

manceada pelo historiador Clovis Bulcão,[38] pode-se identificar e descrever a produção literária de Cointha.

Segundo se depreende do confronto dos vários catálogos bibliográficos portugueses e brasileiros, os livros que João Cointha escreveu sofreram acidentada trajetória. Algumas indagações são fundamentais ao levantamento bibliográfico da sua obra: quantos livros escreveu, quantas edições tiveram, quantos exemplares ainda existem de cada impressão, em quais bibliotecas são encontrados atualmente? As respostas a esses questionamentos preencherão, certamente, uma parte da mal conhecida história de Cointha como autor de dois livros originais dentro dos postulados da Renascença.

O patrono da bibliografia portuguesa, Diogo Barbosa Machado, não teve conhecimento da existência das obras de João Cointha, pois a elas não se refere no seu monumental livro. A primeira notícia bibliográfica sobre João Cointha aparece no *Dicionário de Inocêncio*,[39] já em pleno século XIX, em que o extraordinário bibliógrafo dá as primeiras informações sobre as duas obras até hoje conhecidas do célebre herege francês: *Paradoxo ou Sentença Filosófica contra a Opinião do Vulgo*[40] e *Católica e Religiosa Admoestação a Sujeitar o Homem, sem Entendimento à Obediência da Fé*.[41] Após a notícia de Inocêncio, pode-se estabelecer um critério para fixação das edições, dos exemplares conhecidos e de sua atual localização.

O primeiro livro de Bolés, *Paradoxo ou Sentença Filosófica contra a Opinião do Vulgo*, é extremamente raro. O exemplar, descrito por Inocêncio, traz a informação: "Agora novamente feito e impresso nesta cidade de Lisboa em casa de Marcos Borges, impressor do Rei Nosso Senhor, ao primeiro de janeiro de 1566." Mas sabemos, segundo consta no catálogo da Biblioteca de Fernando

[38] BULCÃO, Clovis. *A Quarta Parte do Mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

[39] SILVA, Innocêncio Francisco da. *Dicionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, tomo III. p. 351-352.

[40] COINTHA, João, Senhor de Bolés. *Paradoxo ou Sentença Philosophica contra a Opinião do Vulgo*. Lisboa: Marcos Borges, 1566.

[41] COINTHA, João. *Católica e Religiosa Admoestação a Sujeitar o Homem, sem Entendimento à Obediência da Fé*. Lisboa: Marcos Borges, 1566.

Palha, publicado em 1896,[42] que há uma edição anterior àquela descrita por Inocêncio Francisco da Silva. Tal edição, citada por Palha, não possui data e traz importante nota manuscrita do século XVIII, lembrando que "foi impresso em Lx.ª 1566, segunda vez este livro, e esta impressão he a primeira e diversifica em parte huma da outra que ambas tenho". Portanto, a edição do *Paradoxo* de 1566 é a segunda dessa obra de João Cointha, uma vez que a primeira não traz a data. Na pesquisa realizada, pudemos constatar a existência de cinco exemplares impressos e um manuscrito apógrafo do *Paradoxo*.

O livro de Cointha permaneceu com apenas essas duas edições do século XVI. Embora constasse que "foi visto e aprovado este *Paradoxo* pelos deputados da Santa Inquisição e Ordinário", a sua não-reedição se deve, provavelmente, ao fato de seu autor ter sido morto na fogueira por crime de heresia, tornando a obra de tão difícil acesso, que motivou o aparecimento de exemplares manuscritos. Isso se comprova, ao examinar, no *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*,[43] um exemplar do livro *Paradoxo*, em que há uma nota informando que aquela cópia fora transcrita com letra do século XVIII. Deve-se notar que, apesar de o *Paradoxo* nunca mais ter sido estampado em língua portuguesa, foi publicado em francês, sem o nome de João Cointha, em Paris, em 1605, por Nicolas du Fossé, segundo informam Sousa Viterbo[44] e Israel Salvador Révah.[45] Ao pesquisar na Biblioteca Nacional da França, no departamento de impressos reservados, não encontramos a edição francesa, citada por Viterbo e Révah, mas tivemos a alegria de encontrar, em ótimo estado, a edição portuguesa de Marcos Borges de 1566.

---

[42] PALHA, Fernando. *Catalogue de la Bibliothèque de M. Fernando Palha*. Lisbonne: Libanjo da Silva, 1896, p. 92, n.º 374.

[43] RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha. *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*. Notas de Joaquim Antônio de Sousa Telles de Mattos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871, tomo IV, parte I, p. 261.

[44] VITERBO, Sousa. Op. cit., p. 646.

[45] RÉVAH, J. S.J. Cointha, Sieur des Boulez, exécuté par l'Inquisition de Goa en 1572. Estratto dagli *Annali dell'Istituto Universitario Orientale* – Sezione Romanza. Napoli, 1961, p. 73.

Quando Antônio Joaquim Anselmo publicou a *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI*,[46] dedicou um precioso capítulo ao editor Marcos Borges. Lá descreveu os livros *Paradoxo ou Sentença Filosófica contra a Opinião do Vulgo* e *Católica e Religiosa Admoestação a Sujeitar o Homem, sem Entendimento à Obediência da Fé*. No seu fundamental trabalho, o cioso bibliógrafo português demonstrou não ter visto exemplares dos livros de João Cointha, colhendo as informações de segunda mão.

Rubens Borba de Moraes, na sua monumental *Bibliographia Brasiliana*, estudando os dois livros de Bolés, não consegue precisar o número de exemplares. Quanto ao *Paradoxo*, afirma ele que "existem algumas cópias da segunda edição, de 1566, dentre elas a que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro".[47] Sobre a obra *Católica e Religiosa Admoestação*, transcreve o comentário de Anselmo demonstrando desconhecê-la completamente. Francisco Leite de Faria, no seu imprescindível *Livros Impressos em Portugal no Século XVI Existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*,[48] constata a existência de apenas dois exemplares do livro *Paradoxo*. Portanto, o incansável pesquisador português não conheceu o terceiro exemplar, que tivemos o privilégio de examinar e que também se encontra na principal biblioteca do Brasil.

Quanto à localização dos exemplares conhecidos desses dois livros de Cointha, a situação atual é a seguinte: do *Paradoxo*, o primeiro exemplar impresso, encontra-se no Fundo Fernando Palha, da Biblioteca da Universidade de Harvard, editado em Lisboa por Marcos Borges, sem data, em que, pelo colofão, vê-se que se trata da primeira edição. Os outros quatro exemplares impressos em segunda edição, saídos em Lisboa, também pelo impressor Marcos Borges,

---

[46] ANSELMO, Antônio Joaquim. *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1915, pp. 99 e 337-338.

[47] MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia Brasiliana*. Revised and enlarged edition. Los Angeles: UCLA Latin American Center Publications / Rio de Janeiro: Kosmos, 1983, 2 vols. Vol. I, p. 189. Cit.: "A few copies exist of the second edition, of 1566, amongst them, the one in the Biblioteca Nacional in Rio de Janeiro."

[48] FARIA, Francisco Leite de. *Livros Impressos em Portugal no Século XVI Existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Coimbra: Coimbra Editora, 1979, p. 17.

em 1566, integram o acervo de duas bibliotecas: três pertencem à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e um à Biblioteca Nacional da França, em Paris. O exemplar manuscrito pertence ao Arquivo Fronteira de Portugal, e foi descoberto e trazido a público pelo pesquisador Luciano Ribeiro.[49] Quanto à obra *Católica e Religiosa Admoestação a Sujeitar o Homem, sem Entendimento à Obediência da Fé*, poucos bibliógrafos tomaram conhecimento da sua existência, mesmo estando citada em dois dos principais catálogos da bibliografia luso-brasileira. Creio que podemos informar que o único exemplar que agora se conhece, desaparecido há longos anos, apesar de citado erroneamente por diversos especialistas, teve o seu reaparecimento em abril de 1997, no leilão da ex-Coleção Comandante Ernesto Vilhena, realizado em Portugal, vindo a ser adquirido pela Biblioteca Nacional de Lisboa.

Pode-se dizer que o itinerário e as peripécias de João Cointha ajudam a compor um panorama sobre a polêmica religiosa no Brasil do século XVI, que reflete o ambiente de conquista espiritual dominante na Renascença, proveniente da expansão do cristianismo para os novos mundos que a aventura marítima revelara.

[49] RIBEIRO, Luciano. Um aventureiro erudito: João Cointhor de Boules ou João Bolés. In: *Stvdia*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 23:213-292, 1968.

ESSAIS
DE
MICHEL SEIGNEVR DE MONTAIGNE.

Cinquiesme edition, augmentée d'vn troisiesme liure, et de plusieurs additions aux deux premiers.

A PARIS,
Chez ABEL L'ANGELIER au premier pilier de la grand Salle du Palais
Iuré Imprimeur du Roy.
1595.

Montaigne e os canibais: influência no Brasil

Alberto Venancio Filho

"O bom selvagem teve em Montaigne um advogado."
Afrânio Peixoto

O tema dos canibais foi examinado de forma sistemática nos *Ensaios* de Montaigne, e desde então tem sido objeto de análises, comentários e reflexões. Mais recentemente uma larga literatura tem surgido sobre a matéria.

O mito do bom selvagem se celebra a partir da descoberta da América, mas se articula a uma crença antiga desenvolvida pelos poetas e filósofos da Antiguidade greco-romana: o mito da idade de ouro, período situado em tempos recuados, quando teria vivido uma humanidade mais feliz e mais justa. A descoberta de novas terras a partir do século XV vem fornecer a visão da realidade ao que era um mito dos poetas e dos filósofos. Esse fato se vinculava ao que os romanos costumavam opor à decadência dos costumes das nações civilizadas, as qualidades morais e sociais dos povos "bárbaros", nos quais reconheciam os atributos da Roma dos tempos primitivos. É o caso de Tácito no estudo consagrado à Germânia.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da então Universidade do Brasil (1956). Advogado militante no Rio de Janeiro desde 1957. Autor de *Das Arcadas ao Bacharelismo* (Cento e cinqüenta anos de ensino jurídico no Brasil) e de estudos sobre ensino jurídico, História, Política e Direito.

A reflexão de Montaigne se desenvolve segundo dois eixos que não coincidem necessariamente. Primeiramente se interroga sobre a oposição entre barbárie e civilização, e em seguida fornece um certo número de informações sobre a organização e as crenças dos selvagens.

É de se assinalar que, enquanto no capítulo "Dos Canibais" Montaigne trata dos índios do Brasil, no capítulo "Dos Coches" discute em ótica diferente a colonização espanhola, mas ambos obedecem à mesma problemática.

Considera-se no ensaio "Dos Canibais" três estágios com a estrutura de uma narrativa de viagem. O primeiro é uma jornada exterior em busca do estranho; em seguida, a descrição da sociedade selvagem, vista por uma testemunha "verdadeira"; e o terceiro, a viagem de retorno, a volta do viajante narrador, com uma visão apolínea do selvagem (cf. Michel de Certeau).

Montaigne timbrava em afirmar que suas observações eram diretas, não só dos índios na festa de Rouen, mas de um serviçal de sua residência que teria participado da expedição de Villegaignon, e que ficou em sua casa por mais de dez anos. Teria também entrevistado outros indígenas, daí a originalidade que procurava dar à análise. Se, em parte, pode ser correta esta afirmação, está provado que ele se abeberou de várias fontes escritas, como os livros de André Thevet (1502-1590) e Jean de Léry (1534-1611), sobretudo este, a obra de Lopes de Gomara, o livro de Jerônimo Osório sobre Portugal, provavelmente na tradução francesa da *História de Portugal*. De 1580, ano da edição dos dois primeiros livros dos *Ensaios*, até 1588, quando saiu a edição com acréscimo do livro terceiro, no qual inseriu o capítulo "Dos Coches", deve ter travado conhecimento com o livro de Las Casas, que inspirou a sua posição contra a escravidão dos índios. Montaigne tem preferência pelo livro de Léry, que lhe parece mais fidedigno e mais exato, ao contrário da posição tradicional favorável a Thevet.

É de se assinalar que a influência de Jean de Léry foi grande e está presente num etnólogo contemporâneo, Claude Lévi-Strauss, no livro *Tristes Trópicos*. A obra de Léry influenciou os estudos de Lévi-Strauss, de tal modo que ao chegar à baía da Guanabara seus pensamentos se voltaram para ele. Atribuiu à obra de Léry "a frescura do olhar", denominando o livro "breviário de etnólogo". É

curioso que Lévi-Strauss desmente que tenha conhecido Léry através dos *Ensaios*, pois lera estes em edição comum, tais referências só existindo em edições comentadas, e que seu conhecimento de Léry veio do interesse pelos índios quando das pesquisas realizadas no Musée de l'Homme na década de 30.

Em 1991 Lévi-Strauss publicou o livro *Histoire de Lynx*, reunindo vários ensaios, inclusive o denominado "Relendo Montaigne", em que estuda questões da vida indígena relacionadas com os textos dos *Ensaios*. E diz: "Escrevendo quando o século ia entrar no último quartel, assim com um certo recuo, sua atitude diante das coisas e dos homens do Novo Mundo parecia mais complexa do que algumas das páginas célebres levariam a pensar. Certo, o Novo Mundo está sempre presente em sua obra, e ele o abordou em pelo menos três capítulos, *Dos Canibais*, *Dos Coches* e em mais uma página fundamental da *Apologia de Raymond Sebond*, além de referências menos discretas no *Do Costume*." Mas acrescenta: "Ora, em cada um desses capítulos ele não diz a mesma coisa, ou antes suas reflexões não se situam no mesmo plano."

Tratando da expedição de Villegaignon em *Tristes Trópicos*, diz Lévi-Strauss:

"A história tem uma evolução tão estranha que me surpreende que ainda nenhum cineasta ou romancista a tenha utilizado. Que filme ela daria! Isolados num continente tão desconhecido como um planeta diferente, manifestando uma ignorância total quanto à natureza e quanto aos homens, sendo incapazes de cultivar a terra para garantir o seu sustento, e estando a satisfação das suas necessidades dependente de uma população incompreensível, que de resto começou a odiá-los, atormentados pelas doenças, esses poucos franceses que se tinham exposto a todos os perigos para fugir às lutas metropolitanas e fundar uma colônia em que todas as crenças pudessem coexistir num clima de tolerância e liberdade, são vítimas da sua própria armadilha. Devemos ao idílio que então se estabelece entre eles essa obra-prima da literatura etnográfica, que é a *Viagem feita em Terras do Brasil*, de Jean de Léry."

O tema dos Canibais é tratado em outros capítulos. Na "Apologia de Raymond Sebond" escreve Montaigne: "Eu vi entre nós alguns homens trazidos do mar de um país distante. Porque nós não entendemos sua língua, e porque

seus costumes e, além do mais, suas roupas são totalmente remotas de nós, quem de nós não os considera selvagens ou brutos?"

E ainda no capítulo da "Apologia" afirma: "Vi antigamente entre nós homens trazidos por mar de países longínquos, e porque não entendíamos de todo a sua língua, porque o seu feitio, a sua atitude e suas vestimentas eram completamente diferentes das nossas, quem de nós não os supunha selvagens e brutos? Quem de nós não os considerava ignorantes ao vê-los mudos, ignorando a língua francesa, ignorando os nossos beija-mãos, nossas reverências, nosso aspecto, nosso jeito, sobre o qual, sem discrepância, a natureza humana deve tomar o seu modelo? Tudo que nos parece estranho, nós condenamos, e também aquilo que não podemos entender."

A curiosidade de Montaigne não se limitava apenas aos povos exóticos, mas tinha uma compreensão universal. Assim, no capítulo "Da Educação das Crianças", escreve: "Ora, para exercitar a inteligência, tudo o que se oferece aos nossos olhos serve suficientemente de livro: a malícia de um pagem, a estupidez de um criado, uma conversa à mesa, são como tantos outros nossos assuntos."

Montaigne trata do tema dos indígenas no capítulo "Dos Canibais" (livro 1.º, XXX) e no capítulo "Dos Coches" (livro 3.º, VI) examina o problema sobretudo na América Espanhola.

É importante comparar as duas análises, do capítulo "Dos Canibais" e o "Dos Coches". Os *Ensaios* traduzem o fim do mundo indígena, bastando comparar as páginas de 1580 consagradas aos índios àquelas de 1588, de "Dos Coches". Nas primeiras, o mundo indígena vive ainda; nas segundas, ele não existe mais. Entre as duas, Montaigne leu os autores protestantes franceses e Las Casas. Apreendeu a extensão da destruição de um continente.

No capítulo "Dos Canibais", Montaigne começa descrevendo episódios históricos em que uma nação se confrontava com outra, considerando-a bárbara, para declarar que "nossa razão e não o que dizem deve influir em nosso julgamento". Comparando o depoimento de seu serviçal com tantas observações sobre o Novo Mundo, afirma: "tantos personagens eminentes se enganaram acerca desse descobrimento que não saberei dizer se o futuro nos reserva

outros de igual importância. Seja como for, receio que tenhamos os olhos maiores do que a barriga, mais curiosidade do que meios de ação, tudo abraçamos, mas não apertamos se não vemos."

Analisando as transformações que se passam na natureza e na geografia, e para mostrar como eram equivocadas as informações sobre o novo continente, afirma: "O homem que tinha a meu serviço, e que voltava do Novo Mundo, era simples e grosseiro de espírito, o que dá maior valor a seu testemunho. As pessoas dotadas de finura observam melhor e com mais cuidado as coisas, mas comentam o que vêem e, a fim de valorizar sua interpretação e persuadir, não podem deixar de alterar um pouco a verdade. Nunca relatam pura e simplesmente o que viram; e, para dar crédito à sua maneira de apreciar, deformam e ampliam os fatos. [...] A informação objetiva nós a temos das pessoas muito escrupulosas ou muito simples, que não têm imaginação para inventar e justificar suas invenções e igualmente não sejam sectárias. [...] Gostaria que cada qual escrevesse o que sabe e sem ultrapassar o limite de seu conhecimento; e isso não só na matéria em apreço, mas em todas as matérias."

E como preâmbulo às considerações seguintes, declara: "Não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. Esses povos não parecem, pois, merecer o qualificativo de selvagens, somente por não terem sido senão muito pouco modificados pela ingerência do espírito humano e não haverem quase nada perdido de sua simplicidade primitiva."

Para mostrar as características da "bondade natural", afirma: "Ninguém concebeu jamais uma simplicidade natural elevada a tal grau, nem ninguém jamais acreditou pudesse subsistir com tão poucos artifícios. É um país, diria eu, à Platão, onde não há comércio de qualquer natureza, nem literatura, nem matemática; onde não se conhece sequer de nome um magistrado; onde não existe hierarquia política, nem domesticidade, nem ricos nem pobres. Contratos, sucessões, partilhas, aí são desconhecidos, e em matéria de trabalho só sabem da ociosidade; o respeito aos parentes é o mesmo que dedicam a todos; o vestuário, a agricultura, o trabalho nos metais aí se ignoram. Não usam vinho nem

trigo. As próprias palavras que exprimem a mentira, a traição, a dissimulação, a avareza, a inveja, a calúnia, o perdão, só excepcionalmente se ouvem! Quanto à república que imaginavam, me pareceria longe de tamanha perfeição."

E continuando a análise, "sua moral resume-se em dois pontos, valentia na guerra e afeição por suas mulheres". Descreve o modo como fazem a guerra, de maneira nobre e cavalheiresca.

E, afinal, refere-se à experiência direta em contato com os indígenas brasileiros que foram à Europa na festa de Rouen, em 1550, quando ali se encontrava o Rei Henrique II. O rei conversou com eles, indagou o que pensavam da cidade e eles revelaram três coisas: a primeira, Montaigne diz ter esquecido, mas das duas outras, uma se referia a que tão grande número de homens de alta estatura, de barba na cara, se sujeitassem a obedecer a um rei criança. Em terceiro lugar, observavam que tinham visto gente bem alimentada, gozando das comodidades da vida, enquanto a outra metade era de homens emagrecidos, esfaimados, miseráveis e achavam extraordinário que essa metade suportasse tanta injustiça, sem se revoltarem e incendiarem a casa dos demais. Prossegue Montaigne que da conversa longa com um dos índios, que era o chefe, indagando por que tivera essa ascendência, respondeu que tinha o privilégio de marchar à frente dos outros quando iam para a guerra. Indagado se conservava alguma autoridade em época de paz, ele disse: "Quando visito as aldeias que dependem de mim, abrem-me caminhos na capoeira para que eu possa passar sem incômodo." E conclui Montaigne de forma pitoresca e enigmática: "Tudo isso é, em verdade, interessante, mas, que diabo, essa gente não usa calções."

O comentário que ele faz ao longo do capítulo, sob certos aspectos inusitado no conjunto dos *Ensaios*, tem levado à conclusão de que se trata, afinal, de um desejo de comparação das sociedades e, através desta comparação, chegar à situação ideal, à vida perfeita. "Montaigne busca o homem original, o homem total, a fórmula pura na qual ninguém se fixou, que não é alterada pelos preconceitos, pelos costumes, pela lei. Não é por acaso que ele ficou tanto fascinado pelos índios brasileiros que encontrou em Rouen, que não conhecem nem Deus, nem chefe, nem religião, nem costumes, nem moral."

Pode-se perceber a influência de La Boétie no capítulo "Dos Canibais". Em 1571, logo após o seu retiro da vida pública, Montaigne publicou em dois volumes algumas obras de Etienne de La Boétie, traduções de Xenofonte e Plutarco, e vinte e oito poemas, dos quais três dedicados a Montaigne. O primeiro, também dedicado a Jean Belot, é uma lamúria sobre as destruições da guerra civil; sentindo-se impotente e inútil, La Boétie só vê uma solução: a emigração: "Pois, para mim, só vejo uma solução: a emigração." E falando dessa perspectiva: "Desde muito tempo os deuses irritados advertiram mesmo fugir quando eles mostraram, ao sul, terras desconhecidas e externas e que os marinheiros atravessando vastos oceanos viram lugares vazios e reinos sem habitantes e terras novas e outras, que, diferentes das nossas, resplandeciam em outros céus."

A terra evocada por La Boétie não tem habitantes indígenas. O Novo Mundo para ele só existe em função dos europeus, e parece ser um país de sonho colonial. Pode-se cogitar que Montaigne encontrou no poema a matéria-prima das metáforas de que se serviu.

"O capítulo *Dos Canibais* é um modelo de uma crítica inteligente. A descoberta desse Novo Mundo interessa. O capítulo é cheio de coisas. Ele já contém todo Diderot e Rousseau, com mais tato, medida. O capítulo é o programa de toda uma literatura que florescerá no século XVIII." (Cf. Thibaudet)

Os *Ensaios* traduzem o fim do mundo indígena. Basta comparar as páginas de "Dos Canibais" com as páginas de "Dos Coches". No primeiro o mundo indígena ainda vive; no segundo ele não existe mais. Entre os dois Montaigne leu os protestantes franceses e Las Casas e tomou conhecimento dos métodos e a extensão de destruição de um continente. Nos dois ensaios se confundem constantemente o plano real e plano simbólico e unem-se a sátira e o sonho. Montaigne multiplica a correspondência entre os dois ensaios e atrai o leitor para sua complementaridade.

"Dos Canibais" se desenvolve a partir da palavra "bárbaro", mas Montaigne faz a volta do conceito, e ao final de algumas páginas demonstra que os "selvagens" não têm nada de "bárbaro". "Dos Coches" tem como palavra-chave "queda", que aparece no preâmbulo e termina o ensaio: "Voltemos a nossos

coches", relembrando o título de ensaio. O tema da queda, subentendido em todo o texto, reaparece nos próprios nomes. (Cf. Géralde Nakam)

"Há, entretanto, no capítulo algo mais do que uma conversa mobilizadora. Pode-se retirar uma idéia das mais importantes, que faz de Montaigne um precursor do século XVIII e do classicismo, mais que do século XVIII." (Cf. Chinard)

O capítulo "Dos Coches", publicado na terceira edição, de 1588, portanto oito ano depois, é um contraponto ao capítulo "Dos Canibais". De um lado, revela, ao contrário do otimismo que permeava esse capítulo, uma página de pessimismo sobre a destruição das civilizações indígenas no México e no Peru. De outro lado, diferentemente do que elaborara em "Dos Canibais", quando teve uma observação direta da vida desses habitantes através dos testemunhos recolhidos dos indígenas que visitaram a França, não teve essas informações quando escreveu "Dos Coches".

As fontes do capítulo teriam sido *Uma História das Índias*, de López de Gamarra, traduzida para o francês em 1569, as observações de Las Casas e, sobretudo, o livro de La Costa, publicado em 1588, que revela o novo confronto de civilizações, nos quais o civilizador europeu destrói civilizações que não estavam mais no estado de beatitude idílica dos índios brasileiros. O capítulo é discursivo, caracterizando, na precisa expressão de Afonso Arinos, "uma preguiçosa associação de idéias", começando sobre impressões pessoais, referências à Antiguidade greco-romana e à situação dos imperadores, para afinal se deter no exame das civilizações indígenas do Peru e do México. O título, aparentemente sem sentido, tem a sua explicação no trecho em que declara, embora sem muita pertinência: "Não suporto muito os coches, as liteiras e os barcos, e na juventude os suportava ainda menos. Detesto qualquer outro meio de locomoção que não o cavalo, na cidade como no campo. A liteira incomoda-me ainda mais do que o coche e pelo mesmo motivo prefiro os movimentos de um mar agitado, embora perigoso, ao das águas calmas." E prosseguindo nessas considerações fornece um quadro da sociologia dos transportes e dos vários meios que se podem obter para alcançar um determinado fim.

Depois de várias divagações, tratando do tema específico do capítulo, ele declara: "nosso mundo acaba de descobrir outro não menor, nem menos povoado e organizado do que o nosso (e quem nos diz que seja o último?). E, no entanto, tão jovem que ignora o *a b c*, que há cinqüenta anos não conhecia nem pesos nem medidas, nem a arte de vestir, nem o trigo, e a vinha, nu ainda, vivia do leite de sua ama. Se raciocinarmos certo, e o poeta o fazia igualmente, devemos pensar que o novo mundo só começará a iluminar-se quando o nosso penetrar nas trevas. Será uma espécie de hemiplegia: um membro paralisado e outro vigoroso e vivo."

Há a assinalar que Montaigne não tinha muito apreço pelos portugueses, mas as referências a vilas e espaços do Novo Mundo como Calicut, Cusno e Narsingas indicam que ele conhecia os autores ibéricos, mas também Jerônimo Osório cujo texto "De rebus emanuelis gentis" constava do livro *Histoire de Portugal* de Goulard, de leitura de Montaigne. Também o livro italiano de autor desconhecido *La Pazzia*, publicado em Veneza em 1540 e publicado três vezes em francês, parece ser uma fonte do capítulo "Dos Canibais". (Cf. Pina Martins)

A problemática do bom selvagem tal qual Montaigne expôs não desaparece no século XVII, mas vai sofrer declínio. Basta comparar o esquecimento da obra de Montaigne a partir de 1690: até 1724 nenhuma vez a obra é reeditada, mas de 1724 até 1801 recebe treze reimpressões, voltando assim a despertar interesse. O espírito de tolerância de Montaigne e o livre exame se ajustavam mal às idéias do reino de Luís XIV.

Examinemos agora alguns aspectos da influência no Brasil; há a assinalar, numa outra ótica, que no *Espírito da Sociedade Colonial* (1935), Pedro Calmon cita as obras de Ernest Seillière *Le Péril Mystique dans l'inspiration des démocraties contemporaines* e *Les Origines romanesques de la Morale et de la Politiques romantiques*, e afirma que "os jesuítas ajudaram a criar, com sua defesa apaixonada dos índios, a idealização filosófica do estado de natureza dos tempos idílicos que precederam às leis tirânicas antes do 'contrato social' que nos escravizou ..."

Yan de Almeida Prado, em *Primeiros Povoadores do Brasil*, do ponto de vista histórico (1935), no capítulo "Os índios vistos por antigos viajantes", resume

depoimentos de viajantes, especialmente Américo Vespucci em sua carta, para afinal, deixando de lado figuras de menor importância, referir-se à "extensa mas interessantíssima descrição de Michel de Montaigne, brilhante coletânea dos conhecimentos da época acerca dos Tupis". Comenta que Montaigne recolhera de um criado que estivera na "rivière Guanabare" informações a respeito, mas o capítulo, conforme provou Gilbert Chinard, muito se parece com o livro de Jean de Léry, "adquirindo visos de apropriação", o que aliás era comum entre literatos na época. Depois de longas transcrições, conclui: "da síntese de Montaigne, transluz fato tristemente comum no princípio da civilização da América. Não só o branco muitas vezes ultrapassava o selvagem em ferocidade, como quase sempre o corrompia."

Do ponto de vista literário, a influência das idéias de Montaigne no Modernismo brasileiro é patente no movimento antropofágico. Raul Bopp, na Bibliotequinha Antropofágica, incluiu entre os clássicos da Antropofagia, no livro de introdução do pensamento antropofágico, documentação e interpretação de alguns autores (Montaigne, Claude d'Abeville, Ives d'Evreux, Koster, Koch-Grunberg, etc.), e por fim, como enumeração de outros ilustres, "o grande Montaigne (*Les Essais*, "Des Cannibales) e Jean-Jacques Rousseau".

A obra de Oswald de Andrade reflete o capítulo. No Manifesto Antropófago se lê: "Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente." E sua visão da vida tem como fonte o ensaio "Des Cannibales". E em outro texto diria que nesse ensaio foram determinadas as linhas mestras da humanidade futura.

Afrânio Peixoto, na linhagem de letrado e erudito, abordou o tema por diversas vezes. A primeira no livro *Pepitas*, no capítulo "O exotismo literário – Notas de um ideário geral de literatura comparada" – publicado inicialmente em 1932 na *Revista de Filologia*. Afirma que "foi o Romantismo que consagrou o exotismo com a aspiração de cosmopolitismo. A sensibilidade romântica derramou-se em fraternidade humana. O mundo era pouco para eles, opondo-se ao clássico sedentário". Assim, as idéias de viagem eram freqüentes: Rabelais,

já na Renascença, tenta "as navegações de Pantagruel"; Molière alegra as suas comédias com divertimentos orientais; *As Aventuras de Telêmaco*, de Fénelon, e depois *As Cartas Persas*, de Montesquieu são passeios pacificantes.

Afrânio Peixoto mostrava, entre os muitos temas a serem estudados, o exotismo que, segundo ele, vem de longe, está na *Ilíada* e, certamente, na *Odisséia*, e nas viagens saídas de Ítaca. O que encanta é a novidade, a riqueza dos lugares, das habitações e das gentes. Ulisses erra pelo Mediterrâneo e o seu poema é um guia desse exotismo, mas a seu ver o primeiro exemplo de exotismo literário do tempo seria a *Ciropédia*, de Xenofontes.

No século XVIII nasce o exotismo fora da Europa e além do Oriente clássico. Voltaire no *Cândido* busca o El Dorado; Bernardin de Saint-Pierre, em 1787, escreve o romance tropical *Paulo e Virgínia*; dez anos depois, Chateaubriand publica *Natchez*. É o advento do selvagem na literatura. Após essa síntese, afirma Afrânio Peixoto: "Fora precursor dele Montaigne, que no capítulo *Dos Canibais* refere ter visto índios brasileiros em Ruão, lhes ter falado, e de um companheiro de Villegaignon ter-lhes aprendido duas canções: é a aurora da literatura brasileira." Indica Afrânio Peixoto que Montaigne transcreve duas canções brasileiras, traduzidas por um companheiro de Villegaignon, dizendo em que uma delas chega a ser anacreôntica; ambas mereceram a tradução em alemão de Gœthe. E acrescenta: "Os selvagens de Montaigne são filósofos e estadistas", e mostra como se admiravam de que na Europa velhos homens provectos fossem comandados por superiores jovens e incapazes, e alguns ricos e fartos dominassem o exército de miseráveis sem qualquer pretexto: "É a crítica à monarquia hereditária e à sociedade capitalista feita por dois tupinambás, cuja inferioridade para os humanos era apenas não terem roupa."

Afonso Arinos de Melo Franco, em 9 de setembro de 1935, pronunciou na Sociedade Felipe d'Oliveira conferência sob o título "O Índio Brasileiro na Europa nos séculos XVI e XVII", publicada posteriormente na revista *Lanterna Verde*, como resumo do livro que seria publicado dois anos depois.

A festa brasileira de Rouen, 1550.
Gravura publicada em 1551 e reproduzida no livro de Ferdinand Denis, *Une fête brésilienne celebrée à Rouen en 1550*.

Na sessão de 13 de janeiro de 1938, Alceu Amoroso Lima apresentou à Academia o último livro de Afonso Arinos, *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, dizendo: "O autor, aliás bem conhecido de todos os acadêmicos, apesar de muito jovem já possui uma boa bagagem literária e se vem afirmando ultimamente [...] e agora com o que acaba de publicar como um dos mais inteligentes pesquisadores dos problemas nacionais. Seu livro é um estudo erudito e interessantíssimo sobre os selvagens no Brasil e o papel surpreendente que representaram na história da civilização mundial, pela influência decisiva que tiveram sobre os precursores da Revolução Francesa e particularmente Montaigne e Rousseau." Concluindo, leu alguns trechos do livro, "que revelam o grande escritor que é o seu autor".

Afrânio Peixoto declara "não conhecer o livro referido de Melo Franco. Tal nome, familiarmente bem dotado, já deu outras provas de talento". Consi-

derou, porém, "o título *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa* e crê que é um dos que na Academia mais podem ponderar o assunto. Com efeito, é um *leitmotiv* contínuo em suas cogitações". Só de memória lembra-se, por exemplo, de que nas noções da *História da Literatura Brasileira* fala sobre o advento do selvagem na literatura. Em 1931, no livro *Missangas* volta à questão dos selvagens do Brasil e Montaigne, fazendo a comparação dos selvagens com os civilizados. Em 1932, publicou o estudo "O Exotismo Literário", na *Revista de Filologia* (II, p. 24 e segs.), onde se lê: "Idéia colateral do exotismo foi a idealização do selvagem, o bom selvagem..."

Em outros lugares, variações sobre o mesmo tema. Finalmente, em 1936, em Buenos Aires, na conferência da *Cooperação Intelectual*, impressa em várias línguas, novamente o tema do "bom selvagem" de Montaigne, promovendo por Chateaubriand o romantismo literário, e por Rousseau a Revolução Francesa. E conclui: "E não acabou: a Revolução Comunista, todas as revoluções primitivistas são derivadas desse selvagem brasileiro."

Afinal, voltamos ao estudo completo do tema por Afonso Arinos de Melo Franco, no livro *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, editado a primeira vez em 1937, reeditado posteriormente em 1976, e uma terceira edição em 2002. No prefácio da segunda edição declara: "cheguei a pensar em rever-lhe o texto, a fim de escoimá-lo pelo menos de algumas das numerosas imperfeições de que padece, além de atualizá-lo, com referências a outros trabalhos mais recentes, relacionados com o mesmo assunto. Entretanto, refletindo melhor, decidi não tocar no meu saudoso escrito de juventude e entregá-lo aos editores, tal como apareceu". A utilização de contribuição de trabalhos mais recentes, quando especialmente na França uma produção bastante relevante está surgindo, constituirá assim a tentativa de acréscimo, que o autor de "O Índio e a Revolução Francesa" não pôde fazer.

Nas fontes em que se abeberou Afonso Arinos, há a contribuição extremamente importante de Gilbert Chinard, que na obra *O Exotismo Americano na Literatura Francesa no Século XVI* enfrentou o tema de forma bastante singular, dando ao capítulo o título expressivo de "Um defensor dos índios,

Montaigne". Examina as fontes em que Montaigne se abeberou, estabelecendo sobretudo correlações bastante próximas entre trechos dos *Ensaios* e a obra de Jean de Léry. Não seria adequado discutir a existência de plágio, mas essas transcrições e transposições eram habituais na época e representavam, na verdade, o esforço do autor por uma interpretação própria e original. Após essa análise, conclui Chinard: "Depois de Montaigne, a literatura americanista em França vai tomar um novo aspecto, mas sua influência se fará sentir ainda nos dois séculos que vão se seguir e se estenderá mesmo ao estrangeiro; ele fixou para sempre, pelo menos na nossa literatura, o tipo literário do selvagem americano e ao mesmo tempo, pela defesa eloqüente dos direitos da humanidade, ele faz pressentir as páginas mais ousadas dos filósofos do Século XVII."

Afonso Arinos reconhece a contribuição que a obra de Chinard deu aos seus estudos, mas acrescenta, com razão, que o seu livro se enriqueceu pela bibliografia existente sobre o Brasil, dos quais os autores franceses não tinham total conhecimento. A primeira contribuição a assinalar é a contraposição que se pode fazer entre a idéia prevalecente do pensamento europeu dos habitantes de regiões desconhecidas, que "mal mereciam este nome porque eram mais animais do que humanos, uma vez que não eram criados à imagem de Deus, os quais habitam terras prodigiosas de extensão e de riqueza, cuja existência era, também, entrevista em sonhos de conquista e de glória".

Esta concepção tão presente na literatura européia até o início do século XVI foi destruída com a descoberta da América e, sobretudo, do Brasil, quando os viajantes começaram a transmitir uma noção diferente, oriunda do conhecimento direto desses indivíduos. Não foi apenas nesse conhecimento que se propagou uma idéia diferente dos selvagens, não mais de um "mau selvagem" mas do "bom selvagem", com as numerosas viagens de índios, sobretudo do Brasil, à Europa. Cite-se como principal exemplo a festa brasileira em Rouen, com a presença do Rei Henrique II, estudada por Ferdinand Denis e à qual Montaigne teria estado presente, a revelar o interesse despertado na concepção de vida desses indivíduos e na absorção, inclusive por europeus,

pois é sabido que na festa de Rouen também participaram numerosos marinheiros, que certamente estiveram no Brasil e que absorveram alguns dos hábitos dos habitantes dessas terras longínquas.

Tratando da influência inglesa no Brasil, Gilberto Freyre, a propósito do livro de Afonso Arinos, sugere que o índio americano, e por inclusão o brasileiro, estaria associado ao movimento do idealismo inglês, com o nome de "Pantisocracia" que teve como fundadores dois grande poetas Coleridge e Southey. Este começou a escrever poemas sobre motivos indígenas, "Songs of the American Indians". Entretanto, sendo um erudito, não se desviou do elogio excessivo ao índio e à bondade natural, e procurou documentos, relações de viagens, descrições de naturalistas, de modo que o poeta se tornou historiador.

Em 1940, nos *Cadernos da Hora Presente*, Luís da Câmara Cascudo publicou uma tradução do capítulo "Dos Canibais", precedida de prefácio e notas esclarecedoras, dizendo que em 1933, no quarto centenário do nascimento de Montaigne, Ronald de Carvalho quis comemorar a data com uma série de estudos brasileiros, trabalhos sobre certos aspectos da cultura que seriam examinados com independência. Era a atualização de Montaigne, trazendo para o Brasil a sua influência no universalismo democrático da época. Câmara Cascudo ficou com a incumbência de traduzir "Dos Canibais", ainda inexistente em português. A iniciativa não prosperou, e Ronald, que deveria escrever sobre "Montaigne e a Revolução Francesa", abandonou a idéia. Falecendo ele em 1935, a iniciativa não teve andamento.

Em 1937 Câmara Cascudo encontrou um trecho da tradução e resolveu completá-la, em homenagem ao amigo, afirmando que a tradução é fiel ao espírito de Montaigne, tal como ele pensava, estilo hesitante, vacilante, mas claro, simples e corrente. Quem a cotejasse com a versão original certamente verificaria a inteira fidelidade e a nenhuma autonomia do tradutor. "Andei acompanhando Montaigne quanto era possível. Traduzir literal e formalmente seria transformá-lo de maneira radical."

Diz Câmara Cascudo: "Montaigne é avô de Rousseau. O *Contrato Social*, cento e oitenta e dois anos depois, não teve melhor nem mais sonoro arauto. Muito se diz

que o homem americano nu, instintivo, deu aos filósofos do século XVIII a noção do paraíso terrestre. Em todos os escritores não há melhor entusiasmo do que em Montaigne, para ele a vida do indígena brasileiro é superior à república de Platão."

Diz em seguida: "O estudo de Montaigne sobre os canibais merece divulgação. É uma reunião de dados etnográficos curiosos, muitos não são encontrados noutras fontes. Elogia tudo, canções, armas, vida, costumes extintos. Justifica até a antropofagia e defende o índio de todas as acusações.

"Dos Canibais" é ponto de partida para muitos comentários. "Aí o homem da natureza aparece puro, espontâneo, maravilhoso, anterior a qualquer pecado social. O homem é bom e a sociedade o faz mau. Montaigne é o avô de Rousseau." E acrescenta: "O índio americano, comunista, improprietário, ainda quente da mãe natureza, surgiria mais tarde no idealismo igualitário de Rousseau, escreveu João Ribeiro. Montaigne acordara em plena madrugada, anunciando o dia longínquo."

Dois estudiosos brasileiros se debruçaram recentemente sobre o tema: José Alexandrino de Souza Filho, no *Caderno de Textos* da Universidade Federal da Paraíba, em síntese com o título "Montaigne – Le Cannibales", e Celso Martins Azarias Filho, em artigo publicado no Boletim da Société des Amis de Montaigne, estudando "Le Modernisme brésilien et Montaigne, Antropofagia de Oswald de Andrade".

Na sessão de 4 de maio de 1933, o acadêmico Afonso Celso registrou que ocorriam no ano três grandes efemérides, o nascimento de Michel de Montaigne, a morte de Ariosto e o aparecimento do livro *Gargantua* de Rabelais. Refere-se, especialmente a Montaigne, "que na sua obra tratou de modo muito lisonjeiro da América e dos americanos, referindo-se mais de uma vez ao Brasil, havendo convivido em Villegaignon, cujo nome se uniu ao da baía do Rio de Janeiro".

Por ocasião do quarto centenário do nascimento da morte de Montaigne, em 10 de dezembro de 1992, o acadêmico João de Scantimburgo se referiu no plenário da Academia às raízes portuguesas do autor dos *Ensaios*, à sua formação católica e seu ceticismo.

A influência de "Dos Canibais" se exerceu nos séculos seguintes, como demonstra o livro de Afonso Arinos, em tantos outros autores: Shakespeare, Ronsard, Malherbe, Boileau, Grotius, Pufendorf, Locke, Lafitau, Raynal, Montesquieu, Voltaire, Diderot, e outros mais, e afinal em Rousseau. Mas a idéia da bondade natural do homem, segundo Afonso Arinos, se apresenta em acepções diferentes. No século XVI, como princípio filosófico e moral; no século XVII, como doutrina jurídica; no século XVIII, como teoria política. Nesse século sobressai a figura de Rousseau: "podemos dizer que, nele (o *Discurso sobre as Ciências e as Artes*), Rousseau entrou na comparação do homem natural primitivo com o selvagem contemporâneo, por intermédio de Montaigne e do índio brasileiro e que, no segundo (o *Discurso sobre a Desigualdade*), discurso dentro do qual este processo comparativo é erigido em tese nuclear e substantiva, são, ainda, a mesma fonte e o mesmo símbolo que servem a Rousseau."

Mas isto, segundo Kipling, é outra história...

Retrato de Granjean de Montigny, arquiteto francês
Óleo sobre tela 81 *x* 66 cm
Museu Dom João VI – Escola Nacional de Belas Artes – RJ.

Missão Francesa de 1816: esplendor e ruptura

Alfredo Britto

Arquiteto. Co-autor (com Alberto Xavier e Ana Luiza Nobre) do livro *Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro*. Rioarte / Fundação Vilanova Artigas / Pini, Rio de Janeiro, 1991.

A transferência da Família Real para a colônia no Novo Mundo em 1808 atendeu diretamente a interesses de Portugal e a questões européias. Para o Brasil, no entanto, suas conseqüências se estenderam por todo o século XIX, acelerando o processo de independência e implantação do Império, e operando transformações em todos os setores da vida nacional.

A chegada de 15 mil europeus numa cidade com cerca de 60 mil (25% a mais) não poderia deixar de causar um enorme impacto. Havia carência de quase tudo. De habitação a víveres. Uma rápida e violenta intervenção foi feita em sua estrutura física, para poder dotar e oferecer o mínimo de condições de habitabilidade para os fidalgos. Mas não só um cotidiano funcionando satisfaria as exigências desse contingente acostumado a mordomias, a favores e lazeres.

D. João VI logo percebeu a carência de atividades para o alimento do espírito e o progresso do saber. Seu conselheiro mais proeminente, Antônio de Araújo Azevedo, o Conde da Barca, a figura de maior prestígio e brilho do reino, que acumulava poder nos postos

de Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, de interino no Ministério da Guerra e dos Estrangeiros, além de presidente do Real Erário no período de 1814 a 1817, o convenceu a contratar um grupo de artistas e artífices capazes de aqui fundar uma *escola de ciências, artes e ofícios*.

Portugal vivia um mau momento na produção e no ensino dessas atividades. Apesar dos desgastes com a França, devido ao conflito napoleônico, houve comum acordo de lá se buscar os mestres desejados. Em 1815 o Encarregado de Negócios de Portugal em Paris, Francisco José Maria de Brito, procurou Joaquim Lebreton, secretário perpétuo da classe de Belas Artes do Institut de France, que naquele momento de restauração do reino dos Bourbons havia sido afastado de todos os cargos por suas fortes convicções napoleônicas.

Com apoio de Nicolau A. Taunay, também do Institut de France, procurou reunir os que, além da competência comprovada, não estivessem vinculados a funções públicas no novo reinado.

Foi ao encontro de duas figuras já consagradas no meio artístico francês que, por coincidência, acabavam de ser convidados por Perrier e Fontaine, seus antigos mestres, a seguir para São Petersburgo, para servirem como arquitetos da Casa Imperial do Czar Alexandre I e professores da Imperial Academia de Belas Artes – o arquiteto Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (1776-1850) e Jean-Baptiste Debret, o pintor e desenhista encarregado do ensino e registro dos panoramas e costumes da Colônia portuguesa. O fascínio tropical e a imagem de um paraíso desconhecido, em substituição a geleiras conhecidas, e o formalismo russo fez-lhes mudar o rumo.

Lebreton assumiu a chefia da Missão, resolvendo vários conflitos pessoais, e completou o grupo com:

- Nicolau-Antoine Taunay, pintor e membro do Intitut de France;
- Auguste-Marie Taunay, escultor, Grande Prêmio de Roma;
- Charles Simon Pradier, gravador;
- Segismund Neukomm, compositor, organista;
- Francis Ovide, engenheiro mecânico.

E mais os assistentes: Francis Bonrepos, para o escultor Taunay; Charles Henri Levasseur e Louis Sinforian Meurié, especialistas em estereotomia, para o arquiteto Montigny; e um grupo de seis artífices para o ensino dos ofícios mecânicos.

Chegam ao Brasil em 26 de março de 1816, gravando para a história as referências – *Missão Artística de 1816* e *Missão Francesa de 1816*.

Nos tempos de negociação e recepção os franceses foram cercados de toda atenção e mordomia. O encarregado na França, Francisco J.M. Brito, havia adiantado 10.000 francos ouro de suas economias para garantir a passagem dos principais componentes da Missão, especialmente Grandjean e Pradier, com suas famílias completas. Nicolau Taunay também se fez acompanhar da família (mulher, cinco filhos e governanta), mas às próprias custas.

No Brasil, Dom João VI, o Conde da Barca e Lebreton se empenharam em garantir-lhes conforto e segurança.

Esse tratamento especialíssimo aliado ao encantamento pela natureza da cidade levaram os principais membros da Missão – Grandjean, Debret, os dois Taunay e Pradier – a apresentar formalmente ao Encarregado de Negócios uma carta em que se declaravam agradecidos e amparados "pela munificiência do Rei, secundada pela caridade solícita e generosa de seus ministros".

O meio despreparado, a lentidão da administração pública, o descontentamento (ciúme e inveja) de alguns com aquelas regalias a estrangeiros, foram criando dificuldades para a atuação da Missão.

Mais de quatro meses se passaram para que fosse editado, em 12 de agosto de 1816, o decreto de criação da *Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios*, no qual se estabeleciam os objetivos da Missão e a remuneração anual de cada um de seus membros.

Os entusiasmados franceses já vinham desenvolvendo suas atividades didáticas em locais improvisados, desde sua chegada. Grandjean as acumulava com a tarefa, de que fora incumbido logo no desembarque, de projetar o prédio da Academia. Ao apresentá-lo, poucos meses depois, provocou grande impacto às autoridades, por sua monumentalidade e rigorosas feições neoclássicas.

Mal as obras se iniciaram, foram interrompidas e os franceses sofreram seu primeiro grande golpe – morria o Conde da Barca, em 21 de julho de 1817. Ainda abalados com a perda do mentor, o quadro adverso se ampliou com a morte de Lebreton, em 29 de junho de 1819, e sua substituição pelo medíocre e rancoroso pintor português Henrique José da Silva, que dedicou sua maior energia na destruição e difamação dos artistas franceses.

As dificuldades se intensificaram nas duas décadas seguintes. A atenção e apoio aos franceses reduziram-se drasticamente. Os principais dirigentes tinham suas atenções absorvidas pela crescente ebulição política brasileira, marcada pelo:

- regresso dos soberanos portugueses à Europa;
- intensificação da luta pela independência e a constituição da nova nacionalidade;
- revoluções republicanas e separatistas;
- abdicação do Imperador;
- primeiros tempos tormentosos das regências.

Ao vir para o Brasil, Grandjean de Montigny já era um profissional de nomeada. Tinha pleno domínio de seu *métier*. Aluno de Charles Perrier e Pierre Fontaine, a famosa dupla de grandes mestres franceses do século XVIII, Grandjean, com apenas 23 anos (1799), conquistou a maior distinção de arquitetura de seu tempo – o Grand Prix de Roma.

Em seu período romano (1801-1805) percorreu a Itália e se aprofundou no estudo da obra de Palladio. O resultado desse período foi a publicação, com a colaboração de seu colega Faninni, do livro *L'Architeture Toscane,* apresentado em 1806 à Academia Francesa de Belas Artes, e de importância fundamental para o ensino e para a cultura arquitetônica da época.

A linguagem neoclássica já havia marcado presença em nosso país. Poucos anos antes da chegada da Missão, o arquiteto Antônio José Landi deixara belas obras, de sabor italiano, na próspera Belém do Pará.

Na capital do Império, no entanto, era completamente desconhecida. E, agora, trazia uma visão de monumentalidade e de esplendor muito conveniente à afirmação do poder do novo Império. Mas exigiria, também, uma inesperada ruptura no processo de construção de uma arquitetura brasileira que, ao ritmo da Colônia, lentamente se formava.

Adotávamos, assim, uma tendência comum a todo Ocidente do final do século XVIII e início do século XIX: a retomada compositiva com base nos elementos formais da Antiguidade greco-romana. Uma arquitetura de manufatura mais rigorosa e concepção formal mais apurada.

Para o êxito de suas propostas tornava-se indispensável a importação de materiais e mão-de-obra, de mobiliário e objetos para os interiores, de plantas para os jardins e até de serviçais europeus mais habilitados a uma operação mais refinada da vida doméstica.

O Neoclássico impunha transformações substanciais na organização dos espaços, na composição volumétrica, em suas relações dos cheios e vazios, e na introdução de elementos decorativos.

Na composição da arquitetura neoclássica sobressai o corpo central, quase sempre saliente, mais trabalhado e, por vezes, totalmente tratado com esmerada cantaria. Colunatas superpostas, com o emprego da ordem toscana ou dórica no térreo, da jônica, coríntia ou compósita no pavimento superior, encimadas por entablamento de sustentação do frontão triangular delimitado por gotas ou mísulas.

Os corpos laterais mantinham rigoroso ritmo nas fenestrações com cercaduras em granito, e vãos arrematados em sua parte superior por arco pleno, quando no térreo, e no andar de cima, por verga reta.

O ritmo nas platibandas era acentuado por pequenas estátuas de louça do Porto, ou compoteiras. As superfícies de massa pintadas em tom pastel, com cores suaves – creme, rosa, azul.

Tanta exigência e requinte nos fazeres construtivos trouxeram grande desconforto para a maior parte dos mestres-de-obra da Colônia, apoiados que estavam num exército de operários-escravos habituados a linguagens mais simplificadas e rudes.

Grandjean de Montigny
Interior da Praça do Comércio (1819)
Aquarela sobre papel 60 *x* 42 cm
Acervo FUNARJ – Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Projeto da fachada da Praça do Comércio (1819). Nanquim, traço e aguada sobre papel 40 x 80 cm. Museu D. João VI – Escola Nacional de Belas Artes – RJ.
A Praça do Comércio foi inaugurada em 6 de maio de 1820, dia do aniversário de D. João VI. Um ano depois, os comerciantes se retiraram do prédio, que passou a ser utilizado como Alfândega; mais tarde, abrigou o Tribunal do Júri. Atualmente, após ser restaurado, a Casa França-Brasil (cf. p. 368).

A arquitetura no Brasil vinha lentamente, ao ritmo da Colônia, se aperfeiçoando e desenvolvendo soluções próprias, em atendimento às exigências do clima e dos costumes da cidade colonial. O surgimento de um fenômeno como o Aleijadinho, no século XVIII, havia estimulado a possibilidade de fortalecimento de uma linguagem própria, fruto de uma sociedade em formação.

A primeira metade do século XIX, marcada pela atividade da Academia, de seu líder Montigny e seus discípulos, vai provocar uma ruptura nesse processo lento e gradual.

Além de sua produção como arquiteto, Grandjean de Montigny torna-se o primeiro professor do ensino, até então inexistente, de arquitetura no Brasil.

Considerado mestre excepcional, de dedicação permanente até sua morte, em 1850, seus ensinamentos legaram ao país algumas dezenas de notáveis profissionais, com destaque para Fernando Joaquim Bethencourt da Silva, José Candido Guilhobel, José Correia Lima, José Maria Jacintho Rebello, Job Justino Alcântara de Barros, que foram mobilizados para extensa quantidade de projetos e obras.

Arnaud Julien Pallière (Bordeaux, 1784-1862), casado com uma das filhas de Grandjean de Montigny. Aqui: *Esposa do artista com o filho no colo.* Óleo sobre tela 91 x 73 cm. Coleção particular – RJ.

Por sua visibilidade e atração a arquitetura neoclássica, produzida por Grandjean e seus principais, passa a ser um veículo eficiente para a elite e poder do novo Império, responsáveis pela arquitetura marcante no Brasil do século XIX.

No Rio de Janeiro[I] são exemplos marcantes: o Palácio Universitário, antigo Hospício D. Pedro II; o Palácio Itamaraty, antiga residência do Barão do Rio Branco; o Museu Imperial, antiga residência de verão da família imperial; a Santa Casa de Misericórdia; o Arquivo Nacional, antiga Casa da Moeda do Brasil.

No âmbito doméstico o Neoclássico vai contaminando toda a produção urbana de maior poder econômico. Sua influência se estende para a província, no entorno da Capital. A crescente riqueza produzida pelas fazendas de café vai financiando a construção de novas sedes ou a transformação das modestas

[I] O Museu Nacional, antiga residência do Imperador D. Pedro I na Quinta da Boa Vista, inclui-se entre as obras notáveis da cidade, mas não se relaciona com a ação da Missão Francesa. Seu projeto foi elaborado por Pedro. J. Pezerat, arquiteto particular do Imperador.

construções do século XVIII em construções requintadas e, em certos casos, com exibições de opulência.

A influência do Neoclássico se fez, basicamente, na composição formal das superfícies externas e nos acabamentos e elementos decorativos. A organização espacial dessas residências senhoriais conservava as articulações características da vida familiar feudal do século XVIII.

De Grandjean só restaram a Casa França-Brasil, antiga Praça do Comércio, posteriormente Alfândega e Tribunal do Júri; e a própria residência construída no ermo da Gávea, à margem da Lagoa Rodrigo de Freitas, hoje incorporada ao campus da PUC-RJ como Solar Grandjean de Montigny.

Grandjean poderia ter retornado à sua terra natal. Outros, como Debret em 1831, assim o fizeram. Mas o arquiteto, que viera da França com mulher e quatro filhas, enviuvou e casou-se novamente com a brasileira Luiza Francisca Panasco, e preferiu aqui permanecer até sua repentina morte, em 1850, aos 74 anos, vítima de uma gripe contraída no entrudo do Carnaval carioca.

Tivesse o comando da Missão recaído nas mãos de mestre artista ou cientista e a história da arquitetura no Brasil seria por completo diferente.

NOTA. O aprofundamento desta notícia poderá ser feito através de:

REIS Filho, Nestor Goulart. *Quadro de Arquitetura no Brasil*. 8.ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

MORALES DE LOS RIOS Filho, Adolfo. *Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira*. Prêmio João Ribeiro de Erudição, Academia Brasileira de Letras, 1943.

_____. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks / UniverCidade Editora, 2000.

SANTOS, Paulo Ferreira. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio de Janeiro: Coleção IAB, 1981.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *A Missão Artística de 1816*. Rio de Janeiro: MEC/DPHAN, Publicação n.º 18, 1956.

VÁRIOS. *Uma Cidade em Questão. Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. PUC-RJ, 1979.

SUSPIROS
POETICOS,
E SAUDADES,

PEL

D. J. G. DE MAGALHAENS.

Rio de Janeiro,

EM CASA DO SENHOR JOÃO PEDRO DA VEIGA,

Rua da Quitanda, canto da de S. Pedro.

Paris,

DAUVIN ET FONTAINE, LIBRAIRES,

Passage des Panoramas, 35.

1836.

Paris, berço do Romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre

Massaud Moisés

Titular de Literatura Portuguesa da FFLCH da Universidade de São Paulo, ensaísta, historiador e crítico literário.

Romântica e revolucionária, encarnando ideais de progresso e modernidade, a França dos começos do século XIX estava no ar em toda parte, – na cultura, nos costumes, na etiqueta, no vestuário, nos livros. Os nossos homens de letras, notadamente os poetas, lá iam beber conhecimento e inspiração, por via direta ou por via indireta, tendo de permeio, neste caso, figuras portuguesas também imantadas ao modelo em voga. Embora despontado na Escócia e na Alemanha da segunda metade do século XVIII, o Romantismo aclimatara-se perfeitamente em solo francês, a ponto de suscitar a impressão de que ali teria vindo à luz do sol. Tudo se passava como se ali houvesse, desde sempre, à espera de germinação, latências das correntes iniciadas pela estética do sentimento e da fantasia.

Seguindo no rastro da universalização do idioma falado ao norte dos Pireneus, a nova moda cultural difundiu-se amplamente. Paris tornara-se o centro do mundo: todos se voltavam, em pensamento, na sua direção. Mas poucos brasileiros tiveram a sorte de estudar nas suas escolas ou de alargar os horizontes do saber no contacto

com a sua fervilhante atividade científica, literária, musical, artística, como é o caso de Gonçalves de Magalhães (1811-1882) e Araújo Porto-Alegre (1806-1879).

Dois eventos simultâneos tiveram o condão de introduzir a moda romântica entre nós: *Niterói, Revista Brasiliense* e *Suspiros Poéticos e Saudades*. Datados ambos de Paris, 1836, o periódico era organizado por Torres Homem, Araújo Porto-Alegre, Pereira da Silva e Gonçalves de Magalhães, sendo este o autor do livro de versos. A revista, que se dispunha a enfeixar colaboração no terreno das ciências, das letras e das artes, teve efêmera duração (dois números), mas o suficiente para exercer influência renovadora, na linha das novas correntes estéticas em moda na Europa, com as quais os seus organizadores vinham tomando contacto.

Tendo por lema a epígrafe "Tudo pelo Brasil e para o Brasil", estampado na folha de rosto, como um subtítulo, a revista caracterizava-se expressamente por um entranhado sentido patriótico, de que o estudo de Gonçalves de Magalhães ("Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil"), inserto no primeiro número, entre as páginas 132 e 159, pode ser considerado a síntese crítica. Ostentando caráter de manifesto híbrido, entre literário e político, insurgia-se contra a colonização portuguesa, ao mesmo tempo em que perfilhava a estética romântica, à luz da qual se propunha a mostrar, a partir da vertente indianista, os traços originais da nossa literatura.

Abrindo com a afirmação de que "a literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral e de mais belo na Natureza", deixava claro que o ideário romântico, ao menos desse ângulo, já começava a fazer parte do seu repertório de idéias. E indagando – "Quem não dirá que Portugal, com este sistema exterminador, só curava de atenuar e enfraquecer esta imensa colônia, porque conhecia sua própria fraqueza e ignorava seus mesmos interesses? Quem não dirá que ele temia que a mais alto ponto o Brasil se erguesse e a glória lhe ofuscasse?" – deixava documentado o sentimento nativista, patriótico e antilusitano que o inflamava. Mas é nas marcas da cultura francesa sua

contemporânea, de viés romântico, que revelará até que ponto havia assimilado grande parte da sua doutrina. Afinal, havia chegado a Paris em 1832 e de lá sairia em 1837.

A menção de alguns nomes é sintomática: referindo-se àqueles que se ocuparam com as nossas letras, não se esquece de registrar a colaboração de Sismonde de Simondi, de Bouterweck e, notadamente, de Ferdinand Denis, mas é Madame de Staël quem lhe fornece subsídios de monta, transcritos e glosados com o ardor dos neófitos, convicto de que ali se encontrava o padrão de conhecimento merecedor de acolhida e reverência: "A glória dos grandes homens é o patrimônio de um povo livre; depois de sua morte, todos participam dela"; "O gênio no meio da sociedade é uma dor, uma febre interior de que se deve tratar como verdadeira moléstia, se a recompensa da glória não lhe adoça as penas". Estas abonações deixam à vista um subtexto duplamente romântico e patriótico, forjado no culto à liberdade de pensamento e de expressão que se tornaria a base do individualismo romântico.

Gonçalves de Magalhães o diz como as suas próprias palavras, a dar testemunho de respeito e adesão à doutrina que Madame de Staël defendia: interessa-lhe sobretudo "a história da literatura do Brasil", pois "toda história, como todo drama, supõe lugar da cena, atores, paixões, um fato progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa e um fim". Aqui, a identificação da história com o drama já é um indício claro de que o autor buscava libertar-se do passado neoclássico que, apesar das novas idéias emergentes, insistia em permanecer. É sob a bandeira da Liberdade, em que é fácil descortinar o influxo do meio cultural em Paris, que Gonçalves de Magalhães raciocina ou sente, com a eloqüência própria de quem descobria, na capital francesa, um cenário diverso daquele que deixara na pátria: "Não; as ciências, a poesia e as artes, filhas da Liberdade, não são partilhas do escravo; irmãs da glória, fogem do país amaldiçoado onde a escravidão rasteja, e só com a Liberdade habitar podem".

O texto fala por si: que país é esse senão o "que foi colônia portuguesa, [...] um país no qual ainda hoje o trabalho dos literatos, longe de assegurar-lhes,

com a glória, uma independência individual e um título de mais, ao contrário, parece desmerecê-los e desviá-los da liga dos homens *positivos*, que desdenhosos dizem: é um poeta". Nem por ser antilusitano, deixa ele, no entanto, de reconhecer em Camões um modelo de poeta superior, arrastado, exclusivamente, pelo amor da poesia e da pátria: estaria Gonçalves de Magalhães repercutindo a lição de Garrett, ao tomar o autor de *Os Lusíadas* como expressão, na vida e na obra, do que viria a ser a revolução romântica? Ou é pura coincidência? Num caso ou noutro, o resultado não se altera: a Liberdade é o fundamento do Romantismo, como reconhece, aliás, o "exilado" em Paris.

De onde o afã de recusar a imitação clássica, que preferia copiar o modelo estilístico dos autores greco-latinos em vez de buscar na essência da mímese, conforme Aristóteles, o modelo a imitar. O tom é quase de diatribe, de fundo nitidamente didático, contra os que consumiram a "mocidade no estudo dos clássicos latinos ou gregos", que [...] [lêem] "Voltaire, Racine, Camões ou Filinto, e não cessa[m] de admirá-los muitas vezes mais por imitação que por própria crítica". A inquisição termina por uma pergunta que seria ferina se não ocultasse um pedido ou uma sugestão, em que se embute claramente o patriotismo e, por conseqüência, a mesma falta de crítica própria que acusa nos outros: "apreciais vós as belezas naturais de um Santa Rita Durão, de um Basílio da Gama, de um Caldas?". É óbvia a dissonância manifesta na preferência por estes poetas de menor envergadura que os anteriores, resultante de um patriotismo não-crítico ou uma capacidade limitada de raciocínio analítico. Não obstante, o clima respirado nos anos 30 do século XIX em Paris poderia vir em socorro do autor se pretendesse defender-se da restrição que o seu pensamento, transcorridos quase dois séculos, pode sugerir em todos quantos percorrem o ensaio de 1836 em busca de sinais do romantismo em marcha.

A esse patriotismo meio ingênuo, que incita o autor a dizer que a pátria "respira livremente, respira, cultiva as ciências, as artes, as letras, a indústria, e combate tudo que entrevá-las pode", soma-se, contraditoriamente, a certeza de que era de timbre europeu e, mais do que isso, de ordem clássica, a literatura produzida na Colônia, evidente na poesia então praticada, qual "uma grega

vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil", que "cuida ouvir o doce murmúrio da Castália e o trépido sussurro do Lodon e do Ismeno, e toma por um rouxinol o sabiá que gorjeia entre os galhos da laranjeira". De tal modo era sufocante o padrão tomado de empréstimo que "muitas vezes poetas brasileiros em pastores se metamorfoseiam e vão apascentar seu rebanho nas margens do Tejo e cantar à sombra das faias".

Se algum crédito se pode atribuir a Gonçalves de Magalhães por este rasgo de lucidez, não parece razoável esperar que a sua inteligência, subindo mais alto, descobrisse que o estado de coisas no Brasil entre os séculos XVI e XVIII não derivava apenas da sua condição colonial, mas também de que o figurino que nos chegava de Lisboa e Coimbra não se distinguia, no geral, da moda imperante nos demais países europeus. Mesmo porque lhe faltavam os dons críticos que o alertassem para as antíteses decorrentes do seu estado de ânimo inflamado, quem sabe já atraído pelo culto do paradoxo que constituía o núcleo do Romantismo, seja como doutrina, seja nas obras criadas de acordo com os seus princípios, e para a simplificação lógica com que se atirava às afirmações grandiloqüentes. Cabe-lhe, todavia, o mérito de ser a primeira voz que se levantou para pregar o novo credo em circulação desde o fim do século XVIII.

O impacto francês sobre a mente de Gonçalves de Magalhães ainda se manifestará por outros aspectos desse ensaio inaugural: Chateaubriand é lembrado, logo depois de Homero, pela figura feminina de *Martyres*, convertida ao cristianismo, – o que dispensa comentário como indício de sobrevalorização da literatura coeva que se fazia em terras francesas, – mas é a Revolução Francesa que lhe fornece subsídios de monta para configurar a nova situação da cultura brasileira. Nem titubeia em afirmar que "com a expiração do domínio português, desenvolveram-se as idéias", como se afirmasse que estas haviam sido proscritas do cenário brasileiro entre os séculos coloniais. Exagero natural em quem, conduzido pelo entusiasmo juvenil, se imagina usando de uma prerrogativa antes negada, sobretudo na atmosfera cultural que respirava, esquecendo-se de que uma coisa era haver o cultivo das idéias, mas segundo o cânone dominante na matriz, outra era pensar livremente.

Eis por que, na seqüência do seu pensamento, afirma que "hoje o Brasil é filho da civilização francesa; e como nação, é filho desta revolução famosa, que balançou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens da púrpura e os cetros dos reis". Nem se dava conta, tal era o seu afã de registrar, patrioticamente, o novo estado posterior a 1822, de que atentava contra a cronologia dos fatos admitir que, como num passe de mágica, o Brasil se tornara filho da civilização e da revolução francesa. A não ser que o "hoje" do seu argumento se refira a algo mais do que o tempo transcorrido após o grito do Ipiranga, mas neste caso teria de reconhecer a contradição do seu patriotismo e, por conseguinte, da idéia de que era recente o vínculo com a civilização e a revolução francesas.

Gonçalves de Magalhães não esmorece no seu intuito de repisar a importância que a Revolução Francesa assumia, com justa razão, aos seus olhos. Se "o Brasil deixou de ser colônia e à categoria de reino irmão foi elevado", deve-se a que, "sem a Revolução Francesa, que tanto esclareceu os povos, este passo tão cedo se não daria. Com este fato, uma nova ordem de cousas abriu-se para o Brasil", pois o Brasil "parece pautar suas ações e seguir as pegadas da nação francesa". O encômio aos liames progressistas com a França culmina com a assertiva de que "é inegável que, com a França, o nosso comércio científico e literário particularmente tem existido. Originais ou traduzidos deram os autores franceses a Portugal no século XVIII as ciências e as letras, e por conseguinte ao Brasil".

Embora procedente, o pensamento do introdutor do nosso Romantismo não esconde o quanto havia de arroubo emocional na sua análise. O que, de resto, não lhe tira pertinência; mais ainda, refletia um estado de coisas, um espírito de época, em que tal entusiasmo se difundia por outros literatos que buscavam na literatura francesa o molde para as suas criações segundo os parâmetros românticos. Ainda surgem na pena do ensaísta outros nomes franceses, como Buffon, Montesquieu, Lamartine, sempre em decorrência da louvação do comércio intelectual entre o Brasil e a França. A apologia termina com um certo tom de libelo, ao louvar o gênio, segundo a concepção

romântica, e imprecar contra a imitação servil: "nas obras de gênio o único guia é o gênio, que mais vale um vôo arrojado deste que a marcha refletida e regular da servil imitação".

Falavam, em seu favor, os acontecimentos e obras recentes: seria talvez despropositado pedir-lhe que tivesse a lucidez crítica para suspeitar que a troca de modelo poderia gerar semelhante cópia servil em relação aos poetas franceses, como de fato aconteceu. No entanto, inspirou mais de um poeta de gênio entre nós, uma vez que exerciam o seu ofício em outro clima, o da Liberdade, e esta vinha nas pegadas da Revolução Francesa e de tudo o mais que se seguiu no terreno das ciências e das letras. Essa mesma liberdade obrigava-o a reconhecer, no entanto, que se devia a um escritor fora do âmbito francês (Schiller), a afirmação de que "o poeta independente [...] não reconhece por lei senão as inspirações de sua alma e por soberano o seu gênio". De qualquer modo, era sob a égide da Liberdade que tudo isso acontecia.

Colocando à parte o mérito do seu conteúdo, o "manifesto" de Gonçalves de Magalhães é, em si, fruto dos novos tempos pós-independência de 1822. Nos séculos coloniais, segundo afirma, não vislumbrava a existência de um documento semelhante, ainda que não deliberadamente doutrinário, que ilustrasse ou preconizasse uma das correntes dominantes nos séculos XVII e XVIII, a barroca e a neoclássica ou arcádica. Impossibilitados de pensar fora dos cânones vigentes na Europa, os escritores não se aventuravam a duvidar da validade do receituário estético que vinha da Metrópole, mesmo porque as duas vertentes eram, cada uma à sua maneira, dogmáticas ou ideologicamente orientadas. A liberdade romântica implicava a independência doutrinária, refletida claramente no texto publicado em *Niterói*. Gonçalves de Magalhães ainda evidenciará o seu amor à cultura francesa por meio de uma resenha, estampada nas páginais finais do número inaugural de *Niterói*, em torno de *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement*, de J.B. Debret.

J.M. Pereira da Silva navegará nas mesmas águas nos "Estudos sobre a Literatura", publicados no n.º 2 da revista, entre as páginas 214 e 243. Pela

extensão e pelo viés historiográfico, parece mesmo reduplicar o ensaio de Gonçalves de Magalhães. Na verdade, refletiam o momento histórico em que viviam, inclusive no entusiasmo pela Revolução Francesa, que "faz a volta do mundo, o Romantismo segue, sua estrela ganha luz, ao passo que a primeira descortina teorias verdadeiramente liberais e humanas, e alumia com seu farol o globo inteiro". O ardor juvenil, como se vê, não é menor, exibido também na citação de nomes franceses, além dos já mencionados pelo seu antecessor, como Benjamin Constant, Victor Hugo, Royer Collard e Cousin, mas reconhece que Portugal também se beneficiava dos novos ares, pois "a civilização, fazendo imensos progressos em Portugal, justiça lhe seja dada, os portugueses de hoje não são os que deixaram morrer de fome Camões e Bocage, que desterraram Filinto e Gonzaga, que queimaram nas fogueiras da Inquisição o poeta cômico português Antônio José, nascido no Rio de Janeiro, autor das únicas comédias originais que existem na nossa língua", etc. Ainda que não afirme expressamente, o autor desta observação deveria ter em mente que o influxo francês pós-revolucionário e romântico igualmente teria abrangido a ex-metrópole. Deste modo, estaria fazendo coro ao pensamento de Gonçalves de Magalhães.

O quadro do impacto da França no ideário brasileiro, exemplificado pelos moços que estavam em Paris na terceira década do século XIX, não ficará completo sem que se mencione, à entrada do segundo número de *Niterói*, um "rapport" alusivo ao aparecimento da revista, de autoria de Eugène de Monglave, lido no Institut Historique de Paris, do qual era secretário perpétuo. O tom é análogo ao dos textos de Gonçalves de Magalhães, a partir da idéia de ser "heureux qui peut s'orienter parmi ces révolutions qui se pressent, se poussent, se culbutent: la tête la plus encyclopédique n'y tiendrait pas". Mas logo o historiador se volta para o assunto da sua comunicação, frisando que "tant il y a de patriotisme dans cette poignée d'enfants du tropique que notre France abrite sous ses ailes hospitalières!".

Relevando o que possa haver de superioridade algo preconceituosa nessa referência indireta à idade de Gonçalves de Magalhães e seu grupo de ami-

gos, Monglave acentua o fato de que o "Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil" tinha o condão de introduzir o leitor "dans un monde poétique que la France ne soupçonne pas", chegando a admitir que, com o novo periódico, "le desert est franchi; M. de Magalhães et ses amis guident le peuple vers la terre promise". Somente faltaria dizer que era sob a inspiração da França romântica e revolucionária que os jovens missionários se encaminhavam para o porto do seu destino. Monglave acrescenta que tencionava "critiquer sans pitié les défauts de ce nouveau recueil", mas que não terminou por fazer senão, "malgré mes bonnes intentions, qu'un long panégyrique de ses qualités". De todo modo, a nova revista recebia o apoio que legitimava a sua publicação em terras francesas.

Fazendo de Gonçalves de Magalhães o guia que levaria o grupo de brasileiros em Paris à terra da promissão, Monglave apenas atestava uma evidência que não passaria despercebida a todos quantos lhes observassem as ações. Claro, pode ser que a terra da promissão já teria sido atingida ao chegarem a Paris; a cidade seria a terra procurada, ainda que por entre as brumas do devaneio, pois representava o centro da civilização e o lugar onde a modernidade pós-romântica havia instalado o seu quartel-general. Monglave, porém, não o diz, reduzindo-se a pensar o quanto a ambiência parisiense poderia significar para um grupo de homens dos trópicos ansiosos de novidade e de acertar o passo com a modernidade européia. Não seria absurdo, no entanto, supor que Eugène de Monglave estaria tomando como evidência que o progresso das letras no Brasil se realizara após o contacto daqueles escritores com a modernidade romântica em terras francesas. Em suma: poderia imaginar que a terra da promissão corresponderia à cultura nova, de índole romântica, que vigorava em França, indispensável à modernização da literatura ao sul do Equador. Não surpreenderia que encontrássemos, em qualquer outro documento da época, uma confirmação de que o grupo de Gonçalves de Magalhães teria ido a Paris como quem buscasse Meca ou a terra da promissão.

Corifeu do seu grupo, decerto por que mais afinado com as doutrinas românticas em voga, o autor do "Ensaio sobre a História da Literatura do Bra-

sil" ainda mereceria tal função pelo fato de publicar, no mesmo ano da *Niterói*, o seu volume de poemas sob o título *Suspiros Poéticos e Saudades*. Da teoria à prática, não houve nenhum hiato cronológico: em 1836, fazia quatro anos que residia em Paris. Levara na sua bagagem alguns, mas a maioria dos textos poéticos foram redigidos no ambiente novo encontrado na Europa. De todo modo, dava sinais de possuir o costumeiro perfil do condutor de jovens ansiosos de renovação.

O livro de poemas mereceu no 2.º vol. de *Niterói* uma longa resenha, assinada por F.S. Torres Homem. Abrindo com a idéia de que "desde os princípios do século atual uma grande reação começou a abalar os antigos fundamentos do reino misterioso das Musas", uma vez que "faltava à lira antiga essa corda grave e chorosa, pela qual se exprime a religião e o infortúnio; faltava-lhe a consonância com os sentimentos poéticos da existência e com a eterna melancolia do pensamento moderno". Transparece nitidamente a oposição entre a doutrina clássica e a romântica, e é esta, como não podia deixar de ser, que merece o encômio do autor da resenha. O tom permanece pelos parágrafos seguintes, evidenciando adesão consciente à nova estética, e o intuito deliberado de lhe fazer a defesa: "foi pleno o sucesso da reação contra a imitação da poesia antiga", acentua ele mais adiante. Já estaria alistado nas hostes românticas ao chegar à França, ou apenas depois de beber diretamente na fonte? Para o efeito, não faz diferença: em 1836, o grupo de brasileiros liderado por Gonçalves de Magalhães já havia feito a escolha pelo "pensamento moderno".

E F.S. Torres Homem, assumindo a função de porta-voz do grupo, reconhece que o autor de *Suspiros Poéticos e Saudades*, porque engajado na corrente estética iniciada no começo do século, era o seu digno representante brasileiro em Paris. Admite mesmo que o livro do seu confrade, "esta produção de um novo gênero, é destinada a abrir uma era à poesia brasileira". As considerações imediatamente seguintes voltam-se para um exame do ambiente intelectual brasileiro: feito com muita agudeza e imparcialidade, chama à cena um assunto que poderia ferir, por sua objetividade, não poucos escritores tangidos pelo sentimento de que "nós outros, brasileiros, não podemos sofrer reputações;

nosso orgulho é em extremo suscetível; ele desconfia dos menores sucessos; um nome pronunciado três vezes nos importuna e irrita". Elogio maior não poderia ser feito ao livro de poemas inaugural, publicado em França.

À distância de mais de cento e cinqüenta anos, salta aos olhos que Torres Homem acentuou as linhas românticas entrevistas no livro, por descuido, subjetividade, companheirismo ou falta de espírito crítico. Não obstante, era movido por sentimentos plausíveis no momento em que o nosso horizonte se abria para o novo modelo literário, que ele e os outros viram de perto em Paris. O volume de Gonçalves de Magalhães revela uma dualidade que pode mesmo parecer fruto do gosto do paradoxo que fazia as delícias dos românticos. Mas não é: o poeta aderiu ao Romantismo por influência francesa e introduziu-o em nossas letras, mas era, por temperamento e formação, um conservador de estirpe neoclássica. Levando o rigor ao extremo, pode-se dizer que insistiu em poetar a despeito de lhe faltarem as condições para erigir obra sólida e duradoura nesse terreno. Teria confundido transpiração com inspiração.

Não estaria sozinho nessa condição, e nem deixaria, por isso, de franquear as portas do ideário romântico para os nossos escritores, como ao declarar, no prefácio ao livro, seu maior desejo: "O fim deste livro, ao menos aquele a que nos propusemos, que ignoramos se o atingimos, é o de elevar a poesia à sublime fonte donde ela emana, como o eflúvio d'água, que da rocha se precipita e ao seu cume remonta, ou como a reflexão da luz ao corpo luminoso; vingar ao mesmo tempo a poesia das profanações do vulgo, indicando apenas no Brasil uma nova estrada aos futuros engenhos."

Se o conceito de poesia, em que brilha a idéia de sublime, na esteira dos pensadores do século XVIII, e se no horror ao vulgo já se pode ver uma reminiscência porventura involuntária ao pensamento de Horácio, que se dirá na afirmação que vem a seguir: "O poeta, empunhando a lira da Razão, cumpre-lhe vibrar as cordas eternas do Santo, do Justo e do Belo". Qualquer letrado de formação clássica faria análoga declaração de fé. Mas como a ambigüidade paradoxal em que se atolavam os românticos espreitava o autor, passa a afirmar que, "quanto à forma, [...] nenhuma ordem segui-

mos; exprimindo as idéias como elas se apresentaram, para não destruir o acento da inspiração".

Daí a sensação de que os poemas envergavam uma roupagem com aparência de nova, para revestir um conteúdo que, se de fato rendia homenagem à musa do sentimento e ao culto do "eu", seria em certa medida por transpiração. Postiço na forma, aprendida com os poetas românticos, mesmo antes da viagem à Paris, na substância parecia também caudatário dos poetas novos que conheceu no fio dos anos, notadamente ao longo da estada em França. Seja como for, os poemas deste livro e, acima de tudo, as idéias disseminadas na revista *Niterói* denotam o impacto da cultura francesa sobre a formação literária de Gonçalves de Magalhães, bem como dos outros jovens que com ele acorreram a Paris para viver de perto as novidades literárias que iniciavam o tempo áureo da literatura romântica.

Todavia, Gonçalves de Magalhães não esconde que a grande parte dos poemas integrantes do livro, em especial os que trazem "suspiros poéticos", foram escritos em terras européias, portanto, depois de 1833, "segundo as impressões dos lugares; ora assentado entre as ruínas da antiga Roma, meditando sobre a sorte dos impérios; ora no cimo dos Alpes, a imaginação vagando no infinito como um átomo no espaço; ora na gótica catedral, admirando a grandeza de Deus e os prodígios do cristianismo; ora entre os ciprestes que espalham sua sombra sobre túmulos; ora enfim refletindo sobre a sorte da Pátria, sobre as paixões dos homens, sobre o nada da vida". A ausência de Paris não deixaria de ser notada por quem procurasse especificamente reconhecer a sua presença nas impressões do poeta.

Como a "advertência" vinha datada de Paris, julho de 1836, talvez o poeta achasse desnecessário frisar que a "gótica catedral" é a catedral de Milão e que o "Père Lachaise", conhecido cemitério parisiense, é mencionado no poema "A Sepultura de Filinto Elísio". Outros poemas foram escritos em Paris ou contêm referência à cidade e a outros lugares ou assuntos, como "A Mocidade", "A Velhice", "Um Passeio às Tulherias", "A Consolação", "Ao General Lafayette", "O Dia 7 de Setembro, em Paris", até culminar com "Ao

deixar Paris" e "Adeus à Europa". Nestes dois poemas, extrema-se o significado da estada do poeta em Paris. Ali, resume numa estrofe tudo o mais que dizia nas seguintes:

Paris, citar teu nome é pôr remate
Aos elogios teus; eu te venero.
Lições em ti fruí; como eu mil outros
Brasileiros, que a Pátria hoje adereçam.
[...]
Quem, Paris, sem amar-te pode ver-te?
E quem pode deixar-te sem saudade?
Ah! Não beberei mais as eloqüentes
Lições, que me apraziam, de teus mestres!
Não verei mais teu Louvre apinhoado
De maravilhas tantas! Teus colégios, etc.

E ao despedir-se da Europa, diz:

Adeus, ó terras da Europa!
Adeus, França, adeus, Paris!

como a distinguir o continente europeu do país, e notadamente a cidade, que o acolheu. Deixava claro que uma coisa havia sido o contacto com Roma e outras cidades, outra coisa os anos passados na capital francesa. Acrescente-se que o "exílio" europeu podia resumir-se na assimilação do Romantismo na sua feição francesa, como fica patente ao confessar: "Meus versos são suspiros de minha alma, / Sem outra lei que o interno sentimento" ("O Canto do Cisne"). E no poema que fecha o livro inaugural refere-se aos seus versos como a "lira do meu exílio".

Quanto a Manuel de Araújo Porto-Alegre, foi um companheiro de jornada, que tinha Gonçalves de Magalhães como um mestre e guia. A sua colaboração em *Niterói* girou em torno de assuntos fora do círculo literário. No primeiro número, comparece com um ensaio em que compendia "Idéias sobre a Música", fazendo observações de um melômano bem informado do assunto, especialmente no que dizia respeito às modalidades musicais entre nós. "Contornos de Nápoles" chama-se o "fragmento das notas da viagem de um artista", publicado, anonimamente, no segundo número, que fecha com um longo poema seu, "A Voz da Natureza". "Este poemeto que se segue – diz o autor antes de transcrever as sucessivas estrofes – é a voz da inspiração, que guia o sentimento do coração, é a voz da natureza, é o eco das ruínas repercutindo por nossos lábios". Inspirado o poema nas "ruínas de Cumas", acredita o autor que "cada ilha que povoa o mar tirreno, cada gleba que se eleva sobre aqueles lugares exalçou um hino ou uma nênia à nossa imaginação, que o reproduzimos em mesquinho metro".

Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879)
Floresta brasileira, 1853
Sépia sobre papel 54,5 *x* 82 cm. Museu Nacional de Belas Artes – RJ.

Tal autocrítica somente poderia falar em favor do poeta se de fato assim pensasse ele. Na verdade, defende-se dizendo que "não é o poeta, é o artista; é o pincel que sobre a palheta toma a forma do alaúde do bardo, e desenha os quadros que a história narra, e que a reminiscência desperta à vista dos lugares, que foram testemunha de tais cenas". Em vez de sair ilibado do cometimento, o poeta-artista ou o artista-poeta não consegue diminuir a impressão depreciativa que os versos causaram também no leitor. E o lirismo de extração romântica tinge-lhe os versos, porque circulava no ambiente ao redor do poeta, mas o passado neoclássico assoma com toda a força, à semelhança do próprio Gonçalves de Magalhães. Com a diferença de que este não esconde o seu apego à cultura francesa, enquanto Araújo Porto-Alegre, além de se mostrar mais artista plástico do que poeta, encanta-se com os contornos de Nápoles. Não obstante, cada um colaborou, a seu modo, para nos deixar a certeza de que a França se encontrava na raiz do movimento que exportara o Romantismo para as plagas brasileiras.

Bibliografia

NITERÓI. Revista Brasiliense, 2 t., Paris: Dauvin et Fontaine, 1836, edição fac-similada, com introdução de Plínio Doyle e apresentação crítica de Antônio Soares Amora. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978.

GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos José. *Suspiros Poéticos e Saudades*, edição anotada por Sousa da Silveira e prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1959.

Os três eixos da Reforma do Judiciário

José Renato Nalini

Introdução

Depois da constatação de que o Executivo se converteu no mais influente dentre os Poderes e de se reclamar o resgate dos principais atributos do Legislativo, chegou a vez do Judiciário.

Todas as críticas se direcionam à Justiça, hoje considerada a mais disfuncional dentre as tarefas confiadas ao Estado. Ela é considerada lenta demais, inacessível aos excluídos, burocratizada, ineficiente e imprevisível. Por isso o tema da "Reforma do Judiciário" é recorrente e extravasou as discussões herméticas dos círculos iniciados, para ganhar foros de interesse geral na mídia.

Inúmeros diagnósticos foram produzidos. Aqueles resultantes das incontáveis audiências públicas realizadas no âmbito do Parlamento, que discute desde 1992 a proposta de emenda à Constituição que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, são conhecidos. Mas existem os produzidos por pensadores de outras áreas, como sociólogos e cientistas políticos e sociais e até por eco-

Juiz, presidente do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela USP e membro do Conselho Deliberativo do Instituto Pimenta Bueno, da Academia Paulista de Letras, da Academia Paulista de Direito e da Academia Paulista de Magistrados. É autor dos livros *Recrutamento e preparo de juízes*, *O juiz e o acesso à Justiça*, além de coordenador das obras *Formação jurídica* e *Uma nova ética para o juiz*, todos publicados pela Editora Revista dos Tribunais.

Giambatistta Piranesi, dito Piranèse (1720-1778)
Prancha VII da série *Prisões* (1750)
Água-forte, 55,5 x 41,1 cm
Bibliothèque nationale de France, Paris

nomistas. Finalmente, o Judiciário não se furtou a discutir sua reforma, e textos de considerável densidade foram produzidos por Associações da categoria, pelas Escolas da Magistratura e pelos Tribunais.

Pode variar o enfoque desses estudos. Como é distinta a receita de transformação da Justiça. Consensual, entretanto, é a conclusão de todos os que se dedicaram a conhecer melhor a Justiça, seu funcionamento, suas deficiências e seu futuro. Uma reforma que se resuma à alteração do texto constitucional é insuficiente para converter a Justiça no serviço público célere, eficiente e acessível com que a população tem o direito de sonhar.

Até o momento, não se acena com a profunda reforma estrutural prometida por vários responsáveis pela alteração dos rumos da Justiça brasileira. O ritmo vagaroso da reforma não deriva da ausência de propostas, cujo número supera as melhores expectativas. Significa apenas a ausência de um projeto no qual todos os interessados acreditem e que seja capaz de reduzir as dissensões internas, muitas das quais calcadas em visão parcial ou corporativista, mas eficazes para impedir a ultimação da emenda ao texto fundante.

Sem a pretensão de monopolizar a verdade, ofereço à meditação dos interessados – e interessados devem ser todos os cidadãos, pois Justiça é bem essencial à integralidade das criaturas – alguns pontos de vista que guardam pertinência com a reforma da Justiça.

A Justiça contemporânea

Por "Justiça" o povo entende um conjunto não muito preciso de instituições e tarefas. Nesse conceito está incluído o Judiciário, mas também o Ministério Público, a Polícia, os cartórios ou serviços extrajudiciais, a advocacia e todo o aparato que guarda coloração ou finalidade jurídica.

Na tradicional concepção de repartição de funções, ao Judiciário incumbiria aplicar a lei à controvérsia, enquanto o Legislativo produziria as regras do jogo e o Executivo administraria. Administrar, segundo tal visão, não é senão cumprir a lei sem conflito, pois o ordenamento adotou o modelo de um Esta-

do de Direito de índole democrática, e o Estado de Direito é aquele que se edifica sob a disciplina da lei.

A globalização e seus paradoxos obrigaram o Estado contemporâneo a se ajustar às necessidades, autênticas ou artificiais, de um cidadão sempre insatisfeito. O Executivo passou a legislar – Medidas Provisórias; o Parlamento a julgar – CPIs; e ao Judiciário se exigiu passasse a administrar – liminares, tutelas antecipadas, incursão mais intensa no mérito do ato administrativo.

Essa aparente inversão dos papéis tradicionais recrudesceu as críticas ao protagonismo dos juízes, fortaleceu a tese de que a Magistratura e o Ministério Público devam retornar às limitadas funções e tornou o controle externo do Judiciário uma idéia-força hábil a sustentar o discurso da reforma.

Outra realidade contribuiu para o reforço das discussões reformistas. A Constituição de 1988 foi aquela que mais acreditou no Judiciário, que acenou com um juiz disponível e capaz de resolver qualquer problema e criou modalidades singelas de realização do justo – os Juizados Especiais.

Tudo isso fez com que a cidadania se voltasse à invocação dessa tutela e se multiplicassem os processos, numa profusão sem precedentes. O volume de ações judiciais em curso no Brasil é insuportável para o arcaísmo das instituições e reflete outro paradoxo. Excesso de demandas é termômetro do grau de cidadania que se atingiu ou apenas evidencia a falência do modelo do Estado-providência, que nunca mais conseguiu atender às exigências da população?

O modelo de Judiciário brasileiro não comporta a adoção de diretivas consensuais, impede a formulação de uma estratégia de ação, exclui a possibilidade de se traçar uma política judicial conseqüente. Daí o descompasso das afirmações das cúpulas, os enfoques baseados em realidades muito distintas, o personalismo das propostas.

Entre o clamor de uma cidadania cada vez mais convencida de que o Judiciário pode ser o último refúgio para a concretização de seus direitos e a reação de outros setores a cobrar coerência, eficiência e previsibilidade, o juiz brasileiro está aturdido e perplexo com a sua realidade.

Qual a reforma que daria guarida a todas as pretensões, nem sempre convergentes, muita vez antagônicas, mas revestidas de aparente legitimidade?

A Reforma profunda

Enquanto se mantém a indiscutível afirmação doutrinária de que o Judiciário é uno e nacional, a prática oferece um quadro muito diferente. Há duas Justiças denominadas "comuns", uma federal e outra estadual, e três Justiças "especializadas": trabalhista, militar e eleitoral.

O resultado é a multiplicação de tribunais, cada qual provido de autonomia administrativa e orçamentária, a funcionar quais "ilhas" num arquipélago muita vez incomunicável. Sistemas não só diferentes, mas verdadeiramente divorciados. Ausência de critérios administrativos. Total inexistência de planejamento, que é obrigatório para o Poder Público.

Uma verdadeira reforma da Justiça imporia a adoção de um modelo unificado, compatível com a visão doutrinária de um Judiciário nacional. Um só Poder Judiciário, a homogeneidade de administração, a observância de um planejamento, conferiria racionalidade e eficácia a esse poder estatal hoje pulverizado e desprovido de condições até mesmo de disseminar as boas experiências.

Um Judiciário nacional talvez corrigisse distorções, pois há regiões com atendimento satisfatório da Justiça e outras carentes de recursos humanos. Viria a comprovar ou não a alegada necessidade de imediata multiplicação do número de juízes e funcionários. Permitiria o estabelecimento de um módulo de produtividade, seja para magistrado, seja para unidade judicial, de maneira a conferir a isonomia possível entre prestadores de serviço ontologicamente idêntico.

Outra questão polêmica seria a unificação entre Judiciário e Ministério Público, tal e qual existe na França e na Itália. O Ministério Público é instituição essencial à realização completa da Justiça e suas atribuições adquiriram relevo constitucional. Todavia, não se entrevê necessidade absoluta de existência de Ministério Público em segunda instância. A manifestação do procurador de justiça em todos os processos criminais em segundo grau de jurisdição desequilibra o contraditório. Não existe um "advogado de segunda instância", mas continua a ser aquele que patrocinou a causa no primeiro grau.

Os atuais procuradores de justiça poderiam ser aproveitados junto aos tribunais, de maneira a multiplicar a produtividade dos órgãos de segunda instância, sem necessidade de criação de novos cargos. É importante mencionar que as tentativas de separação entre Magistratura e Ministério Público nos países citados é considerada manobra política de enfraquecimento da Justiça.

Um terceiro ponto essencial a uma verdadeira reforma da Justiça é a democratização interna do Poder Judiciário. A Democracia é um valor fundante da República do Brasil. É um dos eixos centrais da Constituição e do Estado de Direito. O constituinte explicitou que não era qualquer Estado de Direito o que estava a ser entregue ao Brasil: era um Estado de Direito de índole democrática.

Entretanto, o Poder Judiciário, o único que não observa o catecismo clássico da vida democrática – a submissão de seus integrantes ao sufrágio – é o mais resistente a essa prática saudável. Já que o juiz ingressa na Magistratura, como regra, mediante concurso de provas e títulos, por que não se instaurar outras formas democráticas para a legitimação de sua missão vitalícia?

Uma delas seria submeter ao sufrágio universal, embora restrito aos integrantes da carreira, os detentores dos cargos de cúpula dos tribunais. A preservação da regra prevista na Lei Orgânica da Magistratura, que limita a titularidade eleitoral passiva aos mais antigos integrantes dos Tribunais, não permite o sadio debate das principais questões que afligem a carreira.

Uma eleição pressupõe a elaboração de plano, de projeto, de proposta de condução dos destinos da Justiça. Plano, projeto ou proposta, que passará pelo crivo dos demais magistrados. O eleito terá legitimidade maior e, em contraprestação, poderá vir a ser cobrado pela fidelidade ao projeto de gestão previamente elaborado.

Não é difícil afirmar que muitos dos problemas hoje enfrentados pelo Judiciário poderiam ter sido solucionados internamente, se houvesse a oxigenação eleitoral, um exercício revigorante da mais singela democracia e o reconhecimento de que da discussão surgem a luz e a verdade.

A Reforma acenada

Não ousou tanto o constituinte derivado. O Senador José Jorge (PFL-PE) entregou o seu parecer no dia 10 de março de 2004 e manteve todos os cinco ramos do Judiciário brasileiro.

Avançou parcialmente ao admitir a eleição de metade do órgão especial, encarregado do exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas pelo Plenário. Abrigou expressa previsão de atividade jurisdicional ininterrupta, vedadas as férias coletivas e necessidade de plantão permanente, nos dias em que não houver expediente forense normal.

Também determinou a distribuição imediata de todos os processos, em todos os graus de jurisdição, para evitar o represamento de recursos. Adotou a súmula vinculante e institucionalizou a Escola Nacional da Magistratura. Esta funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça e terá, dentre outras funções, a de regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira.

Os Tribunais de Justiça poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça em todas as fases do processo. Instalarão a Justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicIonal, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários. E deverão criar Ouvidorias de Justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

A principal novidade da emenda é a criação do Conselho Nacional de Justiça, integrado por quinze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução. Nove deles são magistrados, sendo a presidência confiada ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, e seis deles são estranhos à Magistratura: dois representantes do Ministério Público, um federal e outro estadual, dois advogados indicados pelo Conselho Federal da OAB e dois cidadãos, indicados um pela Câmara e outro pelo Senado.

A esse Conselho competirá o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos Juízes.

Outras modificações pontuais, também contidas no relatório apresentado ao Senado, também são insuscetíveis de transformar a Justiça brasileira no equipamento afinado com as expectativas populares, nem a ele conferirão a necessária eficiência.

A Reforma possível

Se a emenda à Constituição é insuficiente para transformar a Justiça brasileira, o que pode ser feito para aperfeiçoá-la?

Embora condição *insuficiente*, a emenda constitucional é condição *necessária* ao início de uma profunda reforma estrutural do Judiciário.

Só que ela constitui apenas o *primeiro eixo* do salto qualitativo essencial à reformulação da Justiça. Há um *segundo eixo*, que é o capítulo das alterações legislativas. E um *terceiro eixo*, que independe de emenda à Constituição ou modificação de lei. Depende apenas da consciência de cada operador.

Sobre o primeiro eixo já se falou, ainda que em superfície. Em relação às reformas legislativas, o constituinte secundário esteve atento às suas necessidades. Já constara do Substitutivo Zulaiê Cobra Ribeiro e o Senado manteve um artigo que determina a instalação de comissão especial mista, destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como prover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.

Sem prejuízo dessa previsão, nada impede que tenham seqüência as iniciativas levadas a efeito pela Escola Nacional da Magistratura, quando presidida pelo Ministro do STJ Sálvio de Figueiredo Teixeira. A alteração dos códigos processuais é fundamental. O Código de Processo Penal é da década de 1940 e foi editado em pleno período autoritário. O Código de Processo Civil, embora produzido na década de 1970, não previu o ritmo da tecnologia que torna obsoletas muitas de suas disposições, notadamente no campo da comunicação.

É verdade que a Constituição Cidadã já permitiu ao juiz brasileiro ousar e arredar do cipoal normativo, que o impede de realizar o justo mais adequado, tudo aquilo que for incompatível com a ordem constitucional vigente. Todavia, por uma visão conservadora, anacrônica até, do ensino jurídico, o operador do direito se afeiçoa mais a raciocinar a partir da ordem de serviço, da portaria, do regulamento, do decreto, da lei, em lugar de iniciar o seu convencimento na letra ou no espírito da Constituição.

Enquanto não se molda uma nova consciência jurídica, missão a ser encarada no terceiro eixo da Reforma, é imprescindível a modificação das leis. E não apenas das leis processuais. Também as leis procedimentais, cuja iniciativa o constituinte confiou ao Estado-membro e que, até o momento, não surtiu os feitos pretendidos.

Se o processo tem de ser uno, a desatender mais um princípio da combalida Federação, que existe apenas no texto constitucional, o procedimento pode ser objeto de lei local. As realidades deste continente nacional não são as mesmas. Muitas regras simplificadoras poderão ser produzidas e gerar alavancas de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, se houver criatividade e vontade política.

O terceiro eixo da Reforma

A mais importante ferramenta de transformação da Justiça brasileira é a reforma da consciência do operador, mais especificamente, a reforma da consciência do juiz.

Se houver uma conscientização de que já existem instrumentos de melhoria, a despeito de uma Constituição que tem sido injustamente acoimada de fator de ingovernabilidade, a despeito da legislação arcaica, isso significará uma verdadeira revolução da Justiça.

A formação jurídica é, cronologicamente, a primeira experiência universitária brasileira. Inspirou-se no modelo coimbrão, que remontava à Idade Média. Pouco se transformou em essência e continua a replicar espécimes os mais retrógrados em termos de abertura à nova realidade.

O mundo mudou e as ciências jurídicas nem sempre acompanharam o ritmo da mudança, nem pressentiram o alcance desse revolver de valores, nem avaliaram as conseqüências da rapidez no desempenho da missão pacificadora.

O recrutamento de juízes continua a obedecer um modelo que produziu bons frutos, mas também se ressente de obsolescência. Fazer o jovem decorar textos legislativos, doutrinários e jurisprudenciais pode apurar a sua capacidade de memorização, nunca as qualidades exigíveis a um julgador.

Assim que admitido, o juiz se vê imerso numa realidade impregnada de tradição e ritualismo. Embora se proclame a inexistência de hierarquia, ele se vê às voltas com rotinas e praxes preservadoras de um premeditado distanciamento com as cúpulas. O sistema de promoções estimula uma postura comedida, esterilizadora de qualquer ousadia ou criatividade.

Técnicas exitosas de persuasão convertem os mais afoitos em disciplinados burocratas. Uma especial concepção do princípio processual da inércia faz com que o juiz seja sempre impedido de atuar como administrador ou como cidadão. O estímulo à adesão incondicional derivada do ensinamento dos mais antigos faz dele um disciplinado colecionador de jurisprudência e, com o tempo, corre o risco de abdicar de ter suas próprias idéias. A necessidade de sobreviver com equilíbrio fá-lo cada vez mais distanciado do cerne dos conflitos e um repetidor de fórmulas processuais, muito mais do que um solucionador de problemas humanos.

Tudo isso perpetua um previsível congestionamento da máquina judicial, um descompromisso com a oferta de soluções, uma visão fatalista própria a um ser injustiçado. Trabalha com a matéria-prima produzida pelo Legislativo, enfrenta a insuficiência de recursos financeiros, pois o dono do caixa, o Executivo, é avaro em relação às pretensões judiciárias.

Essa equação precisa se inverter mediante um protagonismo que poderia ser denominado heróico, nos tempos vividos pela nacionalidade. É fundamental que a Justiça venha a ser um porto seguro para as reivindicações da cidadania, sobretudo daquela parcela da população que nem cidadã pode ser chamada, pois excluída de quase todos os bens da vida. Mesmo a vida, pressuposto de

todos os direitos, é-lhe assegurada na forma a mais miserável, a menos digna que se pode garantir a um ser humano.

O juiz brasileiro precisa se conscientizar de que depende dele, essencialmente dele, realizar o justo. E que para isso é necessário se munir de enorme capacidade patriótica, amor à Justiça, vontade de enfrentar desafios e, principalmente, criatividade.

Muitos magistrados provindos dos mesmos cursos jurídicos ainda não despertados para a realidade holística, para a multidisciplinaridade ou para a transdisciplinaridade, já impuseram ritmo diferenciado às suas unidades judiciais.

Adotar praxes mais modernas, servir-se da experiência levada a efeito por inúmeros setores da economia globalizada, não é defeso ao Judiciário. Ao contrário, tem o dever de se servir dos exemplos exitosos para outorgar ao povo a justiça por ele almejada.

O juiz não pode ser apenas um técnico em direito. A complexidade da vida presente reclama um ser mais completo, na verdadeira concepção holística da contemporaneidade. O *choque do futuro* sobre o qual alertava Alvin Toffler não pode encontrar o juiz imerso em perplexidade. Para sobreviver, todos os profissionais precisam se tornar infinitamente mais adaptáveis e capazes.

Dir-se-á que idéias adequadas para o mundo da competitividade sejam inaproveitáveis para o Judiciário, galardoado pelo privilégio do monopólio de realizar justiça. Todavia, isso é falacioso. Primeiro, porque a própria Justiça está a encontrar inúmeros competidores. Todos os que não podem se subordinar ao ritmo de lentidão insustentável da Justiça convencional, já adotaram outras estratégias para dela escapar. Daí o êxito de iniciativas quais a arbitragem, a mediação, a conciliação, a negociação e todas as denominadas alternativas de resolução de disputas. Começaram nos Estados Unidos, principalmente, mas chegaram com toda a rapidez ao Brasil e tendem a ser incrementadas.

Depois, o juiz precisa conviver com esse novo quadro, estimular as alternativas de solução dos conflitos e não hostilizá-las. É conveniente para o Judiciá-

rio que ele se encarregue de decidir apenas as questões mais complexas, relegando a outras estratégias – com as quais deverá conviver pacificamente – a resolução dos pequenos conflitos.

Nem por isso deve descuidar de conferir ao seu trabalho a eficiência reclamada pelo povo e acolhida pelo constituinte quando incluiu essa qualidade como um dos princípios da administração pública. Sentir-se responsável por uma resposta satisfatória, saber-se pacificador, harmonizador, edificador da sociedade justa, fraterna e solidária acenada pelo formulador da Constituição, deve ser a maior recompensa do juiz vocacionado.

O profissional deste milênio não pode ser um robotizado replicante de praxes longevas e formalismos estéreis. Ele precisa ser um criador de soluções integrais, que atendam de maneira mais completa à necessidade da paz social. Ele necessita se compenetrar de que os tempos estão a reclamar dele uma quebra de paradigmas, a vontade de imergir no projeto pessoal de educação permanente, a intenção de desenvolver um instrumental para capacitação estratégica e de ser um criador de uma nova Justiça, não um servidor resignado de burocracias e formalismos estéreis.

Dele depende interagir com o ambiente interno – a motivar os funcionários, a reconhecer seus méritos, a estimular a generosa cumplicidade para melhor realização do justo – e com o ambiente externo – conseguir a parceria dos destinatários da Justiça, comover a comunidade a que serve, resgatar a credibilidade e a afeição do povo para a Instituição que integra.

A Justiça é um sistema que não pode mais restar compartimentado e sem retroalimentação com o universo de seus destinatários. Para esse universo ela é preordenada. O povo é um patrão paciente em relação à Justiça. Mas o juiz pode fazer com que esse patrão se torne cada vez mais satisfeito. Um bom início é reconhecer que esse sistema – ou, melhor ainda, esse subsistema, encontrará no pensamento sistemático valioso auxiliar para mudanças de maior eficácia.

A vontade e a predisposição para aprender a trabalhar com as novas expectativas individuais e sociais facilitarão um novo aprendizado. E as habilidades

essenciais para esse aprendizado são uma consciente aspiração, na busca do contínuo aperfeiçoamento pessoal; o diálogo reflexivo, apoiado em modelos mentais e aprendizado em equipe e a compreensão da complexidade que incidiu modernamente sobre o fenômeno Justiça.

As pessoas querem resultado e soluções. Já não se satisfazem com respostas meramente epidérmicas, quais as processuais. A decisão rápida, bem fundamentada em termos assimiláveis pelo jejuno – que é a quem o processo angustia – é aceita até quando o desatende. A comunicação do juiz com a parte, a presteza, a verdadeira cordialidade, não o formalismo, reabilitam a crença na Justiça. O jurisdicionado quer entender o que ocorre, não se contenta com a mera institucionalização do conflito.

Num outro enfoque, a paciência para tentar a conciliação não é devotamento perdido. É investimento ético. Pois a solução resultante de transigência recíproca, de uma efetiva participação do interessado no alcance do destino da lide, é mais importante do que vencer, sem ter participado das discussões. Por isso a conciliação, por autônoma, é sempre eticamente superior à melhor decisão, pois sempre heterônoma à vontade das partes.

Uma nova mentalidade, a cabeça plena de idéias originais, a vontade de acertar, a humildade, a busca por soluções ainda não implementadas, ou apenas parcialmente adotadas, poderá aperfeiçoar significativamente a prestação jurisdicional.

O terceiro eixo é uma ampla perspectiva aberta ao juiz que não se satisfaz com o burocrático ofício ou com o exaustivo cumprimento do dever, mas procura ser um agente transformador da missão de realizar o justo.

Acreditar que a Justiça venha a ser cada dia melhor, por esforço pessoal de cada um de seus integrantes, é um complexo vitamínico de eficiência comprovada.

Ousar, ousar mais ainda, criar e não desanimar, são palavras de ordem que a consciência do juiz vocacionado não pode desprezar.

Muito já foi feito, muito tem sido feito, mas um universo infindável resta a ser feito. É só continuar e, para tantos outros, é só começar!

Da Costa e Silva e o sincretismo

Sânzio de Azevedo

Sabemos todos que o Simbolismo, na literatura brasileira, não tomou o lugar do Parnasianismo, com o qual conviveu. Diga-se de passagem que a corrente nascida com o *Parnasse Contemporain* não chegou a ser, entre nós, senão em alguns momentos, a estética impassível e marmórea que pretendeu ser na França. O próprio Alberto de Oliveira, exponencial entre os cultores da Forma, confessava a dívida de sua geração para com o Romantismo. E não se desconhecem os traços de musicalidade que povoam alguns passos da obra do mesmo Alberto de Oliveira, de Raimundo Correia, de Olavo Bilac, de Vicente de Carvalho e de vários outros.

Sendo assim, não admira que a poesia brasileira, nos primeiros anos do século XX, fosse um complexo de várias e variadas tendências estéticas, com um substrato lírico de extração romântica, notas da busca da perfeição formal parnasiana, traços da fluidez musical simbolista e ainda prenúncios da liberdade modernista.

Professor de Literatura Brasileira e Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Ceará, poeta, crítico, ensaísta e historiador literário. Publicou, entre outras obras, *Caminhos da poesia* (1968), *Literatura cearense* (1982), *Canto efêmero* (poesia, 1986), *O Modernismo na poesia cearense* (1995) e *Cantos da antevéspera* (poesia, 1999).

É a época do Sincretismo, termo empregado por Darcy Damasceno e Rodrigo Octavio Filho, mas, segundo Afrânio Coutinho, devido a Tasso da Silveira.[1] É a época de Amadeu Amaral, de Hermes Fontes, de Maranhão Sobrinho, de Félix Pacheco, de Artur de Sales, de Ronald de Carvalho, de Olegário Mariano (estes em início de carreira), e de tantos outros, pendendo uns para o Parnaso, outros para o Símbolo, mas sempre mostrando a coexistência de vários discursos.

Não obstante a predominância do Simbolismo em sua obra, vista como um todo, poucos poetas representam tão bem esse sincretismo, com toda a sua problemática e a sua riqueza, quanto Da Costa e Silva, nascido no Piauí em 1885 e falecido no Rio de Janeiro em 1950.

Sangue

Estreando em 1908 com o livro *Sangue*, exibia o poeta então um simbolismo ostensivo, com acentos decadentistas, ao lado de leves traços românticos e parnasianos, no sentido menos ortodoxo. Simbolismo puro, por exemplo, vemos em "Turris Lucifera":

Torres altas dos nobres sentimentos,
Dos nobres sentimentos mais supremos,
Alturas imortais que apenas vemos
Com o auxílio dos grandes pensamentos;

Soberbos, colossais elevamentos
Onde não toca o extremo dos extremos,
E em cuja pompa nosso olhar perdemos
Na transcendência dos deslumbramentos;

[1] Coutinho, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil.* 3ª ed. Rio de Janeiro: São José, 1966, p. 252.

Torres varando a névoa dos Espaços,
De onde distende bênçãos sobre os mundos
A Morte, abrindo a cruz dos longos braços...

Torres em que, na eterna trajetória,
O Ser dos sentimentos mais profundos
Ascende para Deus e para a Glória!...

Nesse livro, cheio de maiúsculas alegorizadoras, sinestesias, vocabulário litúrgico e outras características do movimento, são radicalmente simbolistas ainda poemas como "Rosa Mística", "De Profundis", "Lacrimae Semper", "Ante Noctem", "Soror Doloris" e "Olhos Magoados", entre outros.

Interessante é que o soneto "Cruzada Negra", vazado em alexandrinos, parece, lido até o oitavo verso (ou seja, lidos os dois quartetos), uma página parnasiana, onde se vê um cavaleiro que se apresta para o combate. Os tercetos, porém, desfazem inteiramente essa impressão, pois seu clima é simbolista:

MORS – em letras de luz gravo no meu escudo.
A divisa imortal de cavaleiro traço
Em campo negro. E, após, visto a armadura de aço.
Preme a cota, a luzir, o meu peito desnudo.

O elmo à cabeça, a espada à cinta, a lança ao braço,
Desço ao pátio e cavalgo o meu corcel sanhudo,
E o bruto, a relinchar, indiferente a tudo,
Rasga, como um fuzil, a escuridão do espaço.

Levo a lira no arção. Impassível e forte,
No solar do Não-Ser, ante o perfil da Morte,
Cantarei a balada augusta e soberana

De cavaleiro errante e menestrel transeunte...
E aonde vou? Aonde vou? Inda há quem mo pergunte?
– Busco a Jerusalém remota do Nirvana...

São bem simbolistas esse "solar do Não-Ser", bem como essa evasão para o Nirvana, esse Nada que, do budismo, passou para a literatura européia através da filosofia pessimista de Schopenhauer.

Entre os poemas simbolistas que não referimos, ortodoxo é o soneto "Visões da Morte", no qual o poeta, falando às "Almas tristes, sinistras e angustiadas, / Almas sombrias dos desiludidos", afirma, nos tercetos:

Castas filhas do Medo e do Mistério,
Duendes tremendos do Pavor, medonhos
Espectros que vagais no cemitério...

Quão semelhantes sois, mudos, tristonhos,
Nesse cortejo lúgubre e funéreo,
À Procissão de Passos dos meus sonhos!

Nem falta ao livro de estréia de Da Costa e Silva a nota forte do Decadentismo (que é a face profana do Simbolismo), em textos como "Turris Eburnea", "Anátema", "Canção da Morte" e outros, inclusive "Deusa Pagã":

Casto Esplendor da Carne, quando assomas
Na deslumbrante perfeição que trazes
No corpo excelso, bamboleando as pomas,
Sinto volúpias cálidas, audazes...

Coloco-te nas fúlgidas redomas
Do Verso e no turíbulo das frases
Queimo-te o incenso de florais aromas:
– Cravos, magnólias, trevos e lilases.

Na doce extrema-unção do Sensualismo,
És tu a Fé suprema em que me abismo
Na comunhão profana dos Desejos...

Nossa Senhora eterna do Pecado,
Salve o teu vulto, angélico, sagrado,
Na peanha de fogo dos meus beijos!

Às vezes o poeta evoca figuras da Mitologia clássica, mas essas entidades, tão ligadas para nós ao Classicismo, ao Neoclassicismo e ao Parnasianismo, aparecem transfiguradas pela subjetividade simbolista. No poema de abertura do livro inaugural é assim que surge o mundo mitológico: "Rubro Estige espumoso da Luxúria, / Golfão dos meus desejos rebelados, / Onde a minha alma de Hércules em fúria, / Pasce a Hidra de Lerna dos Pecados." E no soneto "Flor Dorida" diz o poeta a alguém: "Tua angustiada palidez sombria / Lembra dores, tristezas e saudades / – Ninfas, sereias, fadas e naiades / Do rio roxo-azul da Nostalgia." Misturam-se, como se vê, fadas e figuras mitológicas, como sereias, ninfas e náiades, no verso com diástole, rimando com *saudades*.

É ainda de *Sangue* o "Madrigal de um Louco", poema em forma de losango, com versos que vão do monossílabo ao dodecassílabo. Mas nesse livro, tão radicalmente simbolista que chega a ostentar referências nominais a quatro poetas da corrente (no soneto "Josaphat" diz o autor: "Verlaine, Mallarmé, Cruz e Sousa, Antônio Nobre / Rezam juntos por mim num profano Eucológio"), mesmo nesse livro pratica poeta um descritivismo muito do agrado de nossos poetas parnasianos. Como em "Rio das Garças", cujos alexandrinos evocam as paisagens do Piauí, a terra natal nunca esquecida. Como revelou uma reportagem feita por Salustiano Coelho em Fortaleza, onde residia o poeta em 1940,[2] era o "Rio das Garças" o soneto predileto do autor, e só esta revelação basta para que o leiamos na íntegra:

[2] Coelho, Salustiano. "Conversando com Da Costa e Silva". In: *Presença*. Teresina: Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo do Piauí, ano VI, nº 13, 1985.

Na verde catedral da floresta, num coro
Triste de cantochão, pelas naves da mata,
Desce o rio a chorar o seu perpétuo choro...
E o amplo e fluido lençol das lágrimas desata...

Caudaloso a rolar, desde o seu nascedouro,
Num rumor de orações no silêncio da oblata,
Ao sol – lembra um rocal todo irisado de ouro,
Ao luar – rendas de luz com vidrilhos de prata.

Alvas garças a piar, arrepiadas de frio,
Seguem de absorto olhar a vítrea correnteza.
Pendem ramos em flor sobre o espelho do rio...

É o Parnaíba, assim carpindo as suas mágoas,
– Rio da minha terra, ungido de tristeza,
Refletindo o meu ser à flor móvel das águas.

Nessa mesma linha descritiva se enquadra ainda, no livro de que tratamos, o mais famoso soneto de Da Costa e Silva, poema que Alberto da Gosta e Silva, ao organizar a edição das Poesias Completas (1950) de seu pai, considerou, com justa razão, "um dos mais belos momentos da poesia de língua portuguesa",[3] ou seja, o soneto "Saudade". Apesar de figurar no *Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro* (1952), de Andrade Muricy, e em outras coletâneas do Simbolismo nacional, a nós não nos parece que seja típico da corrente de Cruz e Sousa. Para nós, ele se aproxima bem mais da dicção parnasiana, em sua vertente brasileira, pela forma trabalhada sem esconder o lirismo romântico:

[3] "Advertência". In: Da Costa e Silva, *Poesias completas*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1950, p. 5.

Saudade! Olhar de minha mãe rezando,
E o pranto lento deslizando em fio...
Saudade! Amor da minha terra... O rio
Cantigas de águas claras soluçando.

Noites de junho... O caburé com frio,
Ao luar, sobre o arvoredo... piando, piando...
E, ao vento, as folhas lívidas cantando
A saudade mortal de um sol de estio.

Saudade! Asa de dor do pensamento!
Gemidos vãos de canaviais ao vento...
As mortalhas de névoa sobre a serra.

Saudade! O Parnaíba – velho monge
As barbas brancas alongando... E, ao longe,
O mugido dos bois da minha terra...[4]

Zodíaco

Em 1917, publica o poeta dois livros, *Zodíaco* e *Verhaeren*. O primeiro é tido como uma adesão ao Parnasianismo, o que contrasta com o segundo, o qual celebra, em versos polimétricos, a liberdade e a grandeza da poesia de Emile

[4] Segundo Alberto da Costa e Silva (*Obras completas* de Da Costa e Silva. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985), na lição original de *Sangue* eram assim os seguintes versos:

5 *Noites de junho. O caburé com frio,*
7 *E à noite as folhas lívidas cantando*
8 *A saudade infeliz de um sol de estio.*
11 *Ai! mortalhas de neve sobre a serra.*
13 *As barbas brancas alongando... E ao longe*

Verhaeren, simbolista belga cujo livro *Les Villes tentaculaires*, de 1895, haveria de influenciar alguns passos da obra poética de Mário de Andrade.

Em *Zodíaco*, efetivamente, aponta para o Parnasianismo o caráter descritivo dos sonetos que compõem os "Poemas da Flora", notadamente "A Palmeira", "O Ipê", "A Araucária", "O Flamboyant" e "A Parasita". Mas ainda aqui temos de falar de Parnasianismo no sentido brasileiro do termo, já que o poeta, longe da impassibilidade de alguns mestres da corrente francesa, chega a antropomorfizar as árvores. "A Palmeira", por exemplo, "Como que traz consigo o desejo triunfante / De dominar o céu tão alto, tão distante...". "O Ipê" termina com estes versos: "Ei-lo, orgulhoso assim, como quem, afinal, / Vem à vida mostrar, florindo de ano em ano, / A áurea riqueza em flor do reino vegetal." Já "A Araucária", esta o poeta nos mostra a verter, "Ao ver eternizar-se uma ânsia transitória, / Em lágrimas de mel, a angústia do seu ser", enquanto "A Parasita" se nos apresenta "Orgulhosa, a ostentar os seus flóreos troféus". Leiamos, desta série, "O Flamboyant", soneto que, vazado, como os demais, em alexandrinos clássicos, é um poema parnasiano, mas colorido de aliterações que não deixam de remeter à filiação simbolista do autor:

Ao sol que a doura e abrasa, ao sol que anima e inflama,
Arreia-se, aureolada, a árvore senhoril
De faustosos festões e, rubra, se recama
De flores de ouro e fogo, aberta em flores mil.

Fascinante a cimeira, ostenta, rama a rama,
O encanto natural da flor rara e gentil
De pétalas de sangue e sépalas de chama;
E, em vez de folha, a flor esplende em cada hastil.

O flamboyant florindo, o florígero estema
Flutuante a flamejar, num rubor de arrebol,
– Pompeia, iriando à luz, a floração suprema.

E a fulgurar floresce, até perder, em prol
De outra copa mais linda, o purpúreo diadema,
Morrendo pela vida, em holocausto ao sol.

Na mesma linha estão os sonetos da série "Poemas da Fauna", que focaliza "O Caranguejo", "O Caramujo", "A Lagartixa", "O Sapo", "A Cobra", "O Morcego", "A Aranha", "O Besouro", "A Cigarra" e "O Vaga-lume".

Sabemos que é dos simbolistas o requinte (que poderia parecer parnasiano) de compor sonetos com rimas, por exemplo, em *ama, ema, ima, oma* e *uma*. Olavo Bilac fez o "Crepúsculo na Mata" com rimas em *ara, era, ira, ora* e *ura*, mas o texto é do livro *Tarde*, de 1919; antes dele, Maranhão Sobrinho, num livro de 1908, tem em "Interlunar" rimas em *ânio, ênio, ínio, ônio* e *únio*, e Domingues de Almeida, em 1913, pôs no soneto "Sangue" a seqüência *ama, ema, ima, oma* e *uma*, que demos como exemplo desse processo. No caso de Da Costa e Silva, algumas rimas são, nos tercetos, variações das rimas dos quartetos. Em "O Flamboyant", vimos que os quartetos apresentam uma terminação grave ou paroxítona, em *ama* (inflama, recama, rama e chama), e uma aguda ou oxítona, em *il* (senhoril, mil, gentil e hastil), ao passo que os tercetos mostram terminação grave em *ema* (estema, suprema e diadema), e aguda em *ol* (arrebol, prol e sol).

Uma vez que o esquema dos tercetos pode comportar até três rimas, surge mais uma vogal. É o caso do soneto "A Aranha", com rimas em *anha* e *eia* nos quartetos e *enha, onha* e *óia* nos tercetos:

Num ângulo do teto, ágil e astuta, a aranha,
Sobre invisível tear tecendo a tênue teia,
Arma o artístico ardil em que as moscas apanha
E, insidiosa e sutil, os insetos enleia.

Faz do fluido que flui das entranhas a estranha
E fina trama ideal de seda que a rodeia,
E, alargando o aranhol, os elos emaranha
Do alvo disco nupcial, que a luz do sol prateia.

Em flóculos de espuma urde, borda e desenha
O arabesco fatal, onde os palpos apóia
E, tenaz, a caçar os insetos se empenha.

Vive, mata e produz, nessa faina enfadonha;
E, o fascinante olhar a arder como uma jóia,
Morre na própria teia, onde trabalha e sonha.

A propósito do quinto verso ("Faz do fluido que flui das entranhas a estranha"), Péricles Eugênio da Silva Ramos observou: "as soluções formais concretistas têm precursores nacionais; as paronomásias de que ainda não se libertaram esses mesmos concretistas já surgiam vigorosamente em Da Costa e Silva".[5]

Quanto aos sonetos "O Morcego" e "O Vaga-lume", neles o poeta usou a rima redobrada, isto é, trabalhou apenas com duas rimas, o que torna o trabalho do artista mais difícil. Mas por amor à verdade lembramos que esse requinte foi mais do gosto de parnasianos do que de simbolistas, pois se Hermes Fontes compôs nesse esquema "Restos" e "Culto dos Olhos", o mesmo já fizera Machado de Assis com o célebre "Círculo Vicioso" e "Dai à obra de Marta um pouco de Maria". Emílio de Meneses faria assim o "Envelhecendo", e Olavo Bilac, a sua "Prece".

Simbolismo em *Zodíaco* temos no "Hino ao Sol", no "Hino ao Mar" e no "Hino à Terra", em versos que vão de uma a doze sílabas, em ordem crescente e, a partir da metade, em ordem decrescente, como o "Madrigal de um Louco", do livro de estréia.

A parte do livro que leva o título do volume, "Zodíaco", é formada por poemas que celebram o "Inverno", a "Primavera", o "Verão e o "Outono", textos vazados em metros vários, misturando decassílabos, hexassílabos, trissílabos, octossílabos, alexandrinos, etc. São poemas polimétricos, o que os aproxima mais do Símbolo do que do Parnaso. Como este trecho de "Inverno":

[5] Ramos, Péricles Eugênio da Silva. *Poesia simbolista*. São Paulo: Melhoramentos, 1965, p. 386.

Troam trovões em trons longos de guerra;
E o soturno rumor,
Ecoando
De vale em vale, serra em serra,
Todas as forças vivas acordando
Em rugidos de amor,
Parece despertar o coração da terra.

Ou este, de "Outono", mais simbolista, na verdade, pelo próprio tema, tão do agrado dos chamados penumbristas:

O outono...
Em toda a Natureza existe
Um misto de volúpia e de abandono,
Um lascivo torpor
De quem quer descansar, de quem tem sono
E essa alegria resignada e triste
Dos que morrem de amor.

Duas outras divisões do livro, "Ritmos da Vida" e "Imagens da Natureza", ostentam a mesma fluidez, com o mesmo polimetrismo, falando, aqueles, da ventania, da névoa, da chuva e do redemoinho, e estes, da enchente, da queimada e da derrubada.

Mas a nota mais forte de telurismo, expressa nos textos em que o poeta volve o olhar para o seu pátrio Piauí (tal como o fizera com "Saudade", do livro *Sangue*), está em "Minha Terra", que engloba cinco sonetos, em alexandrinos o primeiro e o terceiro, e decassílabos os versos dos demais: "Amarante", "A Balsa", "A Moenda", "A Cantiga" e "O Aboio".

Destes poemas, haveria de obter celebridade quase tão grande quanto a de "Saudade" o soneto "A Moenda", o qual, com o título "O Engenho de Madeira", havia figurado na antologia *Sonetos brasileiros*, de Laudelino Freire, em sua

segunda edição, de 1916, com levíssimas diferenças. Alberto da Costa e Silva, em nota relativa ao soneto, na terceira edição das Poesias Completas (1985) de seu pai, informa que o texto figurou pela primeira vez na edição de 5 de outubro de 1909 do *Filhote de A Careta*, mas não faz alusão ao título com que ele aparece na citada coletânea. Esta é a versão definitiva de "A Moenda":

Na remansosa paz da rústica fazenda,
À luz quente do sol e à fria luz do luar,
Vive, como a expiar uma culpa tremenda,
O engenho de madeira a gemer e a chorar.

Ringe e range, rouquenha, a rígida moenda;
E, ringindo e rangendo, a cana a triturar,
Parece que tem alma, adivinha e desvenda
A ruína, a dor, o mal que vai, talvez, causar...

Movida pelos bois tardos e sonolentos
Geme, como a exprimir, em doridos lamentos,
Que as desgraças por vir, sabe-as todas de cor.

Ai! dos teus tristes ais! Ai! moenda arrependida!
– Álcool! para esquecer os tormentos da vida
E cavar, sabe Deus, um tormento maior!

É sintomático o fato de os dois sonetos mais populares de Da Costa e Silva serem justamente aqueles em que o poeta mais se distanciou do Simbolismo e mais se aproximou da dicção menos ortodoxa do Parnasianismo brasileiro. Em "A Moenda", não se diga ser simbolista a presença das aliterações, o que existe em literatura desde Virgílio, pelo menos, com alguns passos da *Eneida*. Quanto à antropomorfização do engenho, basta lembrar que Bilac deu sentimentos humanos não somente a seres como "As Árvores", mas também a "A

Montanha e a "Os Rios", sendo que Alberto de Oliveira antropomorfizou uma peça de madeira em "A Vingança da Porta" e uma lâmina de vidro em "Ironia".

Verhaeren

O outro livro de 1917, *Verhaeren*, é na verdade apenas um poemeto, escrito à memória de Emile Verhaeren (1855-1916), poeta belga que, estreando em 1883 com *Les Flamandes*, livro de contos, aparecia como um realista, seguidor de Maupassant, para, em 1887, se revelar um decadentista, com *Les Soirs*. Pierre Martino, no livro em que encontramos estas informações,[6] afirma que o poeta enchia suas obras de símbolos, mas símbolos claros e simples; por outro lado, os seus poemas em versos livres trazem partes perfeitamente ritmadas e rimadas. Pelo exemplo que vemos em Martino, e mais pelos versos de H. de Régnier comentados por Maurice Grammont,[7] podemos concluir que os tratadistas franceses geralmente chamavam de "vers libres" os versos de várias medidas (polimetria), o que de certa forma explica a confusão que ainda existe, no Brasil, entre polimetria e verso livre.

Ao homenagear o poeta flamengo, Da Costa e Silva compôs um poema à maneira do homenageado, ou seja, em versos polimétricos, dizendo, na primeira estrofe:

MESTRE, vibra em teu estro a vertigem da vida,
Com a mesma liberdade e o mesmo movimento,
Intensamente refletida e traduzida,
Fixando sensações, aspectos e paisagens,
Num colorido cálido e violento,
Numa harmonia estranha e indefinida

[6] Martino, Pierre. *Parnasse et Symbolisme*. 2.è édition. Paris: Armand Colin, 1970, p. 166 e segs.
[7] Grammont, Maurice. *Le Vers français*. 6.è édition. Paris: Delagrave, 1967, p. 164.

De ritmos, rimas e onomatopéias,
Na torrente eloqüente das imagens,
À luz radiosa do pensamento,
No lúcido cristal sonoro das idéias.

Adiante, referindo-se ao livro *Les Villes tentaculaires* (1895), diz o poeta brasileiro que o mundo perdeu, com a morte de Verhaeren, um poeta genial, aquele rapsodo moderno,

Que interpretou, cantando, a tumultuária insânia
E o unânime conflito repentino
Da atividade contemporânea,
No turbilhão dos espetáculos vulgares
De fábricas e usinas, bancos e bazares;
E, em arroubos febris de poesia espontânea,
Fez viver, na sua arte original e pura
De turbulenta desenvoltura,
Cidades tentaculares,
Movendo-se através de planícies e mares,
Na confusão dos portos e das gares.

Como se não bastasse o polimetrismo do poema, observe-se a presença de um trímetro que chamaríamos perfeito, porque indivisível, mesmo teoricamente, em dois hemistíquios hexassílabos, que o verso "No turbilhão dos espetáculos vulgares", seguido de um alexandrino com icto na sexta sílaba, mas irregular, porque o primeiro segmento termina com vocábulo paroxítono, e o segundo se inicia com uma consoante, o que faz com que haja não dois hemistíquios, mas um segmento de sete e outro de cinco sílabas métricas: "De fábricas e usinas, bancos e bazares".

E, ao se reportar à morte do poeta, sob as rodas de um trem, encerra-se o poema com estes versos densos de expressividade pelas aliterações:

Mestre, tu que exaltaste a vertigem da vida
Nas forças tumultuosas do progresso,
Ampliando o mundo à ação da humanidade forte,
Morres, sentindo-a sob as rodas de um expresso
Com seus cavalos de vapor a toda a brida,
Na fogosa pressão da máquina, seguida
Da longa procissão dos vagões de transporte,
Na indiferente e célere corrida,
Ao ruidoso rumor dos seus carros de morte!

Pandora

Andrade Muricy, em sua obra fundamental sobre o Simbolismo no Brasil, após dizer que *Sangue*, de Da Costa e Silva, "é dos melhores livros, e o primeiro cronologicamente, da última geração simbolista", observa: "O seu segundo livro, *Zodíaco*, demarcava visível tendência para o Parnasianismo, que o feitio verhaereniano do poema *Verhaeren*, do mesmo ano, parecia desmentir, mas que se acusou ainda mais em *Pandora* e *Verônica*, onde a sua poesia tomou uma objetividade um pouco fria, apesar da brilhante virtuosidade e do seguro senso construtivo do poeta."[8] Não concordamos no que toca a *Verônica*.

Abrindo-se o livro *Pandora*, de 1919, temos efetivamente a impressão de que o poeta abraçou de vez a ortodoxia dos chamados impassíveis, uma vez que o poema de abertura, "Canto Espiritual", se inicia com estes versos: "Ânsia de perfeição! glória legítima, / Por quem o meu espírito se eleva / Para o infinito, na atração da luz". É verdade que as estrofes seguintes nos mostram o poeta a dirigir-se à "ânsia imortal", à "ânsia de luz", à "ânsia de amor" e a "ânsia da minha fé". Mas é também certo que ele se volta novamente para a busca da perfeição na estrofe derradeira:

[8] Muricy, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. 2ª ed. Brasília: INL, 1973, vol. 2, p. 885.

Ânsia de perfeição! a força mágica
Quisera eu ter da tua onipotência,
Para, em carmes pagãos, vazar aqui
A eterna aspiração, sublime e trágica,
Que anima e abate a minha inteligência
Na ânsia infinita de viver por ti.

Respondendo a uma pergunta, em entrevista, sobre *Pandora* ser um livro de traços parnasianos, Alberto da Costa e Silva, depois de falar nos "vaivéns entre experimentalismo e tradicionalismo" no início do século XX, faz esta declaração: "Como não tenho preconceitos antiparnasianos, confesso ser *Pandora* o meu livro predileto de Da Costa e Silva."[9]

Por sinal, confirmando a dicção parnasiana de *Pandora*, disse João Ribeiro: "Como artista do mármore, conhece o nosso poeta a severidade das linhas, sem dano da delicadeza e suavidade dos tons."[10]

Nos dois sonetos que compõem "Símbolo", em alexandrinos, encontram-se alusões à "Quadriga de Apolo", bem como ao "Pégaso do Sonho", à "Quimera" e à "Medusa", sendo indiscutivelmente parnasiana a dicção desta estrofe:

Sonho estar no Parnaso; – eis-me no sacro monte,
Entre as musas joviais, em convívio perene;
Vejo manar da rocha a linfa de Hipocrene...
Ora evoco Perseu, ora Belerofonte.

Ressalte-se apenas que, nesses dois sonetos, as maiúsculas alegorizadoras em "Pensamento", "Sonho", "Azul", "Glória", etc., revelam influxo simbolista, coisa de que muito parnasiano não fugiu.

---

[9] Silva, Alberto da Costa e. *O pardal na janela*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 102.
[10] Ribeiro, João. *Crítica* – v. II – Poetas (Parnasianismo e Simbolismo). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1957, p. 150.

Nos decassílabos de "Ego...", de "...Sum" e de "Elêusis", há mais traços do Parnaso do que de qualquer outra estética. Em "Ego..." há referências a Vênus, aos "cinzéis helenos", a Bóreas e às "correções marmóreas", sendo assim o primeiro quarteto:

Sou, talvez, o mais triste ser humano
Que vive sob o céu ou sobre o solo,
Porque possuo o espírito de Apolo
Na feia catadura de Vulcano.

Em "...Sum", porém, o poeta se consola de sua suposta feiúra física ao dizer, nos tercetos:

Minhas forças vitais, em luta, exigem
Que eu seja forte e bravo como Marte,
Sereno e altivo como um deus de origem.

A Natureza, que os seus dons reparte,
Porque feio me fez, deu-me a vertigem
De lutar e vencer em toda parte.

Nem falta, ao Parnasianismo do poeta, a nota de sensualismo, ausente da corrente francesa mas presente na do Brasil. É o que se verifica no soneto que era o de número III de "Elêusis" nas Poesias Completas de 1950, e passou a ser o de número II do "Canto do Fauno" na terceira edição, de 1985:

A oréada mais linda deste outeiro,
Sem a menor hesitação, foi minha:
Tive-a nos braços como me convinha
E fui o fauno que a beijou primeiro.

Rolamos juntos num despenhadeiro,
Onde, por vê-la tímida, sustinha
Seu corpo airoso e arisco de andorinha
No meu braço solícito e ligeiro.

Resvalamos às pontas dos rochedos,
Abraçados, unidos, confundidos,
Entre beijos, carícias e segredos...

E a minha voz vibrava aos seus ouvidos,
Como a frauta de Pã entre os silvedos,
Em arrulhos, gorjeios e gemidos...

Cremos ser incontestável que as alusões aos deuses pagãos da Mitologia greco-latina, assim como as notas de sensualismo, estão presentes no Parnasianismo brasileiro. Lembramos, porém, que o sensualismo, forte como no soneto que acabamos de ler, já povoava versos decadentistas de Carvalho Júnior, enquanto que o mesmo sensualismo, e mais as referências a figuras mitológicas, não estão ausentes da poesia do simbolista Emiliano Perneta...

Já não mais parnasiano nem simbolista, mas quinhentista à Camões em pleno século XX (como fizera o cearense José Albano, que ele tanto admirava), Da Costa e Silva revive a dicção do altíssimo poeta português nos cinco sonetos de "Palimpsestos":

Desque vos vi a vós e que me veiu
Este, por vós, amor que me notaes,
Tornou-se-me a confiança vam receio.

He que a Natura he prodiga de mais,
Porém não pode, assi, num mesmo enleio,
Egual ventura dar a dois mortaes.

Mas nem tudo em *Pandora* se reveste daquela objetividade a que se referiu Andrade Muricy, porque o simbolista está presente nesse livro: o "Poema dos Olhos", composto de seis sonetos em alexandrinos, lembra os seis que formam o poema "Olhos Funéreos", de Emílio de Meneses, e que representam o que de mais simbolista deixou o parnasiano das *Últimas rimas*. É verdade que o "Poema dos Olhos", de Da Costa e Silva, não ostenta aquela atmosfera densa e monótona de funeral, e é natural que assim seja, pois enquanto o paranaense dedica seis sonetos aos mesmos olhos, o piauiense celebra, em cada soneto, um par de olhos diferente: "Olhos azuis – dois céus de cobalto ou berilo"; "Olhos de cor do mar era tempo de bonança"; "Olhos que não sois nem amarelos nem pardos"; "Olhos sentimentais, cor de ébano polido"; "Olhos de noite hiemal, olhos de céu sombrio", e até mesmo "Olhos sem luz, sem cor, olhos mortos em vida". Leiamos desta série o soneto V, onde há todo um clima encantatório, típico do Simbolismo e do Decadentismo, com adjetivos como "dúbios", "vagos", "noturna", "pressagos", "sonâmbula", "funesto", etc., sem falar na ambiência algo doentia que envolve todo o poema:

Olhos de noite hiemal, olhos de céu sombrio,
Fascinantes faróis, negros, dúbios e vagos,
Que ao destino me sois como a estrela dos Magos
Na noturna extensão do horizonte vazio;

Olhos, a cuja luz a alma treme de frio,
Em desejos febris e receios pressagos;
Olhos da placidez sonâmbula dos lagos,
Povoados de visões como um profundo rio;

Olhos negros, com a luz dos espelhos sem lustre,
Cada um a recordar um pântano palustre,
Num funesto condão que não há quem no quebre;

Por vos fitar, talvez, lindos olhos tristonhos,
Vago, cego de amor, pelo mundo dos sonhos,
Tiritando de frio, abrasado de febre...

Simbolismo temos ainda nos octossílabos de "Canções do Aedo", onde há estrofes como esta:

Irmã da Fé, Santa Esperança,
Ideal do Bem que nos seduz,
A alma iludida não se cansa
De te ter sempre na lembrança,
Numa verônica de luz.

Ou nos três sonetos de "Sugestões do Poente", em que há mais clangor de metais e coruscações de pedrarias do que harpas em surdina ou meios-tons, mas que nem por isso são menos simbolistas, bastando-nos ler o de número II:

Poentes! Que sugestões à hora do entardecer,
Quando em místico enlevo o olhar longe acompanha
O áureo disco do sol, aureolando a montanha,
Que, nimbada de luz, fica a resplandecer...

Poentes! Púrpuras, ouro e pedraria a arder,
Como me deslumbrais na vossa pompa estranha!
Vossa fascinação no meu ser é tamanha,
Que atônito me deixa, a cismar sem querer...

Poentes! Eternizais a beleza tristonha,
Jardins suspensos de Nabucodonosor,
Florindo em íris sob o céu de Babilônia!...

Poentes sobre a montanha! Ante o vosso esplendor,
Nos êxtases da Fé, meu espírito sonha
Com a transfiguração de Jesus no Tabor!

Até falando de sua maneira de ser, o poeta é simbolista, mas de um simbolismo discreto. Nos cinco sonetos de "Sob outros Céus", ele fala da transfiguração que se opera nas coisas que o cercam; no quarto soneto, o poeta se compara ao rio Parnaíba:

Eu sou tal qual o Parnaíba: existe
Dentro em meu ser uma tristeza inata,
Igual, talvez, à que no rio assiste
Ao refletir as árvores, na mata...

Essa transfiguração se faz notadamente através da saudade, a saudade que mereceu do poeta seu mais famoso soneto, e que habita vários trechos desse poema, cujo primeiro soneto abre com este verso: "Eu vim ao mundo para ter saudade..."

Verônica

Em *Verônica*, de 1927, último livro publicado pelo poeta, há simbolismo a partir do título: aludindo à imagem de Cristo que ficou no pano com que Verônica, uma mulher de Jerusalém, enxugou Seu rosto, imagem que, por metonímia, passou a denominar-se verônica, assim fala o autor, na abertura do volume:

O sangue que ilumina o pensamento,
Em forma eterna a vida reproduz;
Assim, a imagem do meu sofrimento
Se não em sangue, há de gravar-se em luz.

Hans Memling (1433-1494)
Santa Verônica e o Santo Sudário, 1480
Óleo sobre madeira, 34 *x* 24 cm
Coleção Thyssen-Bornemisza, Lugano

Neste livro não encontra o leitor aquele vocabulário ostensivamente simbolista de *Sangue*, com que o poeta estreou em 1908; aqui, diríamos que o simbolismo é feito menos de aspectos exteriores, com Misereres, Santos Óleos, hortos e aleluias, e mais de recolhimento, refletindo toda uma visão de mundo. Por sinal, o poeta que, em *Pandora*, se comparava ao rio Parnaíba, o qual tornava triste tudo quanto refletia em suas águas, tem em *Verônica* um poema, "Sou como um Rio Misterioso", composto de dois quartetos em que se alternam versos de oito e de dez sílabas:

Sou como um rio que, de tanto
Refletir sombras, se tornou sombrio...
Rio de dor, rio de pranto,
Ninguém sabe o mistério deste rio.

Rio de dor, rio de mágoas,
Ocultando as imagens que refletes,
Rolam em meu ser as tuas águas,
Sob a treva e o silêncio, como o Letes...

Às vezes o poeta volta-se para dentro de si e medita, como na "Litania das Horas Mortas", composto em alexandrinos, muitos deles trímetros (com ictos nas sílabas 4ª, 8ª e 12ª):

Por estas horas de silêncio e solidão,
Eu gosto de ficar só com o meu coração.

É nestas horas de prazer quase divino
Que eu me sinto feliz com o meu próprio destino.

Por estas horas é que a cisma me conduz
Por estradas de treva e caminhos de luz.

É nestas horas, quando em êxtase medito,
Que sinto em mim a nostalgia do infinito.
.....

É nestas horas de fantástico transporte
Que eu busco interrogar a tua esfinge, Morte!

Por estas horas, eu me enlevo assim, porque
Vela no lodo humano a luz que tudo vê...

Por tuas horas silenciosas, benfazejas,
Deusa da Solidão, Noite! bendita sejas!

O clima de recolhimento e misticismo, a musicalidade produzida pelas rimas em parelha e levemente alterada pelos trímetros aos quais aludimos, a vaguidade, e mais as maiúsculas alegorizadoras, tudo remete para o Símbolo.

Vários dos temas que caracterizam o Decadentismo e o Simbolismo, como engano e desengano, desanimo e apatia, "taedium vitae", aniquilação do sentir ou "mors liberatrix",[11] podemos encontrar nesse livro, como em "Adeus à Vida":

É, então, isso a vida: a nau perdida,
Sem bússola e sem leme, aos temporais?
A flórea escarpa, de íngreme subida,
Da montanha dos risos e dos ais?

É, então, isso a vida: a flor colhida
Sobre abismos ocultos e fatais?
A quimera da Terra Prometida,
No êxodo eterno para o Nunca-Mais?

É, então, isso a vida: o sonho obscuro
Dos Ícaros, Jasões e Prometeus,
Perdido na celagem do futuro?

É, então, isso a vida? – Vida, adeus!
Não é esse o caminho que procuro...
Mas seja tudo pelo amor de Deus!

[11] Pereira, José Carlos Seabra. *Decadentismo e Simbolismo na poesia portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1975, p. 261 e segs.

É puramente penumbrista a atmosfera que envolve as três quadras, em redondilha maior, de "Sombra e Névoa...":

Cai o crepúsculo. Chove.
Sobe a névoa... A sombra desce...
Como a tarde me entristece!
Como a chuva me comove!

Cai a tarde muda e calma...
Cai a chuva fina e fria...
Anda no ar a nostalgia,
Que é névoa e sombra em minh'alma.

Há não sei que afinidade
Entre mim e a natureza:
Cai a tarde... Que tristeza!
Cai a chuva... Que saudade!

Custa admitir que Andrade Muricy, profundo conhecedor do Simbolismo, tão lúcido que incluiu em seu panorama alguns autores tidos como parnasianos, e que realmente pendiam mais para o Símbolo, tenha visto traços da corrente em Da Costa e Silva apenas no livro de estréia, deixando de vê-los num livro como *Verônica*, tão mais próximo da escola de Verlaine do que da de Leconte de Lisle...

Alhambra

Alhambra não chegou a aparecer como livro autônomo: figurou pela primeira vez como parte derradeira das Poesias Completas de 1950, e no que toca às produções que o compõem, disse Alberto da Costa e Silva, na nota introdutória do livro, que "melhor seria julgá-las como poemas inacabados".

Ainda aqui temos procedimentos simbolistas, como no soneto intitulado "Cheia de Graça", não tão ortodoxo, mas onde há acentos místicos na identificação da Amada com Nossa Senhora:

Nossa Senhora és tu! Por onde fores,
Maio saudar-te-á, pelos caminhos,
Nos noivados das plantas e dos ninhos,
Nos idílios das brisas e das flores.

Maio, em forma de Amor, com seus dedinhos
De luz, abre-te os olhos cismadores,
Por que vejas que, em preces e louvores,
Vão a teus pés desejos e carinhos.

Quando passas há sustos e delírios:
Choram, de inveja, nos jardins, as rosas,
Tremem de zelo, nos vergéis, os lírios...

Nossa Senhora és tu! Por isso, pelas
Noites de Maio, claras, perfumosas,
Segue-te o olhar inquieto das estrelas!

Em alguns poemas de *Alhambra* o poeta pratica não mais a polimetria que vimos em *Zodíaco* e em *Verhaeren*, mas já o verso livre que, tendo pela primeira vez surgido na poesia brasileira com as *Palavras que o Vento Leva...*, de Guerra-Duval, editado em 1900, atingiria o apogeu com o advento do Modernismo. E verso livre é o que se encontra, por exemplo, no "Despertar no Amazonas", de Da Costa Silva, cuja primeira estrofe diz:

O dia despertou gritando de alegria
no ar de pérola da manhã fresca e luminosa.
O céu, trêmulo de claridade,
curva-se sobre a terra para cingir-lhe os flancos.
O sol é um louro adolescente, alucinado de volúpia,
a trepar nas verdes árvores, manchando-as de beijos de ouro,
e aos seus ósculos de fogo os ramos estremecem,
a evocar braços ansiosos, acenando para a Vida...

Mesmo dessas páginas derradeiras, mesmo dos poemas inacabados de *Alhambra*, emerge ainda uma vez o telurismo do poeta, que se volta de novo para o seu nunca esquecido Piauí, nos versos tumultuários de "O Carrossel Fantasma":

Ganhei o dia a meditar na minha vida,
porque a saudade me levou à longínqua Amarante
que cisma, talvez por mim, debruçada sobre as águas
lentas e sonolentas do Parnaíba
a olhar para o mar como eu para o mistério...

A verdade é que, segundo a pertinente observação de Alberto da Costa e Silva, o tempo, na obra do poeta, "toma o símbolo do rio. O rio Parnaíba, que é elemento essencial na obra de Da Costa e Silva. Rio que atravessa, como o tempo, a paisagem e a vida."[12]

Diante de tantos versos que lemos, acompanhando a trajetória do poeta, podemos afirmar, finalizando, que Da Costa e Silva foi, acima de tudo, um simbolista. Mas de tal forma vivem em sua obra, além das notas específicas do movimento, as reminiscências românticas, o apuro formal dos parnasianos e mesmo os prenúncios inovadores dos modernistas, que o mais certo será talvez dizer que, embora tendo no Simbolismo a sua feição mais constante, ele foi, com toda a magnitude de um grande talento de poeta, um perfeito representante da fase que Tasso da Silveira chamou de Sincretismo, fase em que muitos nomes surgiram e desapareceram, ficando porém aqueles que, por sua vocação autêntica de verdadeiros poetas, deixaram uma obra perdurável. Como este, que civilmente se assinava Antônio Francisco da Costa e Silva.

[12] Silva, Alberto da Costa e. *O pardal na janela*, ob. cit., p. 97.

Editora Tempo Brasileiro – entrada

Portella e a poética da reconstrução

Leodegário A. de Azevedo Filho

Professor Emérito da UERJ, Titular da UFRJ e Presidente da Academia Brasileira de Filologia.

No livro *Introdução ao estudo da nova crítica no Brasil*[1] e na *Revista Brasileira de Língua e Literatura*,[2] já tivemos oportunidade de apreciar, até aquele momento, a evolução do processo ensaístico do escritor Eduardo Portella. De lá para cá, a gênese do seu pensamento naturalmente ganhou novas dimensões, movimentando-se em busca de novos caminhos de reflexão crítica, num percurso teórico ainda não suficientemente analisado pela crítica brasileira. E que já agora se impõe, nas comemorações do seu septuagésimo aniversário.

De início, vamos partir do pressuposto de que o gênero ensaístico sempre manteve inevitáveis relações com a filosofia, justificando-se assim o seu interesse inicial pelo racio-vitalismo de Ortega y Gasset ou culturalismo espanhol, e pela estilística espanhola de Dámaso Alonso e Carlos Bousoño, enveredando depois, pelos caminhos do *new criticism* anglo-americano, contagiado pelo

[1] Rio de Janeiro: Acadêmica, 1965.
[2] Rio de Janeiro: SBLL, ano II, nº 4, 1980.

entusiasmo do saudoso amigo Afrânio Coutinho, daí chegando à crítica de base ontológica, com fundamento em Heidegger, atraído ainda pela dialética de fundo social e pelas seduções do pensamento, por vezes contraditório, da Escola de Frankfurt.

Em seu estágio atual, é verdade que o escritor brasileiro continua a desenvolver um ensaísmo de permanente indagação e busca, na linha remota de Montaigne (*Essais*, 1580), com presença de espírito, leveza e senso de humor apurados. Mas indo muito além disso, pois o seu ensaio sempre foi filosoficamente formal e não apenas informal. Dizemos ensaio formal no sentido de que se estrutura com penetrante reflexão filosófica, pensando e repensando a realidade brasileira em dois movimentos: o primeiro, negativo, de desconstrução fragmentária ou ruptura; e o segundo, de reconstrução positiva em busca de novos caminhos, quase sempre alimentados por aberturas utópicas no ato de pensar e repensar continuamente tudo. Cremos mesmo que aqui poderíamos falar numa espécie de poética fragmentária ou pulverizadora da desconstrução inicial, com a rejeição de forças que outrora até poderiam ter sido criativas ou produtivas e que hoje se mostram parasitárias ou estagnadas nas malhas rotineiras ou estáticas do marasmo institucionalizado. Daí a recusa de um tecido social, presente e em ruínas, para que, sobre os fragmentos do passado inaceitável, seja possível a reconstrução de um mundo novo, num segundo movimento. Os conceitos de tempo, de ideologia e de utopia são naturalmente uma constante nesse percurso teórico. Bergson, Heidegger e Ernst Bloch estão sempre presentes, o primeiro com a valorização subjetiva da duração interior (*la durée*), pois o passado deixa de ser um tempo morto, quando tem forças para interferir no presente; o segundo com a noção dominante de tempo presente, o *estar sendo* como centro ontológico do Ser; e o terceiro com a valorização do futuro, e isso com tal intensidade que forças utópicas passam a atuar no presente, até mesmo como mola propulsora de revoluções, reconstruções e renovações. Dentro dessa reflexão totalizante e totalizadora, aos poucos, vai percolando (do lat. *percolare*) a substância ideológica e a perspectiva utópica, como insinua Paul Ricoeur, em sua vasta obra teórica.

Certamente por causa do pensamento marxista e pós-marxista, a bibliografia sobre ideologia é imensa, não ocorrendo o mesmo, pelo menos com igual intensidade, quando se trata de utopia, aqui entendida não apenas em seu sentido etimológico ou morusiano de *não-lugar* (*u*-não e *topia*-lugar), mas também no sentido teórico de uma estrutura realizável em dois momentos. No primeiro, há a recusa de uma realidade injusta ou perversa a ser fragmentada, pulverizada e rejeitada. Abre-se então espaço para o segundo momento, com a projeção de uma realidade futura, sem os erros e vícios do presente. Exemplo clássico disso se encontra no episódio camoniano da "Ilha dos Amores", em *Os Lusíadas*, como procuramos analisar no livro *Camões, o desconcerto do mundo e a estética da utopia*.[3] No citado episódio, o Poeta imortal condena, em várias e sucessivas estrofes, as injustiças, erros e desconcertos do presente, para projetar no futuro a sua concepção de uma "progênie forte e bela", que irá reformar o mundo. *Forte e bela* por descender da *copulatio* entre heróis portugueses e ninfas (figuras míticas da cultura helênica), dando origem a uma nova humanidade ou novo ciclo na história humana. A ordem econômica, social e política do mundo, conforme denuncia Camões nas estrofes de 25 a 29 do Canto IX, apresenta-se corrompida, tornando-se necessário emendar "os erros grandes que há dias nele estão", como se lê em IX, 25, 6. Portanto, são recriminados todos os corruptos que pervertem o amor, o poder e a justiça. Contrapondo-se a esse mundo corrupto e pervertido, toda a simbologia e todos os mitos da "ínsula divina" afinal configuram, nitidamente, "o desejo, o desígnio, a vontade e o advento de uma ordem nova, de um futuro radiosamente diferente", inserindo-se assim no conceito de *utopia* em sua versão atenuada, segundo a concepção de Karl Mannheim, bem analisada por Vítor Manuel de Aguiar e Silva, no ensaio intitulado "Imaginação e pensamento utópicos no episódio da Ilha dos Amores", publicado na Miscelânea em honra do Doutor A.J. da Costa Pimpão.[4]

---

[3] Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

[4] Segunda parte da revista *Biblos*, vol. LXIV, 1988, pp. 82-90, com base em excelente bibliografia, a partir do livro de Raymond Trousson, *Voyages aux pays de nulle part. Histoire littéraire de la pensée utopique.* Bruxelles: Université Libre, 1979.

Mas é do pensamento teórico do escritor Eduardo Portella que devemos tratar, desde logo observando que é sempre o outro que nos diz sermos vítimas da própria ideologia. Assim, a ideologia é negada, enquanto a utopia é afirmada, não havendo aqui paralelismo entre elas. Em segundo lugar, a ideologia é tratada em termos francamente negativos ou de desmascaramento (vamos desmascarar a ideologia dele), não ocorrendo o mesmo com a utopia, a despeito daquela conotação de ingenuidade romântica que lhe é atribuída por grupos dominantes, quando se julgam ameaçados. Para tais grupos, a utopia é ou tem que ser irrealizável dentro da própria ordem que instituíram, por ser visionária, esquecidos de que a utopia de hoje, como costuma observar o pensador brasileiro, "pode transformar-se na realidade de amanhã". Na verdade, todos nós temos inclinação para assumir certas e indispensáveis utopias, pelo menos como hipótese desejante e perfeitamente plausível. Aliás, não raro, por meio da ficção, o escritor busca a cumplicidade do leitor para a sua própria visão utópica, como se pode ver em contos e romances de Lygia Fagundes Telles, por nós analisados em outra parte. Corroborando tal posição, isso mesmo se encontra em *A história das utopias*, de Lewis Munford, onde se apontam duas famílias básicas: a utopia de escape e a utopia de reconstrução. No pensamento ensaístico de Eduardo Portella logo se vê que, após a ação pulverizadora ou fragmentária exercida sobre um passado ou um presente injustos, imediatamente surge, num segundo momento, uma utopia positiva ou de reconstrução, jamais de escape.

Na verdade, a distinção entre utopia e ideologia tende a desaparecer, não apenas no pensamento teórico de Eduardo Portella, mas no próprio pensamento marxista ou pós-marxista da modernidade. Se o marxismo opõe a ideologia à práxis, naturalmente se opõe ao imaginário, de tal forma que tanto a ideologia como a utopia passam a ser irreais. Daí se conclui que se as pessoas se mostram muito ajustadas à realidade, obtendo sempre grau dez de comportamento, isso vai representar a morte das utopias, que assim deixam de ser realizáveis. Mas a utopia não se reduz ao preconceito do sonho, na medi-

da em que, com ela, se possa fragmentar e recusar uma dada ordem ou uma *topia*, nascendo daí espaços para a abertura de novos caminhos de reconstrução, como se pode depreender dos últimos ensaios do pensador brasileiro, a exemplo do que escreveu como presidente da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, sob o título "A terceira universidade". Com ela, inaugurou a Conferência Mundial sobre Educação Superior, em Paris, sob a organização da UNESCO. O importante texto foi inserido no *Anuário de educação*,[5] superiormente organizado por Bárbara Freitag, professora das Universidades Livre de Berlim e de Brasília. Na citada conferência, o pensamento de Eduardo Portella não se mostra estático ou contemplativo diante da experiência negativa, pois tenta, admitindo uma tipologia tripartida da Universidade, reconstruir a experiência anterior, na medida em que o próprio pensamento utópico seja capaz de fornecer uma imagem imediatamente perceptível à poética da reconstrução. Trata-se de um pensamento que desconstrói para reconstruir, aproximando-se assim da conceituação teórica de Karl Mannheim, até certo ponto discípulo de Ernst Bloch. De fato, a noção de contra-utopia permitiu a Mannheim enquadrar o conservadorismo numa espécie de utopia da decadência, que deve ser fragmentada ou pulverizada, em proveito da poética da abertura reconstrutiva. Não é verdade que as utopias têm um sentido particular no tempo histórico, como igualmente pensa Candido Mendes, leitor assíduo de Mannheim? Assim, o sentido de tempo histórico é largamente atingido pelo declínio das utopias, deixando a História de ser um processo dinâmico. Por isso mesmo, em face dos que apregoam o fim da História (Francis Fukuyama), o pensador brasileiro proclama que estamos diante do começo da história ou de outra história, já que ela, a História, é um contínuo refazer-se. Isso mesmo está no número 136 da revista *Tempo Brasileiro*, dedicado aos "Caminhos do pensamento hoje: novas linguagens no limiar do terceiro milênio", onde escreve sobre "O começo da história", ao lado de Sergio Paulo Roua-

[5] Editora Tempo Brasileiro, 1998.

net, que discorre sobre "A Ilustração e o fim da História", com muita afinidade entre os dois. Portella declara, na p. 117: "O começo da história partiria da avaliação impiedosa do nosso percurso, para identificar nela os extremados ou engessados, e divisar indícios, veredas, vestígios, caminhos provavelmente entreabertos." Mais adiante, conclui: "Pensar implica renunciar ao lugar fixo." Afinal, na p. 122, observa: "O começo é sempre de interrogações. Começar é não saber." E daí facilmente se conclui que a História é um contínuo recomeçar, não tendo fim, mas sempre novos começos.

Como pensador moderno, pensa e repensa, desconstrói e reconstrói, inventando caminhos "nunca dantes navegados" em torno de vários temas atuais, tais como: "A racionalidade aberta", na revista *Tempo Brasileiro*, nº 135, 1998; "Querela de modernos e pós-modernos", onde discute a reconstrução do pensamento da modernidade, à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, em artigo que resume a polêmica suscitada pela conferência de Peter Sloterdijk, em julho de 1999, na Baviera, aí apontando os seus desencontros com Martin Heidegger e Jürgen Habermas, na revista *Tempo Brasileiro*, nº 138, 1999. E isso entre muitos outros temas, como o da modernidade extraviada, na revista *Tempo Brasileiro*, nº 139, 1999, ou "As impurezas da modernidade", discutindo o pensamento de Gilberto Freyre, nosso saudoso amigo comum, na revista *Tempo Brasileiro*, nº 140, 2000.

Como os intelectuais nunca se encontram inteiramente de acordo com a situação existente, é natural que busquem fragmentá-la, para reconstruí-la, como nos mostra a leitura do livro *O intelectual e o poder*,[6] onde se inclui importante capítulo final sobre o "Renascimento da utopia", que assim termina: "A esperança é o caminhar da verdade. E ela nos aponta para uma urbe em construção; em instante algum na direção de uma cidade acabada. O fundamental é continuar erguendo tijolo sobre tijolo: sempre."[7]

---

[6] Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
[7] Op. cit., p. 126.

O certo é que seria impossível imaginar uma sociedade sem metas. A renúncia à utopia significaria assim uma espécie de perda de vontade ou interesse em moldar a história, daí surgindo o desejo incontido de assassiná-la, exatamente por não compreendê-la. Uma história que, no caso, iria envolver o próprio conceito de Universidade, segundo tipologia tripartida proposta na conferência já aqui indicada. A primeira Universidade, na visão crítica do pensador brasileiro, teria sido a da tomada de consciência, em busca da razão pura, por isso mesmo preocupada em estabelecer certezas possíveis e até impossíveis, marginalizando a dúvida criadora, por ser a universidade autoritária do *magister dixit*. A segunda seria a Universidade voltada para a habilitação profissional, para a carteira de trabalho, transformando-se assim em agência de emprego ou de desemprego. No caso, estamos diante da chamada "universidade cidadã, ancorada nos pulmões poluídos da cidade", para formar o novo cidadão. Mas há a terceira Universidade, como há a terceira margem do rio na visão de Guimarães Rosa, em que a canoa, desgovernada pela correnteza, busca outras paragens, como buscamos novos caminhos pela utopia.

Por ter o vício de pensar, a sua experiência como ministro da Educação, que seguimos de perto, lhe daria base para verticalizar as suas reflexões em torno da tipologia tripartida que sugere, a partir mesmo da atual e já antiga crise universitária. Uma crise desejável, pois, sem ela, a universidade estaria estagnada. Não é certo que as situações de crise sempre nos levam à procura de novos caminhos, movidos pelo impulso criador da reconstrução? Portella fragmenta o conceito de Universidade, não para destruí-la, mas para que ela seja reconstruída. Ele pensa e repensa, antes de avaliar, sempre em busca de sentidos extraviados e de promissores caminhos bafejados pelos ares benfazejos da utopia reconstrutiva. Superada a Universidade da razão pura, a que fazia do autoritarismo e da consciência "o seu domicílio", e não seria esta "a última vez em que a razão iria patrocinar causas distorcidas", como superada está a Universidade da "doença do diploma", bem cedo transformada em fábrica de emprego ou de desemprego, chega-se ao conceito de terceira Universidade, que já não será "o oásis da falsa consciência", nem "o balcão de empregos duvidosos".

Aqui já não se discute se a Universidade fica com a consciência ou com o trabalho. O que se procura, na etapa inicial da desconstrução, é "denegar o regime de certezas até bem pouco predominante", colocando-se assim "o cidadão no cerne do sistema aberto". São, é claro, os primeiros passos da desconstrução, para que a reconstrução projete, no futuro, uma universidade que possa realmente preservar "o lugar reservado ao cidadão no seio das ações educacionais. Porque o cidadão é a esperança – só ele sobreviverá aos cataclismos. E somente a educação, a escola, a tela, a Universidade, conjugadamente, se acham em condições de formar cidadãos aptos."[8]

Por certo, devemos discutir e debater as suas proposições, pois elas foram apresentadas com essa finalidade. Se é função alta da Universidade a formação de "cidadãos aptos", certamente ela estará voltada para a instauração do conhecimento novo, valorizando-se assim a pesquisa. Não a pesquisa que por aí anda raquítica e centrada na "pedagogia da mesmice", consumindo, desavergonhadamente, verbas públicas que deveriam ter outro destino. Mas a verdadeira pesquisa universitária, unicamente comprometida com o saber ainda desconhecido. Uma universidade que, se já está comprometida, não deve então se comprometer com nenhum outro valor, até mesmo por motivos éticos.

Como se vê, é pela fragmentação histórica que a poética da reconstrução se instaura no pensamento de Eduardo Portella. Um pensamento que desconstrói para reconstruir, continuamente, a sua visão crítica da realidade brasileira. Não como algo isolado, mas como força integrante de um diálogo, verdadeiramente intercultural, colocando-se a universidade no centro das mudanças, como mola propulsora do desenvolvimento e da esperança. E se aguarda, com muito interesse, a publicação do seu novo livro, com o título de *O começo da História*, para que se complemente a análise aqui proposta, exatamente no momento em que o ensaísta brasileiro comemora o seu septuagésimo aniversário.

---

[8] Op. cit., p. 114.

Além do império americano, o império dos sentidos

Luiz Carlos Lisboa

Luiz Carlos Lisboa é carioca. Escritor, tradutor e jornalista, desde 1995 é correspondente nos Estados Unidos de *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. É autor de ensaios, contos e romances e membro da Academia Paulista de Letras.

Gore Vidal dá o que parece ser o último acabamento no conjunto de sua obra, e numa coletânea de ensaios reúne o melhor que escreveu sobre um tema para ele tão caro quanto a própria vida.

Se esta não é a sua frase mais famosa, é certamente a afirmação mais típica do escritor-celebridade norte-americano Gore Vidal, dada em 1972 a uma revista, num repente de sinceridade: "Não há problema humano que não possa ser resolvido, se as pessoas simplesmente seguirem meus conselhos." Nos últimos 30 anos, nos seus ensaios, romances e entrevistas, ele opinou sobre política, cultura, história, administração e comportamento. Com a coletânea *Sexually Speaking – Collected Sex Writings* (Falando de sexo – Textos reunidos), Vidal está uma vez mais, segundo acredita, contribuindo para resolver os problemas da humanidade, agora na área delicada e controvertida da sexualidade.

Com Myra Breckenridge, em 1968, ele investiu pela primeira vez pesadamente nesse terreno, estudando um personagem masculino que morre e volta como mulher. Quatro anos antes, Gore Vidal havia publicado *Juliano*, romance que inaugurava um autor em parte ficcionista e em parte historiador, sem qualquer conflito com essa conciliação. Viriam depois sete romances examinando a história dos Estados Unidos do ponto de vista de grandes personagens históricos, desde a guerra pela Independência até o final do século XX. Muito a seu modo, Vidal inovou outra vez quando quebrou a série de biografias romanceadas com livros de um gênero que chamou "romance de invenções", onde se destacaram *Duluth* (1983) e *Ao vivo do Gólgota* (1992). Ao fim de tudo, depois do romance *The Golden Age* (A Era Dourada), mandou para seu editor a coleção revista dos seus últimos ensaios políticos, *The Last Empire* (*O último Império*, 2001).

Pouco antes desse longo ritual, ainda na despedida que alguns críticos comparam a uma sinfonia inacabada, o escritor quis abordar o tema que esteve sempre sob sua pele, desde o primeiro romance em 1946, *Williwaw*, inspirado nas experiências do jovem autor na II Guerra Mundial: a sexualidade ou, dizendo melhor, sua homossexualidade. Alguns desses ensaios saíram na revista *Playboy*, outros na *Partisan Review*, no *The New York Review of Books*, na *The Nation* e no suplemento literário do solene *The Times*, de Londres, versando os mais variados aspectos desse assunto até há pouco proibido. A segunda parte da coletânea reúne entrevistas dadas por Gore Vidal, onde ele se isenta um pouco da responsabilidade pela abordagem de temas pessoais, cedendo a culpa naturalmente aos entrevistadores.

A desinibida, intencional e até certo ponto obscura obra de Henry Miller (que só teria de bom mesmo o *Trópico de Câncer*) é alvo de algumas franquezas de Vidal, com as quais concordam talvez muitos leitores. Porque não puderam ser publicados nos Estados Unidos, os livros de Miller se transformaram em "*cult*" e ele ficou rico de repente. Para Vidal, *Sexus* é um hino de louvor a Henry Miller entoado por ele mesmo. Finalmente, Vidal acusa Miller de saber todas as respostas – daquilo mesmo de que acusam o próprio Vidal. Ainda bem que também nesse caso "não há problema humano que não possa ser resolvido".

Ai vêm os direitos da mulher, o casamento e a chamada "normalidade", assunto que sempre boliu com a paciência de Gore Vidal, e sobre o qual ele silenciou no passado, em nome da sua sobrevivência literária. Mas hoje ele não admite que se calou por prudência calculada.

Paixão e agonia

A verdade é que argumentação atrevida e demolidora é coisa recente entre os ensaístas norte-americanos, porque a sisudez protestante gravada a fogo na educação estadunidense (ver Max Weber e outros) manteve esses intelectuais acuados, sobretudo os da chamada opção gay. O autor cita Germaine Greer tentando trazer de volta o estilo Oscar Wilde. E adiciona um tempero para semear a desconfiança no mundo para ele estranho dos heteros: "As mulheres não fazem idéia de como os homens as odeiam." Por isso, sexo e violência andam juntos por aí, pelo menos nos Estados Unidos, argumenta o autor. O casamento deve ser preservado porque sempre existiu? Ora, diz ele, o mesmo argumento foi levantado para conservar a escravidão, e nem por isso foi levado a sério pela sociedade.

Eleanor Roosevelt é paixão de alguns historiadores, e pensando bem não teria sido mau se o autor de *Lincoln* tivesse dedicado a ela um dos seus livros de ficção histórica. Vidal comenta com fascínio a obra *Eleanor and Franklin*, estudo biográfico do casal Roosevelt, da depressão econômica até a II Guerra, de autoria de Joseph Lash. E ele se recorda do instante em que viu pela primeira vez Eleanor, no banheiro da casa de verão do presidente, quando ela colocava uma braçada de flores no vaso sanitário, para que naquele dia de verão elas se refrescassem com a água. E conta como a primeira dama sofreu quando descobriu o romance do marido com uma mulher (todas mulheres pareciam mais belas do que ela) em Washington.

O ensaio sobre Tennessee Williams é o mais saboroso, pela liberdade e as fraquezas humanas que revela do grande dramaturgo, bem como pela paixão e a agonia de sua vida. Nascido em 1911 no sul dos Estados Unidos, onde

"protestantes tementes de Deus impunham seus valores e viam em tudo que era prazer a presença do pecado", Williams foi, segundo Gore Vidal, uma espécie de mártir da intolerância no seu tempo. Quando o escritor descobriu que o teatrólogo tinha mais quatro anos de idade do que havia declarado, este se justificou dizendo que resolvera suprimir de sua vida o tempo em que havia trabalhado numa loja de sapatos.

Oscar Wilde e Somerset Maugham mereceram, por seu talento e sua preferência sexual, análises e depoimentos de Vidal. O prefácio de *Dorian Gray* e as histórias de fadas de *O príncipe feliz*, do primeiro, são comentados com espírito e sagacidade. De Maugham é ressaltado seu entusiasmo por Chekhov, e a comparação que Vidal faz dele com Guy de Maupassant. O notável narrador de *O fio da navalha* foi humilhado pelo filósofo George Santayana, que se referiu aos seus contos como banais. Gore Vidal cita a resposta de Maugham, segundo a qual a literatura perdeu um bom ficcionista e a filosofia foi prejudicada com a decisão de Santayana de seguir a trilha de Sócrates, em vez de voltar-se para a literatura.

Há uma briga de comadres no ar, por trás de tanto brilho e tanta inspiração não reconhecida, nesses ensaios. As entrevistas que encerram o punhado de textos de *Falando de sexo* reforçam essa impressão que, afinal, não se encontra consolidada em parte alguma do livro, mas da qual ele não consegue livrar-se de todo. Porém, antes que alguém generalize da maneira habitual a questão, aludindo ao homossexualismo do autor e dos artistas que ele admira, Gore Vidal diz não sem razão no seu prefácio: "A confusão de que há duas equipes em campo – uma certa, normal, e outra errada, gay – não se abranda com a permuta dos adjetivos. É a qualidade de um grande escritor como Tennessee que prova a existência de uma só equipe em campo, a equipe humana. O resto é política."

Relembrando Euclides

Esther de Figueiredo Ferraz

Conclusão do discurso de posse na Academia Paulista de Letras

Professora de Direito Penal na Faculdade de Direito da USP e de Direito Processual Penal na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie; Reitora dessa Universidade por dois mandatos. Foi membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e do Conselho Federal de Educação. Ocupou o cargo de Diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura no Governo Castelo Branco; Secretária da Educação de São Paulo no Governo Laudo Natel e Ministra da Educação e Cultura no Governo do General João Baptista Figueiredo. Membro da Academia Paulista de Letras.

Não desejo ultrapassar o tempo que a praxe adotada nesta Casa me concede para fazer o meu pronunciamento. É-me impossível, porém, encerrar sem me referir ao patrono desta Cadeira nº 36, esse incrível Euclides da Cunha, cuja obra, tendo por ponto culminante *Os sertões*, irrompeu como um fenômeno sísmico, um verdadeiro vulcão, no mundo literário brasileiro do início do século, despertando a atenção praticamente unânime dos nossos letrados. Estes, de 1902 até o presente, se empenham em estudá-la, analisá-la, interpretá-la, recomendá-la à leitura de quantos, jovens ou menos jovens, têm interesse em conhecer quem foi e o que fez esse gigante das letras pátrias, cujas dimensões lembram figuras modeladas pelo gênio de um Leonardo da Vinci ou de um Michelangelo.

Sobre esse gigante todo mundo parece haver escrito, tão longo o rol dos que o fizeram, constante das melhores obras de história da literatura brasileira que tive a oportunidade de consultar: Araripe

Júnior, Francisco Venancio Filho, Vicente Licínio Cardoso, Gilberto Freyre, Sílvio Rabelo, Franklin de Oliveira, Olímpio Leite, Herbert Parente, Antonio Candido, João de Scantimburgo, Geraldo Mello Mourão e muitos mais. E foi preciso, diz este último, que aparecesse alguém como Miguel Reale, para fazer a exposição "da vera e completa imagem da figura poliédrica e perturbadora de Euclides", pois "só um espírito que tem lavrado todas as glebas do saber", como o de Reale, poderia, afinal, revelar-nos "a face oculta – todas as faces – do gênio de Euclides, lavrador também ele de todas as áreas do saber humano de seu tempo, até as mais avançadas, como a lógica matemática de Boole".

E se tantos intelectuais da mais alta envergadura tanto e tão bem escreveram sobre o fluminense de Cantagalo, o monstro sagrado que, embora desaparecido, e tragicamente, aos 43 anos de idade, legou ao País uma obra de imortal valor, que poderia eu dizer ainda, a respeito, em condições de interessar um auditório, como este, altamente qualificado?

Limito-se, assim, a recorrer a um episódio de infância para falar sobre o "Meu Euclides da Cunha", relatando como e quando a menina que eu fora, com nove anos de idade, residente em Mococa, cidade mojiana do interior paulista, teve o seu primeiro encontro espiritual com o grande escritor que sabia haver residido por alguns anos na vizinha cidade de São José do Rio Pardo, construindo uma ponte e escrevendo um livro.

Morávamos, então, meus pais, meus irmãos e eu, num casarão do Largo da Matriz, e minha literatura de ficção se limitava a um pequeno livro de Monteiro Lobato recém-publicado: *Lúcia, a menina do narizinho arrebitado*. Eu o devorava, encantada, comparando as cenas descritas no sítio de Dona Benta com as vividas por nós na Fazenda Sant'Ana da Serra que possuíamos em Cajuru, onde passávamos as férias escolares.

Mas chegou o momento em que eu já sabia de cor o texto de "Narizinho", e ansiava por algo novo que me satisfizesse a insaciável curiosidade infantil. E um dia, pé ante pé para não despertar a atenção dos adultos, dirigi-me ao escritório de meu pai, onde, numa bela estante de madeira, se alinhavam os compêndios que ele utilizara em seu curso feito na Escola Politécnica de São Paulo, e os mais

que adquirira para o exercício de sua profissão de engenheiro civil. Àquela altura eram quase todos escritos em francês (não havia congêneres em português), o que desde logo os tornava inacessíveis para mim, apenas quartanista de escola primária. Mas, após longa "pesquisa de campo", descobri um volume que me chamou atenção: seu título, *Os sertões*; seu autor, Euclides da Cunha.

Retirei-o com imensos cuidados, e já ia começar a folheá-lo quando fui surpreendida por meu pai, que assim se manifestou: "Embora esse livro seja realmente maravilhoso, não creio que você esteja madura para compreendê-lo, pois muitos de seus textos contêm expressões de natureza técnica e científica, dificilmente acessíveis a meninas de sua idade. Mais tarde poderá lê-lo com proveito." Minha mãe, que se achava por perto (e ouvira aquelas palavras típicas e a quem os desafios não atemorizavam, antes estimulavam), não se conteve que não dissesse: "Entendo que, com algum esforço, ela conseguirá ler o livro, e é conveniente, mesmo, que comece desde já a conviver com a boa literatura. Se não entender alguma palavra, recorrerá ao dicionário (e apontou para os dois imensos volumes do Moraes), que aí está exatamente para isso: ensinar o que não se sabe e se precisa saber."

Assim encorajada e prestigiada, lancei-me, ávida, à leitura dos *Sertões*, mas já às primeiras páginas fui me convencendo de que a razão se achava com meu pai, caboclo paulista, descendente de mineiros, mais reservado do que se revelava minha mãe, fluminense nascida em Vassouras, embora criada em nosso Estado. E na realidade, apesar de todo esforço que eu desenvolvia tentando captar o sentido de um sem-número de palavras e expressões, não o conseguia, o que me obrigava a um recurso contínuo ao dicionário – este, no conjunto de seus dois volumes, pesado demais para ser transportado por uma consulente até certo ponto franzina.

Quanto às palavras, eu as achava belíssimas, eufônicas, lembrando em certos casos acordes musicais lançados por instrumento nobres e ultra-sensíveis. Mas seu entendimento se achava acima de minha capacidade, exigindo conhecimentos que só mais tarde, possivelmente no curso ginasial, me seriam proporcionados.

Talvez me confessaria vencida se, lá pela trigésima ou quadragésima página, não defrontasse com uma descrição que faz Euclides de duas cenas por ele observadas ao percorrer as cercanias de Canudos, no local onde se travara uma batalha entre os jagunços de Antônio Conselheiro e as tropas federais enviadas para combatê-los.

Ali, a linguagem abandona seu estilo inicial para ser límpida, despojada e simples, embora extremamente trágica. E o autor descreve dois cadáveres – o de um homem e o de um cavalo – ambos mortos há três meses, mas intactos, em razão da extrema secura do ambiente.

Transcrevo na íntegra os dois trechos, pois impossível seria resumi-los sem lhes prejudicar a dramaticidade das descrições. Assim, referindo-se ao homem:

> "O sol poente desatara, longa, a sua sombra (de uma quixabeira) pelo chão, e protegido por ela – braços largamente abertos, face volvida para os céus – um soldado descansava. Descansava... havia três meses. Morrera no assalto de 18 de julho. A coronha da Mannlicher estrendada, o cinturão e o boné jogados a uma banda, e a farda em tiras, diziam que sucumbira em luta corpo a corpo com adversário possante. Caíra, certo, derreando-se à violenta pancada que lhe sulcara a fronte, manchada de uma escara preta. E, ao enterrar-se, dias depois, os mortos, não fora percebido. Não compartira, por isto, a vala comum de menos de um côvado de fundo em que eram jogados, formado de companheiros abatidos na batalha. O destino que o removera do lar desprotegido fizera-lhe afinal uma concessão: livrara-o da promiscuidade lúgubre de um fosso repugnante; e deixara-o ali há três meses – braços largamente abertos, rosto voltado para os céus, para os sóis ardentes, para os luares claros, para as estrelas fulgurantes. E estava intacto. Murchara apenas, mumificara, conservando os traços fisionômicos, de modo a incutir a ilusão de um lutador cansado, retemperando-se em tranqüilo sono, à sombra daquela árvore benfazeja. Nem um verme – o mais vulgar de todos os analistas da matéria – lhe maculara os tecidos. Volvia ao turbilhão da vida sem decomposição repugnante, numa exaustão imperceptível."

E descrevendo o cavalo que ali se abatera, morto juntamente com o cavaleiro, escreve:

> "Ao resvalar, porém, estrebuchando malferido, pela rampa íngreme, quedou, adiante, à meia encosta, entalado entre fraguedos. Ficou em pé, com as patas dianteiras firmes num ressalto de pedra... E ali estacou feito um animal fantástico, aprumado sobre a ladeira, num quase curvetear, ao último arremesso da carga paralisada, com todas as aparências de vida, sobretudo quando, ao passarem as rajadas ríspidas do nordeste, se lhe agitavam as longas crinas ondulantes."

É claro que, ao terminar a leitura destes dois trechos, eu já vertia lágrimas desconsoladas, sentindo que, pela primeira vez em minha vida, deparara com o horrível descrito em termos de tão inexcedível beleza: o patético casado ao estético, numa fusão que me fizera vibrar os nervos a ponto de me transformar, da menina que eu era, numa adolescente, a alma já amadurecida para compreender a função essencial da arte.

Prometi, então, a mim mesma que redobraria os esforços e iria até o final do livro. Entretanto, ficou adiado por alguns anos o cumprimento de tal promessa, pois logo após fui matriculada, em São Paulo, num colégio de religiosas, aí permanecendo durante três anos que foram extraordinariamente importantes para minha formação. Quando regressei ao seio de minha família, já tinha condições para, com segurança e sem lágrimas, ler *Os sertões* em sua inteireza, indo até o trecho em que Euclides, descrevendo a destruição da Tróia brasileira e cabocla, diz, contendo ele próprio a indignação perante o "crime cometido":

> "Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados."

Sirva-nos este final de exemplo e de incentivo. Pois há momentos na vida de cada homem ou de cada mulher, por simples cidadãos que sejam, despojados de bens, de posições e de honrarias, em que se torna necessário resistir, NÃO SE RENDER. E não será preciso explicar aqui a que extremos pode levar tal resistência, já que a história está cheia de exemplos demonstrativos de que nem sempre o heroísmo é conhecido como tal, e de que há um preço a pagar pela coragem de manter ereta a cabeça, voltada, como diria outra vez Euclides, "para os céus, para os sóis ardentes, para os lugares claros. Para as estrelas fulgurantes", quando teria sido mais fácil baixá-la, olhos pregados à terra, seguro de sua suposta confiabilidade.

O curandeiro dos olhos em gaze

Francisco Marins

Autor de livros infanto-juvenis, editor da editora Melhoramentos, responsável pela publicação coleções e obras fundamentais da cultura brasileira. Um dos fundadores da Câmara Brasileira do Livro, da qual foi presidente, lutou pela aprovação de projetos ligados ao desenvolvimento da indústria editorial, pela divulgação do livro através das Bienais do Livro e pela criação de bibliotecas. Participou do Conselho Estadual de Cultura de São Paulo e da Fundação Pe. Anchieta, TV Cultura. É membro da Academia Paulista de Letras.

O bandinho de meninos estava reunido, como todas as tardes, no pátio da pequena igreja do vilarejo, cuja frente olhava para o nascente e para o caminho de terra.

O Zé-Gilim interrompeu as brincadeiras, gritou para os companheiros e apontou levantando o braço:

– Olhem! Vem defunto por aí! Toca a bater o sino!

As vozes silenciaram e os olhares se voltaram para o caminho estreito, que à distância parecia quase um trilho a serpear em meio à vegetação raquítica e fazia a ligação com os muitos sítios e fazendolas, de uma região de terras pobres, onde os moradores sobreviviam cultivando pequenas lavouras de cereais, alternadas com algodão, raras manchas de café e, servindo-se das pastagens nativas de capim catingueiro, invadido pela barba-de-bode, faziam criame de poucas cabeças de gado tucura.

Para alcançar a vila os moradores vinha a cavalo, de carroças, carros-de-bois, raros em semitroles.

Naquela tarde eram cinco os cavaleiros e dois deles carregavam uma rede, presa a um varote apoiado nos ombros, uma das maneiras de conduzir os cadáveres, dos sítios distantes, para serem enterrados na vila.

Os meninos se alvoroçaram – prevendo a tarefa de rotina – subir depressa a escada a prumo, que leva à torre da igrejinha, e repicar o sino: aviso de que chegara um morto. Mais tarde, à saída do corpo para o cemitério, novo bater de sino. Como paga, os parentes do falecido lhes atiravam algumas moedas. Se não tinham, também eles não se importavam.

Zé-Gilim (o filho do Angelim), não mais de doze anos, pele clara, vermelho, pintado, cabelo raspado e topete, o mais troncudo do grupo, dava suas ordens aos quatro companheiros: o Pelado, apelido de Nico; ao Zoca, ao Dito e ao Manco.

– Eu vi primeiro! – gritou o Zoca.

– Se viu, não gritou e agora caluda, boca de siri *Quem manda aqui sou eu e abaixo o que fedeu!* – respondeu Zé-Gilim com voz e jeito de mandão, impondo vontades que os outros aceitavam.

– Mas não é morto, não! – gritou o Dito.

– A rede não está embrulhada! – confirmou Pelado.

– Então é doente, mesmo!

– Daí, não tem repique de sino...

– Que pena...

– Na certa, é "serviço" pro Pauli.

E era. Os meninos aguardaram, tristes, porque dessa vez não iam lhes sobrar trocados pra comprarem pés-de-moleque ou bom-bocados na venda.

– Onde fica o Cego? – perguntou o cavaleiro que chegara à frente.

– Ali no fim da rua, na casinha de tábuas – respondeu o Zé-Gilim, apontando e prontificando-se: – Quer que a gente vá na frente?

– Não precisa! – respondeu o homem, de chapéu de abas largas, apertando as esporas na montaria, que partiu ligeira.

Os que conduziam a rede e os demais o seguiram.

– Quem era o doente? – eles estavam curiosos pra saber.

Seguiram atrás dos cavalos, à pequena distância, pela rua de terra, esburacada e coberta por vegetação rala.

O casario da vila era pequeno, na maioria de tábuas.

Nas janelas e portas abertas, já apareciam moradores para espiar e saber – quem ia à procura do curandeiro?

Os cavaleiros amarraram os animais à frente da casinha baixa, com gradil à entrada, e afastaram com ameaças de pontapés um cachorrinho cotó, que insistia em acuar os chegantes.

Morava ali o Paulino-Cego e a Nhana-Peva. Esta, mulher magra, baixota, por isso ganhara aquele apelido, gadelhuda, pele do rosto encarquilhada, de aparência e modos a causar arrepios aos meninos, sempre repelidos por ela aos xingos e pragas.

– Puxa daqui, molecada! O Paulino não sai hoje de casa... Sumam. Cambada de coisa-ruim...

Não saía nunca. Sempre recluso em seu quartinho escuro, sem janela, empoleirado à maneira de ave doente, de asas caídas, em um cepo grosso de madeira, fincado no piso de terra.

Aos dez anos – cinco já passados – depois de forte ataque de sarampo – tivera recaída e seus olhos se embaraçaram e se cobriram de tênue tecido, uma espécie de casca branca. Passou a andar aos tropeções e suas saídas, com o bandinho de amigos mais novos, passaram a rarear até cessar de todo.

– Ele não vê um palmo adiante do nariz, e pode se esborrachar num buraco por aí! – gritava a Nhana-Peva, com voz esganiçada, para impedir-lhe a saída.

Ela tinha outros planos para o ceguinho.

Tudo acontecera após uma benzedura que ela mesma fizera em pessoa mordida de cobra e fora bem sucedida. O doente inexplicavelmente sarara e lhe dera em pagamento um cabrito gordo, que já virara bode... Então a mulher que, ardilosamente, atribuíra os méritos ao Paulino, dali pra frente passou a colher proventos de supostas curas do "cego-curandeiro", pagas com frangos, ovos, abóboras e até, em casos especiais, com algum leitão ou cabrito. Descobrira maneira de tirar rendimento da cegueira. É claro que o infeliz, induzido a

proceder aos tratamentos, não atinava com os resultados que Nhana-Peva colhia, sempre invocando, junto ao povo, o seu nome como "iluminado" – um verdadeiro "santo".

E, à medida que a fama dele crescia, o bandinho do Zé-Gilim perdia a companhia do amigo.

Com o passar do tempo, Paulino engordou, rarearam-lhe os cabelos, ficou com o rosto largo, a barba enrolada e, no escuro do quartinho, seu corpo se confundia com o tronco de madeira a formar um só vulto, enquanto no traseiro criara bolhas e escaras, por permanecer por tanto tempo imóvel, sentado.

Os meninos, do bandinho, continuavam em vadiagens, reunindo-se embaixo da figueira centenária, do pátio, ao lado da igreja, nas horas mais quentes e, depois, iam pescar no açude, mergulhar no poção, procurar gabirobas no campo, sob as vistas grossas das mães que, entregues aos afazeres domésticos de lavar as roupas, cozinhar, cuidar da criação, davam graças de não terem os peraltas por perto. Estes saíam pela manhã e, quase sempre, só voltavam de noite pra casa, lavavam os pés descalços em bacias e se atiravam na cama, com roupa e tudo.

No dia seguinte, de novo reunidos, ficavam à espreita de aparecer, numa curva do caminho, algum grupo de cavaleiros, carroça ou carro-de-bois, trazendo rede com morto. Então era o correr até a casa de Nhá Tudica, que tinha a chave de abrir a pesada porta da igreja, que rangia alto. Ela já trazia algumas flores do seu quintal – cravos vermelhos se era defunto homem, margaridas brancas, se mulher. E, rapidamente, eles subiam até a torre para o repique do sino de chegada. O outro, de despedida, era feito horas depois, antes do anoitecer, quando o corpo saía para o cemitério, bem pertinho dali.

Permaneciam, porém, enquanto faziam tempo para o segundo toque, sentados nos bancos de madeira da igrejinha, diante da sofrida imagem de São Sebastião, no altar atingido por flechas e com sangue a escorrer-lhe das feridas.

Dito e o Zoca não gostavam de olhar para a face dos mortos, sempre colocados ao centro da igreja, sobre uma mesa baixa de madeira. Alguns deles tinham aspecto horrível, boca aberta, olhos arregalados, que se lhe fixavam na lembrança e voltavam à noite, em pesadelos.

Certa vez uma velha defunta fora colocada na mesa, no lugar de sempre. Os parentes saíram para cuidar do indispensável para o enterro e até de abrir a vala de sete palmos de fundo na terra do cemitério, pois coveiro não havia. Eles se demoravam a voltar.

Os meninos, encolhidos e encostados um ao outro, no banco da igrejinha, calados, não tinha coragem de olhar para a morta, com aspecto medonho pela extrema magreza, rosto deformado, em esgar, a mostrar dois dentes escuros apontados para fora da boca.

A tarde descera rapidamente e os parentes se retardavam. No interior da igreja, uma pequena vela tremulava no altar.

Encolhidos, angustiados, eles estavam prestes a sair pelos fundos, quando ouviram um barulho inesperado. O cadáver tivera um refluxo alto, que ressoou pela nave. Espécie de catarro encalhado, ressoou alto, de modo descontínuo, como se a morta estivesse a se afogar ou tentasse expelir algo da garganta.

Zé-Gilim saltou do banco e, sem dar explicações, foi o primeiro a sair correndo da igreja seguido pelos companheiros que, no pátio fronteiro à igreja, se dispersaram e, "pernas para que te quero...", trêmulos de medo, buscaram suas moradas.

Naquele dia não houve o repique de sino à partida do corpo.

Maior alegria e distração era quando o bandinho ia nadar no poção do corgo, lugar de remanso que eles próprios haviam preparado, à beira do mato, por onde rodavam as águas. Nadavam ali em alegres brincadeiras, por horas seguidas.

E, fato de que não poderiam se esquecer, a lhes marcar o despertar dos sentidos, foi o da chegada à vila de um bando de ciganos, com muitas filhas adolescentes.

No dia imediato, eles vieram espiar de perto as barracas, revestidas por dentro de panos a cores berrantes, que lhes despertavam curiosidade.

E respondera, às perguntas das jovens:

– No riacho tem poção pra banho?

– Tem – Zé-Gilim respondeu de pronto e tratou de explicar o jeito de ir lá e que o lugar era supimpa pra mergulhos...

As ciganinhas toparam. Iriam à água. Só que não queriam companhia, para ficarem à vontade, sem olhares a espioná-las.

Os moleques não se deram por vencidos. Deram de ombros. Mas, quando viram que elas se encaminharam para o poção, se meteram na capoeira e, pés-ante-pés, agachados pelos trilhos, chegaram até as margens do rio. E, do esconderijo, sem serem notados, passaram a ter excelente vista.

E que espetáculo ver as meninas, de peles clarinhas, ruivas, carnes rechonchudas, com as vestimentas que Deus as colocou no mundo, brincando como patinhos na água, que escorria límpida, fresquinha, por entre suas pernas e os pedregulhos redondos!

– Ta virando os zóios, Dito? – perguntou Zé-Gilim, malicioso.

O outro não queria perder a cena incomum e excitante.

– Cale a boca. Senão elas desconfiam!

Paulino-Cego atendeu, naquele dia, doente que viera de longe, na rede.

No caso, Nhana-Peva, adiantando-se ao trabalho do "curandeiro", mandou a doente se deitar na esteira e, ao verificar que uma das suas pernas era mais curta, diagnosticou – "bucho virado".

Com uma caneca de água fresca no pote, uns pingos de limão e raspa de casca de uma árvore que dava coloração à beberragem, já contida em uma garrafa – fez o tratamento.

– Gosto amargo! – reclamou a moça que, àquela altura, já abrira os olhos.

– Remédio bão não tem doce, mas arriba! – contestou Nhana-Peva.

Horas depois, os cavaleiros regressaram, após terem ido bebericar no bar do Tonico Céu, e encontraram a paciente mais animada e com a prescrição de levar uma garrafada do líquido escuro para:

– Tomar três colheres de sopa, por dia.

Os companheiros sentiam muito o que acontecera com o amigo Paulino, sempre confinado na casa e fazendo o que a velha mandava.

Todos sabiam não ser ela a sua mãe verdadeira. Tivera, entretanto, o mérito de acolhê-lo, ainda bem pequeno, quando certa jovem solteira, para ocultar o fruto proibido, o dera para criar, dizendo que viria um dia buscá-lo – o que nunca aconteceu.

Cochichava-se, na vila, que o menino realmente não perdera a vista por efeito do sarampo, mas por acidente dos curativos com vinagre e outros ingredientes que lhe foram aplicados, e até de modo maldoso. Ficara com os olhos cobertos por uma mancha branca, uma espécie de gaze, a lhe toldar a visão, embora sempre dissesse aos antigos companheiros do bandinho que ainda podia distinguir vultos!

Com o passar do tempo, os músculos da perna se lhe atrofiaram e mal podia se movimentar do cepo para a latrina, onde fazia as necessidades, e voltava se arrastando ao cubículo, na semi-obscuridade, onde havia uma porunga com água e restos de comida em um prato de ágata.

Acontece que, nos dias santos e domingos, vinha muita gente pra vila. A fama do Cego atraía novos clientes, bem recebidos pela Nhana-Peva, arqueadinha e atarracada, que, entretanto, não se esquecia de cobrar pelos trabalhos e rezas do "filho". Este, à vista dos estranhos era bem tratado, porém, mal aqueles viravam as costas, sofria admoestações:

– Vancê percisa fazê direito o benzimento. Toque nas feridas e reze baixinho. Diga alguma coisa.

– O quê?

– Qualquer coisa! Melhor que ninguém entenda!

Paulino respondia, com gestos. Cada vez mais, porém, sentia a saúde a se lhe evaporar. Mal conseguia ir até o casinholo urinar e o líquido lhe saía queimando, às vezes aos jatos, como se o órgão estivesse machucado e começasse a entupir.

Nhana-Peva lhe dava chá de quebra-pedras e folhas de abacate, que tomava aos goles, e momentaneamente lhe abrandavam as dores.

Paulino, em sua solidão e desesperanças, se apegava a uma imagem escura de santo, que trazia cosida ao peito, no bolso do camisolão imundo, cheirando a

suor e bolor. E quando lhe pedia ajuda era mais para os sofredores que o procuravam, do que para ele mesmo.

Enquanto isso, a clientela crescia. Tanto mais, após certo sábado em que o "Major" Izaltino, do Coruquara, chegou à vila de semitrole e fora carregado pela sua gente pra dentro da casa, quase sufocado, suarento e ardendo em febre e, depois que Paulino Cego lhe alisara o peito, orara por ele, saíra do cubículo pelas próprias pernas e fora embora bendizendo a cura.

Zé-Gilim, conversando com os membros do grupinho, sentados nas raízes da figueira do pátio, envolvidos por enorme sombra, dizia em voz cochichada o que todos já sabiam.

– E pensar que o Pauli andava ligeiro com a gente por esses pastos, atrás das vacas, nadava no poção, subia nas árvores pra pegar araticuns... Agora lá dentro de casa, doente, meio entrevado, que nem um velho, gemendo, sofrendo...

– Cura todo mundo, sem ver quem chega e quem vai, mas ele mesmo na pior!

– Eu acho que alguma coisa ele vê. Se não as caras, o por dentro, o coração!

– A Nhana-Peva prefere que ele diga sempre que ta no escuro de vez, não vê bolhufas!

– Mas você se lembra daquele dia em que a gente saiu da escola mais cedo e fomos até o quartinho dele?

– É... conheceu nóis tudo... era só passar pela porta e ele dizia o nome...

– Zé-Gilim, Zoca, Dito, Pelado, Manco.

– Lembra o que ele disse? Que sentia demais não ter ido nunca pra escola, que nem a gente. E perguntou pela saúde do Zoca, o mais fanadinho do nosso grupo, sempre a se queixar de dores.

– Então, amigo, está se agüentando?

– Tocando... devagar. Mas sinto uma tosse que não me larga... Fico com a testa fria. Suo muito – respondera.

– Você tá magrinho...

– Que nem um bezerrinho guaxo, desmamado, não é? – dissera o Zé-Gilim em tom de brincadeira. Mas, logo em seguida, lembrara-se e se

arrependera, é que não só o Zoca, mas também o Pauli tinham sido criados sem a mãe verdadeira.

Felizmente o palpite imprudente não gerara confusão.

– Não tenho fome, – prosseguira o Zoca – só engulo uns pedaços de mandioca cozida... Cadê força pra emparelhar com a turminha? Nem vou ao poção, não subo mais na torre, pra bater o sino, quando tem morto chegando na rede. Mas Zé-Gilim divide as moedas comigo, como se eu tivesse junto, repicando o sino...

– Tudo como Deus quer! – resmungara o Pauli, como se falasse para si mesmo.

O fato de ter aumentado demais o povaréu, pra buscar as curas, provocou reação.

Autoridades da cidade souberam e se encresparam.

– Um novo padre Cícero ou Antônio Conselheiro? Melhor cortar o mal pela raiz.

Assim, certo dia, quando a vila estava cheia de gente à procura do Cego, chegaram sem aviso o delegado de Sant'Ana, mais um soldado, o farmacêutico, um homem do cartório e até o vigário. Este último, que só pela Páscoa e pelo Natal aparecia na Vila pra uma missa corrida e, depois, limpava os cofres das esmolas, sempre escassos, e sumia.

Vinham ver com os próprios olhos o que acontecia no lugarejo, que já não tinha mais nome e passava a ser chamado de "Vila do Paulino Cego".

Acontece que naquele mesmo dia Zoca, por não se agüentar mais com a tosse, a fraqueza, os vômitos de sangue, tinha sido carregado pelos amigos até a presença de Pauli.

Nhana-Peva, de mãos na cintura, à porta, quis impedir-lhes a entrada.

– Que vinham fazer aqueles capetas?

– Sai da frente, peste! – gritou Zé-Gilim. – Senão vai pro chão com uma rasteira e um pé-no-ouvido.

Disse tão alto e decidido que a mulher se encolheu.

Ao ouvir os gritos, Paulino chamou-os. E ordenou:

– Ponham o Zoca deitado na esteira.

Ajoelhou-se. Passou a mão pelo seu peito. Zoca respirava com dificuldade e tossiu soltando no chão um catarro escuro. Paulino rezou baixinho e disse palavras que ninguém entendeu. Nem era preciso. O que eles queriam era a presença do amigo ali ao lado do doente.

– Não é para sarar, mas pra aliviar a dor! – disse, então, para que todos ouvissem.

Pauli voltou para o seu cepo, arrastando-se. Estava pior que o companheiro por quem acabara de rezar, mas não dava demonstração.

Foi então que os homens de Sant'Ana, prepotentes, invadiram-lhe a casa, empurrando Nhana-Peva para um canto.

– Ninguém pode deter as autoridades! – bradou o delegado.

– Praticar curandeirismo é crime! – anunciou o farmacêutico. – E aqui está a prova, com testemunhas!

Pôs-se a vasculhar e descobriu sobre um tripé uma garrafa com beberagem.

– Tudo apreendido! – confirmou a autoridade.

– O líquido pode ser veneno pro "figo", pra tripa, pro "estamo", não é? – perguntou o soldado.

Paulino mal ouvia o que eles falavam, absorto, com o olhar morto a percorrer o requadro da porta, por onde entrava uma réstia de luz, que ele não via.

– A gente tem o flagrante, do criminoso, com o doente e a mezinha na garrafa! – confirmava o delegado.

Paulino não sabia o que queria dizer flagrante, nem atinava para o complicado da situação.

– Tem que ser levado preso, por prática de curandeirismo.

– Na certa está tomado por demônios! – afirmava o padre.

– Cruis, credo! – benzeu-se o escrevente.

Então o farmacêutico atentou melhor para o indiciado e tentou abrir-lhe as pálpebras, cobertas por uma espécie de véu branco, carnoso. Queria certificar-se, pensando em embuste, se de fato não via.

Paulino não se moveu.

– Mas ele não agüenta ser levado daqui até a cidade! – reconheceu o sacerdote.

– Então, não vai ser punido, como precisa? – revidou o delegado.

– Está mais pra lá do que pra cá! – confirmou o farmacêutico.

– É um caso de consciência e humanidade! Nesse estado precisa de remédios, não de castigo... – continuou a dizer o padre.

– E nós, então, o que viemos fazer aqui? Fazer o papel de bobos? – disse o delegado.

O soldado, desconcertado, começou a enfiar, disfarçadamente, as algemas de couro que trouxera numa bolsa do cinturão.

– De minha parte lavo as mãos! Quero dizer, não vou tomar nenhum depoimento – disse o escrevente, que até ali só estivera atento.

Os homens se olhavam desenxabidos, sem saber como proceder.

Zoca, na esteira, parecia desfalecido.

– Se afastem. Se afastem! – gritou Zé-Gilim, revoltado.

Nem o delegado nem ninguém se atreveu a detê-lo.

– O Pauli precisa curar o Zoca! – disse o Manco, decidido.

– É isso! É isso! – confirmavam os companheiros chegando mais perto.

– Cure ele! – pediu o Pelado ao amigo. – Tire as dor do coitado!

O farmacêutico, ao ver o doente a arder em febre, tentou colocar-lhe um vidrinho no sovaco.

– O termômetro vai dizer a temperatura! – disse o delegado.

– Sai pra lá estafermo! – gritou Zé-Gilim, impedindo-o.

– Está nas últimas e não pode, como cristão, morrer sem o sacramento da Igreja, a extrema-unção, – afirmou o sacerdote.

Aquelas palavras tiveram efeito, as vozes silenciaram e ele tirou um livro preto da batina, abriu-o e ia ler uma oração quando Zé-Gilim arrebatou-lho das mãos e entregou-o ao Paulino.

Este pareceu, então, sentir um impulso inesperado. Firmou-se no cepo e se colocou em pé e à frente.

Com o livro na mão, Paulino aproximou o rosto da página indicada pelo padre.

– Se ele é cego, como vai ver as letras do escrito? – duvidou a autoridade.

Reinava por tudo silêncio, só quebrado pelo ruído da respiração ofegante do Zoca.

– Esse menino está morrendo... – disse o farmacêutico, confrangido.

Então uma voz forte atroou o ar. Saía do peito de Paulino.

Por isso lhes falo em parábolas, porque vós, vendo, não vêem, e ouvindo, não ouvem, nem entendem. E assim se cumpre a profecia de Isaías, que diz: ouvireis com vossos ouvidos e não compreendereis, olhareis com vossos olhos e não vereis.

O coração deste povo se tornou insensível; são duros de ouvido e fecharam os olhos para que os seus olhos não vejam, nem os ouvidos ouçam, nem o coração compreenda, e assim se convertam e eu os cure.

Mas felizes os olhos que vêem, felizes os ouvidos que ouvem; pois em verdade vos digo que muitos desejaram ver o que vós vedes, e não viram nem ouviram o que vós ouvis.

Não compreendeis esta parábola? Ouvi, sobre o semeador.

A semente é a palavra de Deus; o semeador semeia esta palavra. Todo aquele que ouve a palavra do reino e a não compreende, vem o espírito maligno e arrebata o que foi semeado no seu coração, para que não creia e se salve. Tal é o que recebeu a semente, à beira da estrada.

Por que não querem ouvir nem entender? Para não se converterem, para não serem curados, em uma palavra, porque não querem, e esta é a razão por que muitos permanecem na sua impiedade. Oh! Eles não compreendem que a cegueira, o endurecimento espiritual é o mais terrível castigo que Deus inflige aos que, por má vontade, o desprezam e resistem a sua graça.

As pessoas, ao redor, pareciam tomadas de estranho torpor ao presenciarem que de fato Paulino lera tantas palavras.

– Mas ele é cego, mesmo? – inquiriam alguns, duvidando.

O padre tomou-lhe da mão o Livro Sagrado, certo de que o texto lido eram palavras do Evangelho e não as que ele marcara, sobre a última unção, só recitada aos agonizantes.

Todos estavam contagiados por aquela cena incomum e enternecedora.

Ouviu-se ainda um suspiro prolongado e Zoca desfaleceu, voltando a cabeça para o lado. O infeliz acabara de expirar.

O sacerdote fez, contrito, o sinal da cruz e beijou seu crucifixo. Disse ainda alguma coisa em latim. E repetiu:

– Leu mesmo trechos da Bíblia! E misturou São Mateus com São Marcos e São Lucas...

Paulino puxou pra baixo as pálpebras do morto, antes com os olhos arregalados, e depois caminhou, sem dificuldades, com o corpo aprumado, para o cepo, sentou-se e ficou em posição de só contemplar o vazio, indiferente a tudo ao seu redor.

Ao lado os homens vindos de Sant'Ana se fixavam nos seus olhos, que não se moviam e estavam cobertos por uma tênue gaze branca. Depois recuaram confusos para a rua, um empurrando o outro, pois o ambiente parecia sufocá-los, e a murmurar palavras de incompreensão e espanto. Trataram de sair apressados e voltar para a cidade.

O padre não quis acompanhá-los e continuava a repetir, incrédulo:

– É cego e analfabeto; e leu palavras do Senhor! Caramba!

Não queria dizer a palavra milagre. Mas esta certamente estava enroscada em sua garganta.

Zé-Gilim carregou o companheiro morto nos braços e foi saindo daquele lugar de ar empestado. Ouviu, ainda, uma voz sussurrada: – quando puser ele no túmulo deixe a cabeça para o Oeste, voltada para o alto, e os pés para o Leste. No dia da ressurreição seu rosto se levanta e ficará frente a frente com o Senhor, que vem como o Sol, pelo Levante!

– É, – repetiu ele para si mesmo, – o que o Pauli mais queria era ter ido pra escola, com a turminha, aprender a ler. Ficou cego. É analfabeto. Mas Deus ajudou ele na leitura da oração, pra encomendar o coitado do Zoca!

Na rua, o povo que se ajuntara viu o Zé-Gilim a caminhar com um corpo inerte nos braços, em direção à igreja, seguido por Dito, pelo Pelado e pelo Manco. Passou em frente à velha figueira em cujas raízes, saltadas da terra, os meninos costumavam se reunir, tristes porque Pauli nunca mais aparecia, mesmo manquitolando, mal firmado em pé, para ouvir sobre as travessuras, dar palpites, como se fosse um deles e tivesse viço para também ir nadar no poção do rio, montar nos bezerros, catar gabirobas e araticuns no campo...

No dia anterior eles haviam se reunido naquele "covil", como o Chiquito chamava o local, e muito abatidos já anteviam a partida do amigo. Foi então que alguém apontou para o tronco da figueira e exclamou:

– Vejam!

Todos se levantaram, assustados. Estava lá, meio esfumada, sobre os nós e a casca da árvore centenária, a sombra de uma cabeça, quase disforme, alongada, mas que eles bem reconheciam:

– O Pauli não podia faltar mesmo nesta reunião!

– Não podia!

– E veio!

– Não podia...

Zé-Gilim continuava, triste e abatido, em sua via-sacra, a carregar, como uma cruz, o pesado fardo e nem queria olhar para o rosto amigo, então iluminado pelos clarões do Levante. Parou à frente do primeiro degrau. E todos ficaram surpresos ao ouvirem o som do repique forte dos sinos, vindo da torre, da capela, a encher os ares... o mesmo toque que só os meninos sabiam fazer, quando para anunciar a chegada de algum morto... mas nenhum deles fora até lá!

Só então Nhá Tudica abriu a pesada porta de madeira da igreja, que gemeu nos gonzos enferrujados. Trazia um punhado de cravos vermelhos, numa cestinha. E lágrimas que ela nunca vertia para outros falecidos orvalhavam as flores.

– O menino descansou, descansou... – murmurava para si mesma. – Que Deus o tenha na sua glória.

Zoca foi colocado, com cuidado, sobre a mesa de madeira, à frente do altar!

O som metálico foi diminuindo, diminuindo, descompassado, como se, jururu, chorasse baixinho, até que ninguém mais o ouviu...

Nicolas Poussin (1594-1665)
A inspiração do poeta, c. 1630
Óleo sobre tela, 94 *x* 69,5 cm
Niedersächsische Landesgalerie, Hanôver

Sobre a poesia

Benedicto Ferri de Barros

1. Natureza da poesia

Com relação à ciência, "a filosofia se acha em outro domínio e em outro nível da existência espiritual. Somente a poesia pertence à mesma ordem que a filosofia e o pensamento filosófico. Entretanto, a criação poética e o pensar não se equivalem. [...] E isto não em virtude de um rigor menor que, para o senso vulgar, caracterizaria a poesia, mas, ao contrário, porque na poesia (aquela que é autêntica e grande) reina uma essencial superioridade do espírito com relação ao que é puramente ciência. Superioridade em virtude da qual o poeta fala sempre como se o existir (*l'étant*) fosse pela primeira vez interpelado e expresso. Na criação poética do poeta, como no pensar do pensador, manejam-se espaços tão amplos que, colocada neles, qualquer coisa – uma árvore, uma montanha, uma casa, um grito de pássaro – perde completamente seu caráter indiferente e habitual".[1]

Jornalista e professor, especialista em história e cultura japonesa. Autor, entre outras obras, de *Japão – A harmonia dos contrários*, *Viagem ao Japão*, *Rapsódia de Ouro Preto* (poesia). Membro da Academia Paulista de Letras e da Academia Internacional de Direito e Economia.

[1] Heidegger, Martin. *Introduction ... la Métaphysique*, trad. Gilbert Kahn. Paris: Gallimard, 1967, p. 38.

Num grão de areia enxergar o Mundo
E numa flor silvestre todo o Céu
Ter na palma de tua mão o Infinito
E numa hora a Eternidade inteira.[2]

"A capacidade de observar de forma veemente e minuciosa as coisas do ambiente que, para nós, (adultos) já sem animação, são totalmente insignificantes, é certamente uma forma de amor."
"[...] pois que a inteligência da criança observa amando, e não indiferentemente, ela faz-lhe ver o invisível."
"[...] aquela inspiração que leva as crianças a observar se poderia chamar, empregando uma expressão dantesca, 'intelecto de amor'."[3]

"[...] os anos da meninice são de uma poesia ininterrupta. A essência da poesia, como de toda arte, está na apreensão, no ser isolado, da idéia platônica, isto é, do essencial, e, portanto, comum a toda a espécie, de modo que cada coisa surja como representante dela e um caso valha por mil. Mesmo que pareça que nas cenas da puerícia sempre estamos ocupados apenas e cada vez com um objeto ou fenômeno individual, a interessar nossa vontade momentânea, no fundo a coisa é diferente. A vida ainda está diante de nós tão nova em sua importância, tão viridente e ainda tão sem que suas impressões se hajam esbatido pela repetição, que, em meio às atividades infantis, em silêncio e sem intenção objetivada, estamos entretidos em apreender, nas cenas e fenômenos isolados,

[2] Blake, William. "Auguries of Innocence", in *Selected Poems of William Blake* (ed. F.W. Bateson). Londres: Heinemann, 1957, reimpr., 1976, p. 81.
[3] Montessori, Maria. *A criança*, trad. de Branca Rumina. Lisboa: Portugalia Editora, s/d. Cf. todo o capítulo XVII. "Intelecto de amor", p. 187 e segs.

a própria essência da vida, os tipos fundamentais das suas figuras e manifestações. Como o exprime Spinoza, vemos toda as coisas e todas as pessoas *sub specie aeternitates* (isto é), sob o nexo do eterno.

Quanto mais jovens, tanto mais cada coisa representa para nós a espécie inteira. Ora, isso vai em acelerado decrescendo, de ano para ano, e nisso está a grande diferença de impressões que as coisas nos produzem [...] Em virtude desse modo de ver puramente objetivo e portanto poético, peculiar à meninice [...] nós nos portamos, quando crianças, muito mais como cognoscentes puros que como exercitadores da vontade. Daí o olhar sério e contemplativo de muitas crianças, que Rafael aproveitou com tanta felicidade para os seus anjos..."[4]

No que têm de comum e de essencial, os excertos acima, de Heidegger, Blake, Montessori e Schopenhauer, contêm os elementos do conceito de poesia a que cheguei finalmente, aqui e ali fragmentariamente exposto em meus poemas e trabalhos em prosa.

A poesia aparece então como uma das formas mais altas do conhecimento, uma "inteligência de amor", que em cada coisa singular percebe seu arquétipo platônico – a forma ideal que, *urbe et orbi* e *sub specie aeternitates*, evidencia em que, e como, a beleza e a harmonia, pelo amor, mantêm unido o universo, apesar das forças destrutivas existentes. Esta é a visão do poeta e da criança – e também, se poderia dizer, a dos animais, de todos os seres e de todas as coisas não desnaturadas pelas forças do mal e da destruição, entre as quais a cultura assentada sobre bases falsas, anticósmicas e anti-humanísticas, é a que mais deturpa a visão e compreensão que o homem tem do mundo. Neste sentido, a poesia constitui desde sempre uma perpétua *intellectus emmendatione*.

[4] Schopenhauer, Arthur. *Aforismos para a Sabedoria na Vida*. 3.ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d., pp. 210-11.

O poeta, como a criança, vê em cada coisa seu arquétipo, isto é, seu modelo ideal. No singular e transitório contempla o universal e o perene, e com ele se identifica e rejubila. Como disse Montessori, o seu é "um intelecto de amor", uma inteligência amorosa.

Nisso, o poeta é como a criança e toda criança um poeta.

Toda poesia é uma visão original e límpida, uma compreensão e um amor universais por tudo o que existe.[5] Todo poema é uma reapresentação dessa verdade amorosa, dessa visão encantada da criança, que o adulto perdeu. Essa recuperação restaura no adulto essa visão, refazendo o conhecimento e encantamento mágicos de sua infância. E é por isso que a poesia freqüentemente dá ao leitor a sensação de um reencontro consigo próprio, do renascimento paradisíaco em um mundo perdido, que entretanto está aí, guardado no seu íntimo.

Este o segredo do poder mágico e fascinante dos poemas.

O conhecimento poético que o poema transmite, na realidade, é um reconhecimento, a recuperação de uma lembrança platônica.

Ao transmitir essa visão, como se a coisa fosse vista e chamada pela primeira vez, o poeta reencontra, entre todas as palavras convencionais, o nome singular e genuíno que exprime sua percepção e é por isso que na linguagem poética as palavras se apresentam como frescas, surpreendentes e necessárias, como se pela primeira vez fossem utilizadas.

Os hábitos culturais tendem a padronizar tanto a percepção como a linguagem, uniformizando-as e submetendo-as a uma convencionalidade urgente, generalizada e opaca, da qual a criança e o poeta permanecem livres.

---

[5] Platão reconhece em *Fedro* que a emoção criadora do poeta contém o mesmo elemento que "desde o primeiro momento atua no eros autêntico. Eros se situa no mesmo plano de onde nascem os dotes poéticos. Amor e poesia brotam no homem de uma mesma fonte". Apud Jaeger, Werner. *Paideia: los ideales de la cultura griega*. México: Fondo de Cultura Economica, 1962, pp. 988-89.

Todo esforço de transmitir pelo poema o conhecimento poético encerra uma luta para se recuperar a liberdade, a autenticidade e a espontaneidade do modo de se falar sobre as coisas. O verso, forma própria da linguagem poética, é a arte de devolver à palavra sua força de comunicação original.

A arte de versejar, ou construir poemas, não se confunde, porém com a poesia. Esta arte exige, como todas, um aprendizado de ofício, mas esta artesania indispensável não confere à obra caráter poético, como não basta para conferir caráter artístico a nenhum outro lavor de natureza artística, seja uma música, um quadro, um edifício.

Todas as artes empregam recursos estéticos das demais, e o versejar ou compor poemas talvez mais do que todas as outras: há música, arquitetura, escultura e pintura nos poemas.

Entretanto, embora a poesia compartilhe com as demais artes a busca do arquétipo, é falso conceituá-la como uma entre as demais artes: delas a poesia se distingue por se situar, como bem assinala Heidegger, como uma categoria especial do entendimento, capaz de impregnar todas as manifestações humanas, antecedendo-as e ultrapassando-as. E é por isso que, embora se possa aprender a arte de versejar, o dom de ver poeticamente existe ou não no indivíduo, ele é ou não poeta; e ele pode ser poeta e ser incapaz de fazer um poema, se não aprendeu a arte de versejar.

Como espécie de visão e forma de conhecimento, a poesia permeia e impregna toda atividade humana, se insinua por toda a parte e invade a prosa a mais pedestre. Ela pode ser respigada em todas as formas de literatura e se encontra onde menos seja esperada. Um bom exemplo se acha no livro de

filosofia da ciência do Prêmio Nobel de Química, Ilia Prigogine, onde, com mínimos retoques de apresentação (que tomamos a liberdade de fazer), lê-se o seguinte:

Não só os planetas
Mas todas as partículas
Vão aonde querem
Por sua própria conta,
Como seus próprios deuses bem-aventurados
Passeando a lei divina de seu bel-prazer.

E ainda:

A Natureza clássica
é amnésica, a-histórica
determinada pelo seu passado,
plana e homogênea:
o pesadelo de uma eterna
e universal insignificância.[6]

"Quando o poder leva os homens à arrogância, a poesia os relembra de suas limitações. Quando o poder amesquinha as áreas de que os homens se ocupam, a poesia os relembra da riqueza e diversidade de sua existência. Quando o poder corrompe, a poesia purifica."[7]

[6] In *A Nova Aliança*. Brasília: Universidade de Brasília, 1984, pp. 57 e 61.
[7] Kennedy, John F. Discurso no Amherst College em 26 de outubro de 1963.

2. A criação poética

Os processos de composição poética, como quaisquer características e hábitos pessoais, variam de um poeta para outro.

Poe relata em "A filosofia da composição" como construiu "O corvo": aparentemente definindo por antecipação os efeitos que pretendia, os problemas que teria de resolver e as soluções que deveria utilizar – como quem desenha a planta de um prédio para em seguida construí-lo. Há os que duvidam dessa racionalidade matemática como origem de um poema, esquecidos, talvez, de que para uma cabeça lógica como a de Poe isto poderia ser, precisamente, o equivalente mais alto de qualquer tipo de inspiração emocional.

Coleridge conta – no extremo oposto – que recebeu "Kublai Khan" completo em sono e que ao passar à vigília se pôs a escrevê-lo quase que automaticamente. Sendo interrompido no processo, quando voltou a retomar o poema verificou, com grande pesar, que o restante se desvanecera irrecuperavelmente.

Shakespeare aparentemente redigia com grande rapidez, pouco recorrendo a revisões. Com Dryden sucedia o mesmo: os versos lhe vinham com velocidade superior à que era capaz de escrever. Bonnard recebia mil palavras simultaneamente, sentindo-se mergulhado num coro de mil vozes.

E. Housman costumava captar seus poemas, inteiros ou aos pedaços, passeando, relaxadamente, depois do almoço. O que lhe vinha, vinha pronto; o que faltava demorava um tempo indefinido e exigia inúmeras versões antes da escolha definitiva.

Hart Crane usava bebida e música de jazz para entrar em processo criativo, e de Schiller se diz que conseguia o mesmo resultado com o cheiro de uma maçã podre colocada sobre sua escrivaninha...[8]

---

[8] A maior parte das informações relativas à criação poética se encontra em Brooks, Cleant e Warren, Robert Penn. *Understanding Poetry*. 4th. ed. Nova York: Holt Rinehart and Winston, 1976. Também em Reeves, James. *Understanding Poetry*. 3rd. prt. Londres: Pan Books, 1975.

Cada um conjura as musas à sua maneira... Poucos dispõem das condições ideais à sua visitação e a maioria não tem paciência de esperar por sua aparição espontânea e caprichosa. Tratam de induzi-la. O que nem sempre conseguem, ou a musa trabalha de má vontade, como se pode avaliar pelos resultados.

Frost disse em carta a um amigo:

> Não negarei que haja forçado virem à luz um bom número de meus poemas. Declaro, porém, minha velhaca preferência pelos que realizei como se dá um golpe de raquete, de porrete ou de machado. Só mesmo a pressão de amigos pode induzir-me a me mostrar às claras e expor tão íntima fraqueza, que, dadas as tendências atuais da crítica, pode me ser muito prejudicial. Quando sondo a respeito da agonia a que supostamente tenho direito como artista, só a encontro com referência a poemas que saíram errados e desfecharam em fracasso sem resultarem em poemas; e eles me tornaram menos miserável do que eu merecia quando descobri que, apesar de perdidos, não o estavam de todo, pois, freqüentemente, era capaz de relembrar alguns de seus versos ou estrofes. Jamais escrevi um poema para praticar: ainda continuo esperando pelo melhor. Contudo, aprendi a debitar como treinamento aqueles poemas em que falhei. É claro que neste mundo de suspicácia eu estaria em melhores condições de provar o que afirmo se, juntamente com meus sapatinhos de nenê, houvesse guardado meus originais em primeira versão. Não obstante, espero ser ao menos em parte acreditado se disser que desenvolvi alguns poemas sem tropeçar em nenhum verso, tais como "November Days", "The Mountain", "After Apple-Picking", "The Woodpile", "Desert Place", "The Fight Outright", "The Lovely Shall Be Choosen", "Directive". Com que prazer relembro sua tratabilidade. Foram experiências que sempre desejei ver repetidas – creio que posso dizê-lo sem assumir ares de presunçosa inspiração.
>
> Posso acrescentar, para deleite dos caçadores de curiosidade, o segredo profissional deprimente de que escrevi o terceiro verso da última estrofe de "Stepping by the Woods" de maneira a ter de acrescentar uma quarta estro-

fe, quando eu não queria nem tinha essa quarta estrofe; porém, com que presença de espírito e sensação de ser um bom rapaz não apaguei rapidamente esse verso e me saí do poema repetindo um verso anterior! "Ingenuities of Debt" ficou dependurada em mim quase quarenta anos, sem nome porque não era capaz de achar um quarto verso que me agradasse. Um amigo meu, poeta famoso, viu o poema em 1913 e não se impressionou tanto com a ruindade do quarto verso como com a palavra "terrelation" que eu usara em seguida. Esse mesmo poeta famoso persuadiu-me a eliminar um ou dois versos do "Hired Man" e queria que eu eliminasse os versos que diziam "Home is the place where when you have to go there they have to take you in." (O lar é aquele lugar onde, quando você tem de ir lá, são obrigados a deixá-lo entrar.) Os três últimos versos de "Nothing Gold Can Stay" foram diversos do que são hoje. Uma senhora de Rochester, N.Y., possui, creio, a primeira versão. Eu não. "Birches" são dois fragmentos, há tanto tempo soldados que não me recordo onde foi feita a junção. (Carta a Charles Madison, datada de 26 de fevereiro de 1950.)[9]

São inumeráveis os estudos realizados sobre o processo da criação. Todos eles confirmam modelos eminentemente pessoais, porém com características genéricas mais ou menos óbvias.

A primeira é a de que não há criação sem habilitação criativa, queremos dizer, sem domínio prévio dos recursos técnicos necessários. A segunda é que o processo criativo depende de uma fase preliminar de incubação, caracterizada por vasta e relativamente errática acumulação de material. A terceira é que impulsos conscientes ou fortuitos podem detonar uma urgência criativa, com solução imediata e completa, ou parcial e diferida. Em qualquer caso, há um nível de mobilização ou tensão mental acima do habitual, um período de concentração e

[9] In Brooks, Cleant e Warren, Robert Penn, op. cit., pp. 470-71.

uma resolução – criação – mais ou menos satisfatória, dependendo da espontaneidade, concentração e liberdade que se conseguiu no decorrer do processo.

A reiteração, desenvolvendo a familiaridade com o processo e a solidificação dos hábitos necessários, é (como em qualquer outra atividade humana, do esporte ao crime) uma condição indispensável à facilidade e bom desempenho. Como tudo o mais, há um aprendizado da poesia, e, como em tudo o mais, vocações e resultados altos e nulos, quaisquer que sejam os esforços.

A poesia não utiliza apenas recursos sensuais, nem idéias somente; nem sentimentos apenas, mas também poder intelectual. Ela é uma forma global e muito peculiar de visualizar, compreender, exprimir e comunicar, que envolve todos os poderes e a personalidade do poeta.

Para conseguir que alguém viva um poema como se fora um acontecimento, e o receba como uma surpresa que contém uma revelação, é preciso apelar simultaneamente para os sentidos, as emoções e as idéias do leitor. Se o apelo for feito exclusivamente à sua inteligência, ele pode não ser alcançado, mas um poema é defeituoso se não contiver uma boa idéia.

Os poemas diferem entre si segundo o grau em que utilizam este ou aquele meio de indução e transmissão. Uma questão colateral e muito debatida é se idéias são assunto para poemas; a resposta é positiva, pois as idéias, como os acontecimentos, os sentimentos e as emoções e qualquer outro tipo de experiência humana, podem ser tratadas poeticamente. Naturalmente, o público para poemas intelectuais é mais limitado.

Alguém ou algo está desempenhando um papel. É isto que confere ao poema seu caráter dramático. A mestria com que esse papel é desempenhado e o poder de impersonação do poeta com o que está sucedendo, é o que confere ao poema seu poder de indução. O poeta é um mestre do histrionismo.

3. Sobre a criação poética

Enquanto se apresentar "a inspiração", "o consciente", "a racionalidade" e outros tantos aspectos como contrastantes ou conflitantes, no papel que desempenham no ato de criação poética, as discussões jamais terminarão e as respostas apresentadas serão sempre confusa mescla de acerto e erro.

Se se imaginar que "o verdadeiro", "o autêntico", o "poema feliz", é o trazido pela "inspiração", entendida como transe místico, transcendental e supernatural – e, assim, como algo que escapa ao consciente e foge ao racional – está-se equivocado. Mas também se está equivocado supondo-se que a criação poética possa ser mera construção intelectual consciente e deliberada.

Os poemas dependem, entre outras coisas, e eminentemente, da felicidade na escolha das palavras. Na produção de um poema, a escolha das palavras nunca pode ser um ato consciente e racional, se por isso se entende uma busca e seleção deliberadas e voluntárias do termo adequado. A palavra assim buscada não ocorre nunca, pela simples razão de que não é este o processo mental pelo qual a memória funciona melhor. Quando queremos forçá-la a nos render coisas que guarda, o mais comum é que ela se feche e nos recuse até vocábulos que "estão ali mesmo" mas não conseguimos alcançar, porque ela se nega a nos atender. Entretanto, se estamos em sintonia fina com o objeto do nosso poema, vale dizer, com toda nossa força mental voltada para ele (o que envolve não só inteligência, mas vontade e sensibilidade atuando conjuntamente), a palavra adequada nos vem espontaneamente.

E é a isso que se chama o estar inspirado.

A inspiração aqui não quer dizer nada mais que um estado de concentração e identidade supremos com o objeto focalizado, que não exclui vontade nem sensibilidade, mas de forma alguma dispensa racionalidade e consciência, pois o que se pretende, exatamente, é dar uma versão inteligente e consciente de toda uma concepção que vai se processando mentalmente.

Este estado de concentração total dificilmente pode ser obtido por decisão voluntária, mas deve ocorrer naturalmente, como os demais estados orgânicos,

ainda que os poetas sempre procurem e alguns acabem achando um processo para induzir sua ocorrência. Esse estado de inspiração permite o uso espontâneo dos melhores recursos que se acumulou com a educação e treinamento, conferindo ao poema uma espontaneidade despida de qualquer esforço aparente e artificial.

Mas isto só sob certo ângulo é diverso em espécie e grau do que ocorre com qualquer outro trabalho.

O poema eclode como resultado de impressões, pensamentos e sentimentos iluminados, ocorridos em espaço, tempo e circunstâncias fortuitos e disparatados, e depositados nos arquivos subterrâneos da memória. Por razões ignoradas, chegado seu tempo, essas experiências se associam caprichosamente, de modo livre, espontâneo, inconsciente e necessário, e, como as sementes, germinam imperiosamente, com sua forma de versos únicos, formados por palavras insubstituíveis, exprimindo uma experiência nova e singular de conhecimento e amor.

Ignora-se que motivo os geram e que razões os detonam em certa e não em outra hora e é um erro capital de criação pretender forçá-los a se comporem por deliberação e conscientemente. O poeta não cria os poemas; eles se criam a si próprios; o poeta apenas os parteja.

Sem dúvida o poema exprime um conhecimento e uma sensibilidade de ordem superior e traduz um nível de consciência excepcional. Contudo, só na penumbra do subconsciente existe a liberdade necessária para que o poema germine com inteira originalidade e espontaneidade. A consciência está sempre atravancada de rotinas, convenções e interditos que impedem a livre associação das experiências guardadas pela mente. Seu papel na produção do poema é o de acompanhar sua formação, captá-lo e registrá-lo na forma e com as palavras em que vem vazado, o que demanda um esforço extraordinário de entrega, concentração e lucidez, que, também, dificilmente pode ser alcançado por deliberação voluntária e consciente.

Captar um poema em sua integridade, sem que se perca alguma coisa dele, é como apanhar um lagarto sem que ele perca sua cauda, diz Lawrence Durrell.[10]

4. Forma e linguagem da poesia

Não é a rima e a versificação que fazem a poesia. Pode-se ser um poeta sem saber versificar, ou ser um versificador sem poesia.

Os versos são contados pelos dedos
e pelo ouvido ouvidos – mas a Poesia
só é contada e somente ouvida
pela audição interna e pelo coração.[11]

Não basta que a aspereza não ofenda.
Um eco do sentido o som deve soar:
Quando a brisa se inclina suavemente
Suave é a corrente que flui no que se diz
Mas quando a vaga assoma à praia rugidora
O verso deve ser torrente rugidora e rude.[12]

---

[10] *Writers at Work*. 2nd. Series, Penguin Books, 1963 e 1985, p. 270.

[11] *Verses are counted by fingers*
and heard by ears – but Poesy
only can be heard and counted
by inner cords and ears.

[12] *'T is not enough no harshness gives offense*
The sound must seem an echo to the sense:
Soft is the strain when Zephyr gently bows,
And the smooth stream in smoother numbers flows:
But when lour surges lash the sounding shore,
The hoarse, rough verse should like the torrent roar.
Alexander Pope, "Sound and Sense", in *Understanding Poetry*. In Brooks, Cleant e Warren, Robert Penn, op. cit., p. 522.

Não é que a métrica e a rima dificultem a poesia – ao contrário; como qualquer formulário, de um lado a tornam ilusoriamente fácil para maus poetas e de outro empobrecem os recursos dos bons. Nada mais fácil, realmente, do que escandir o ritmo e, ao fim de cada verso assim encasacado, ecoá-lo com outro mediante uma sílaba final. A linguagem corrente oferece variedades e inflexões de ritmo e sonoridade muito mais amplas, onde o som e o sentido se casam melhor, alcançando uma expressão mais justa, mais eloqüente e mais rica. Seria um paradoxo que a linguagem expressiva da poesia fosse pela métrica e pela rima privada de recursos que a prosa correntemente utiliza.

A rima é o mais primitivo recurso para se conferir musicalidade ao verso: está para a palavra como o tambor está para a música, com sua indigência e monotonia sonora. A métrica (no sentido de versos com idêntico número de sílabas) é, igualmente, o mais pobre recurso musical do ritmo. O ritmo mais justo e rico é aquele em que a qualidade prosódica e o conteúdo léxico melhor correspondem à natureza daquilo a que o verso está se referindo.

A fluência eufônica do verso, igualmente, é um recurso pueril de agrado auditivo. A poesia não é feita para os ouvidos apenas, nem os ouvidos feitos apenas para palavras fluidas e doces. É neste sentido que a rima, a métrica e a eufonia são recursos elementares, incapazes de esgotar as infinitas necessidades da expressão poética.

Toda a liberdade na escolha das palavras, do ritmo e da musicalidade deve ser utilizada pela poesia, sob a condição de que o verso assim construído represente uma dicção onde se alcance maior harmonia entre o que é dito e a forma pela qual se diz. A poesia deve ser, neste sentido, mais eloqüente do que a prosa e a eloqüência na prosa supõe a adequação da palavra ao que se pretende dizer e como se quer dizer, como Pascal já observara.

Não há como impor censura de palavras, medida ao verso, padrões de rima. Um bom verso é aquele que é capaz de transmitir com melhor felicidade do que a prosa o que se pretende dizer. De forma eloqüente, bela e memorável.

O que é um bom verso? Algo que não poderia ser dito melhor em prosa.

Os poetas metafísicos eram homens de grande cultura, e exibir essa cultura era seu único propósito. Desgraçadamente, tentando fazê-lo ritmadamente, em lugar de escrever poesia apenas escreveram versos e muito freqüentemente tais versos passavam melhor pela prova da contagem dos dedos do que pelos ouvidos, pois sua modulação era tão imperfeita que só se descobria serem versos quando se contavam as sílabas.[13]

4. Sobre o verso branco, no sentido de versos não rimados

"Night Thoughts", de Young, "é um dos poucos poemas nos quais os versos brancos não poderiam ser substituídos por versos rimados sem prejuízo. A selvática difusão dos sentimentos e os vôos digressivos da imaginação teriam sido comprimidos e restringidos pelo confinamento da rima."[14]

"Na estruturação geral de seus versos ele [Akenside] é talvez superior a qualquer outro autor de versos brancos; seu curso é fluente e suas pausas musicais; mas a concatenação de seus versos se estende por frases muito longas e seu encerramento não se dá freqüentemente de forma cabal. O sentido é exposto mediante uma seqüência complicada de frases intercaladas e como nada é ressaltado, nada se guarda. [...] A isenção que o verso branco oferece de não se fechar o sen-

[13] Jonhson, apud Eliot, T.S. "Johnson as critic and poet". In *On Poetry and Poets*. Londres: Faber and Faber, 6th. imp., 1979, p. 166.
[14] Idem, p. 173.

tido com a rima trai espíritos luxuriantes e mentes pletóricas a acumular imagem sobre imagem e metáfora sobre metáfora, esquecidas da necessidade de deixar claro o sentido. Temo assim que com demasiada freqüência se encontre o verso branco para descrições exuberantes, argumentos loquazes e narrativas aborrecidas. [...] As palavras se multiplicam a ponto de obscurecerem o sentido; a atenção se desloca da inteligência para o ouvido. O leitor divaga na jovial difusão, as vezes surpreso, por vezes deliciado; mas depois de numerosas voltas pelo florido labirinto, sai como havia entrado. Pouco percebeu e nada guardou."[15]

Chamando de 'verso livre' aquele em que o metro não é o mesmo para todas as linhas e de 'verso branco' aquele que não tem rima, no sentido de palavras que tenham igual terminação sonora ao fim de cada linha, a adoção do verso livre e branco, como recurso de maior liberdade criativa, não significa autonomia para indisciplina formal, licença com relação aos cânones e valores da construção poética, mas só se justifica se com essa liberdade se alcança uma forma superior de dicção e eloqüência poética, onde as soluções de ritmo e musicalidade, de adequação entre sentido e som sejam superiores às das formas convencionais. Em resumo, não se trata de abandonar quaisquer regras de estilo, mas de substituí-las por regras superiores, mais exigentes e mais apuradas.

Observa Marjorie Boulton: "[...] o verso livre, que sem piedade expõe qualquer falha psicológica ou estética, é o mais difícil de todos. [...] pois não há uma cadência repetida capaz de embotar a faculdade crítica do leitor [...] (nos versos não-livres) o leitor se acha tão impressionado pelo 'rigor da forma', que outras fraquezas, como as de inversões forjadas e insinceridades, são desculpadas."[16]

[15] Idem, p. 172.
[16] Boulton, Marjorie. *The Anatomy of Poetry*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1977, p. 148-49.

John Wain, em *Professing Poetry*, faz comentários de sobre as candentes questões da poesia "democrática" (de massas), a poesia engajada, a poesia livre da forma.

"Que significa – um ovo? Um ovo não significa – um ovo é." Como um poema.

A adequação da forma ao sentido jamais pode ser obtida por esforço consciente e intencional: só é alcançada quando a mestria íntima da forma e do sentido permite que ela ocorra espontaneamente. Cada poema nasce, então, com sua dicção e formato próprios.

5. Sobre a crítica

Biografia, psicologia, psicanálise e filosofia do poeta – nada disso deve ser procurado no poema. Contudo, grande massa do trabalho crítico se faz nessa direção. Isto não passa de bisbilhotice. Essa excursão por coisas alheias ao poema nada melhora a maneira de senti-lo e compreendê-lo. O que um poeta é ou deixa de ser é irrelevante quando se considera sua poesia e seus poemas.

O significado e força de um poema não residem em sua inteligibilidade e menos ainda em qualquer coisa que lhe seja externa, por mais que tais coisas possam estar factualmente relacionadas ao poema.

As externalidades tendem a – quanto mais reais e ligadas ao poema – a reduzir em lugar de ampliar o alcance, o poder e o sentido do poema. Isto não é devido à capacidade do poeta de absorver e submeter todas as vozes e sentidos a sua própria voz e sentido; ocorre, contrariamente, pelo fato de que as vozes e sentidos de cada leitor identificam no poema sua própria voz e seu próprio sentido. A despeito dos incontestáveis direitos autorais do autor, o poema é o sentido e a voz de cada leitor.

Este tipo de investigação e análise tem contudo um sentido se objetiva apreender a cosmovisão e a sabedoria peculiar que orienta o poeta. Pode-se admitir que como pessoa ele desenvolveu uma forma de olhar para o mundo que não pode ser suprida pela ciência nem pela filosofia e que merece ser compreendida e quiçá seguida.

Contudo, frente à poesia e ao poema, a grande tarefa da crítica deve ser a de proporcionar elementos para sua melhor compreensão e prazer, tanto do seu sentido como dos seus aspectos formais. Um grande crítico é aquele cuja sensibilidade e conhecimentos lhe permitam nada perder do conteúdo e dos efeitos artísticos do poeta e do poema, evidenciando-os para leitores menos preparados.

6. A melhor poesia e a crítica

Provavelmente a melhor poesia é a mais universal, a mais durável, a mais memorável. Aquela que fale ao maior número de homens, de qualquer tempo, de qualquer lugar, de qualquer idade. A que, sem perder a elevação de seu tema e a profundidade de seu pensamento e emoção, seja capaz de transmiti-las a cada leitor, com o mesmo sentido e intensidade com que o poeta a realizou.

Podem-se utilizar esses parâmetros ideais para se estabelecer um arquétipo que sirva de referência para a avaliação do mérito dos poemas. Mas um poema que satisfaça a todos esses parâmetros simplesmente inexiste e jamais será possível produzi-lo.

A universalidade, permanência e memorabilidade de um poema é um jogo que depende da correspondência entre o poeta e seu leitor. O leitor não pode recuperar o poema se lhe faltarem as informações de que o poeta dispunha ao produzi-lo, assim as diferenças entre os leitores por si só delimitam o campo de alcance dos poemas. Nenhum leitor jamais terá informações idênticas às do poeta, assim, cada poema é lido e sentido diferentemente de um leitor para outro.

De certa forma, é essa capacidade mimética, camaleônica, caleidoscópica, a ambigüidade mesma de sentido, que permitem as mais variadas leituras, de

acordo com as informações possuídas pelo leitor, o que invalida uma supostamente desejável leitura idêntica pelo universo de leitores do poema.

Entretanto, há sempre um mínimo denominador de informações comuns, indispensável à leitura, recepção e compreensão do poema, e é precisamente no suprimento e equalização das informações de que o poeta se utilizou, que entra o papel mais útil da crítica. É aqui que – em lugar de elogios e impropérios, da expressão de gostos e juízos pessoais, de manifestações subjetivas que o crítico pretende passar como cânones estéticos, impondo ao leitor suas idiossincrasias de gosto ou de partido – entra (ou deveria entrar) o trabalho crítico, entendido como uma leitura inteligente e uma análise esclarecedora do poema. Mais do que um juiz, o crítico deve se postar como um preceptor.

Isto também nada tem que ver com os comentários sobre externalidades ao poema, sejam bisbilhotices sobre a pessoa do poeta, sejam eruditas dissertações sobre escolas, influências, estilos, etc., o que, isto sim, é campo legítimo para o professor de literatura.

Nota: *Este trabalho, diversamente dos outros contidos em meu inédito* Poesia, poetas e poemas, *não é um ensaio, previamente estruturado, pensado e redigido, mas produto de uma colagem* a posteriori *de numerosos esboços, reflexões e notas fragmentários, feitos em épocas variadas, daí resultando suas repetições, assim como a mera justaposição, sem fio de discurso, entre seus diversos segmentos. Um ensaio objetivaria demonstração ordenada e cabal, tendente a conduzir o leitor para as conclusões e "verdades" do autor. Seria um modelo inadequado à matéria e uma apresentação infiel de como se nos propuseram as questões de que nele tratamos.*

Maurice Denis (1870-1943)
As Musas (*no Parque*), 1893
Óleo sobre tela, 171,5 x 137,5 cm
Museu d'Orsay, Paris

Cartografia do imaginário

Marco Lucchesi

Tenho para mim que *Cartografia do imaginário* é o mais belo e misterioso dos livros de Dora Ferreira da Silva. E parece mais despojado, mais intenso, mais concentrado, tal como a monologia dos monges bizantinos, aparentemente a mesma, para olhos apressados e ouvidos desatentos, mas infinitamente diversa a cada sílaba, silêncio ou palavra. Dora atinge neste livro uma espécie de sóbria ebriedade, além de formas vertiginosas, como, por exemplo, no poema dedicado a Ivan Junqueira: "as criaturas que se foram e as amavas / talvez sejam os frutos de um pomar/ onde te escondes só e pensativa / num reino oblíquo difícil de alcançar".

Nesse jardim suspenso e terrestre, nessa vontade oblíqua, nessa demanda de ultrapassagem dos frutos, dos nomes e das coisas, a poesia de Dora Ferreira da Silva oferece algumas surpresas para seus leitores, que a acompanham desde *Andanças* (1970) até *Poemas da estrangeira* (1995), além dos inéditos que se encontram em *Poesia reunida* (1999). Surpresas que se traduzem de modo sereno e sutil, quase

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de *Poemas reunidos, Os olhos do deserto, A sombra do Amado: poemas de Rûmî, Saudades do paraíso, O sorriso do caos, Teatro alquímico, Faces da utopia, A paixão do infinito, Bizâncio.* Organizou as edições de *Jerusalém libertada*, de Tasso, e de *Leopardi: poesia e prosa.*

invisível e impalpável, por essa extrema leveza e generosa imprecisão que a *Cartografia* levou adiante. Todas as coisas formam realidades sem limites e contornos definidos: "Há uma energia pura despenhando / tão segura de si e das muitas gotas / que se fundem na ilharga dos rochedos / surge um grande corpo líquido rastejante / salta faíscas / e depois, névoa."

O quadro é mais difuso, e as coisas se perdem ou se transformam em enigma. Mas quanta beleza. É como entrar numa realidade aberta, para cima e para baixo, para os lados, para qualquer possível patamar que se inaugure. Dora consegue dizer aspectos infinitos, ou sugerir, mas com tanta força e leveza, que temos a impressão de ouvir o relato de um sonho, naquelas partes misteriosas, que se perdem de pronto, à medida que o narramos. Essa, a novidade do livro de Dora, a depuração levada a seus extremos. E por isso – leitor fiel de sua obra – não há como não lhe declarar minha gratidão por quanto enriqueceu o meu silêncio.

Mas há mais. Seus versos testemunham – para além do silêncio e daquela realidade oblíqua – uma rara amplidão, tanto nas formas longas quanto nas breves, em quatro ou doze sílabas, formando paisagens que enviam infatigavelmente para outras e mais novas paisagens, e rios que correm invisíveis para outros mares, palavras que produzem silêncios, e silêncios que produzem palavras. Temos a dissolução de todas as fronteiras. Tal como no *Cântico espiritual*, de São João da Cruz, traduzido por Dora, quando a alma, em busca do Amado, decide ultrapassar os fortes e as fronteiras, assim também a autora considera o imaginário e se propõe a estabelecer uma cartografia. Quantos meridianos e latitudes indevassáveis, quantas ilhas perdidas e arquipélagos!

Mas a amplidão de Dora parece explicar-se também por outra de suas qualidades: a transparência. E essa me parece uma das chaves para situar a sua poesia, que não se esgota, ou se aprisiona, em termos de uma pesquisa da transcendência, voltada para idéias-números, ou para certa realidade ultralógica, para cujo fim tenderia inexorável o sentimento de sua obra. Uma adesão parecida acabaria por retirar inúmeras composições que não se coadunam com aquela estranha leitura, além de falsear outras muitas. E, todavia, há de parecer exces-

sivo delimitar-lhe as dimensões de seu universo em termos eminentemente materiais, como se as imagens poéticas não fossem mais que pequenas variações sobre a verdade e a imanência das coisas, do aqui e agora, tão breves, porque passageiras, insolventes, mas que vemos e sentimos, porque desafiam nosso olhar. A poesia de Dora parece resolver-se no seio da transparência, que é o que move e ampara todas as coisas, e resolve os extremos, permitindo a comunicação entre dois termos que parecem irredutíveis. A transparência pode ser explicada – segundo Leonardo Boff – como o selo da transcendência na imanência. (Isso é outro.) É o que vemos em sua prosa da infância: "a rua, com carrocinhas e carroções, não era atravessável. As mães proibiam. Tratava-se de uma espécie de rio Lete e o barqueiro era a imagem do atropelamento fatal. Do outro lado ficavam os meninos, alguns tinham nomes misteriosos como Osíris, e a labilidade com que aparecia e desaparecia a um grito da mãe, egípcia, empregada do quarto andar do arranha-céu ali defronte." Vemos aqui essa condição de atravessamento e labilidade, a transparência que lhe permite entrever o sagrado. Ou como diz em outro poema: "Agora é linha do horizonte / que me chama. / Árvores quase invisíveis / no verde azulado. / Segue o passo / vozes vagas da distância, / nada o detém. É a hora de dar-se calma / e sem perguntas à enigmática vida."

Donde a amplidão de seus versos e a perene ultrapassagem do real para as altas moradas de Diotima. Altitudes suspiradas, pressentidas. Mas Dora sofreu o impacto dos tempos modernos, que buscam o sagrado, desprovidos de inocências, sabendo que a coisa em si não é para os homens, e lhes cabe apenas a nostalgia do que perderam para sempre. E a poesia de Dora canta de modo generoso e fascinante a misteriosa altitude das coisas que não sobem, mas que emitem, transparentes, a sua quota de infinito e solidão:

"Em Epidauro, na quietude que sobre nós baixou / ouvimos bater o coração do mundo. / E então sabemos qual é a cura: desistir, renunciar, render-se para que nossos pequenos corações batam em uníssono / com o grande coração do mundo."

Benedito Calixto (1853-1927)
Porto do Bispo em Santos, 1887
com a inscrição "Porto do Bispo – Santos antes da construção dos taludes"
Antiga coleção da Companhia Docas de Santos
(Detalhe ampliado)

Narciso de Andrade, o poeta do vento e das maresias

Adelto Gonçalves

A obra poética de Narciso de Andrade, ainda inédita em livro, que se foi dando a conhecer em jornais e revistas ao longo de mais de meio século de atividade literária, exige uma leitura mais apurada e abrangente que melhor caberia nos extensos limites de um trabalho acadêmico do que num texto despretensioso como este que nem ao menos aspira ao foro de um ensaio. Nem por isso posso me furtar a sugerir alguns caminhos numa produção poética aparentemente pouco complexa, ainda que esse julgamento seja resultado da enganosa simplicidade das coisas perfeitas. Afinal, por entre versos às vezes inocentes, o leitor distraído pode perder a oportunidade de explorar uma riqueza poética nem sempre fácil de captar.

Para conhecer melhor a obra poética de Narciso de Andrade, é preciso primeiro saber um pouco de sua vida. Embora seus versos

Doutor em Letras na área de Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo e autor de *Gonzaga, um poeta do Iluminismo* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999), *Barcelona brasileira* (Lisboa: Nova Arrancada, 1999; São Paulo, Publisher Brasil, 2003) e *Bocage – O perfil perdido* (Lisboa: Caminho, 2003). E-mail: adelto@unisanta.br

raras vezes tenham conseguido ultrapassar as fronteiras da província, o poeta sempre esteve ligado ao que acontecia no mundo em termos de poesia. Sempre foi moderno, ainda que, como disse Octavio Paz, o moderno seja também uma tradição. Essa modernidade foi o que sempre fez de Narciso um poeta avesso a todos os sectarismos, mesmo numa época em que parecia que a sorte dos deserdados da terra seria mudada pelos ventos que vinham da Europa Oriental.

Narciso de Andrade Neto, filho de Agenor Andrade e Celina Penteado, nasceu em São Paulo no dia 20 de julho de 1925, um ano e cinco meses depois de seu grande amigo Roldão Mendes Rosa (1924-1989), o *poetirmão*, como se definiam. Da São Paulo da década de 20, que ainda vivia os derradeiros anos da *belle époque*, apesar de toda agitação promovida por Mário de Andrade e seus modernistas, ele nada carrega na lembrança porque, pouco depois de nascido, foi levado para Santos pela família, que tinha algumas posses e muito renome na praça. Mas viveu uma vida solta de moleque pelas ruas do bairro operário do Macuco.

Da infância, Narciso recorda de uma manhã, a bordo do bonde 5, quando o poeta parnasiano Martins Fontes (1884-1937) o pegou no colo, tirando-o das mãos de sua tia Carola e dizendo que o menino precisava ir para a Capital da República. "Ele tem de conhecer o Rio de Janeiro à hora do crepúsculo", disse o poeta, com gestos largos e voz de trovão. Narciso recorda que Martins Fontes já era à época um poeta fora de moda, que nunca mais se recuperara desde que Mário de Andrade ridicularizara o seu fazer poético na revista *Klaxon*.

"Mas, quando começava a falar, ele era fascinante", afirma Narciso. "Logo se formava uma roda". De José Martins Fontes, o *Zezinho*, médico famoso, homem extravagante que fazia soltar pássaros apenas pelo prazer de vê-los se perder no horizonte, antigo sócio de Olavo Bilac numa agência de propaganda de produtos brasileiros em Paris, Narciso lembra de seu enterro, um cortejo que parou as ruas de Santos até a entrada do cemitério do Paquetá. "Nossas famílias eram próximas", justifica. "E eu gostava muito dele."

Nos pátios e corredores

Em Santos, Narciso fez os estudos primários. O ginásio ele seguiu no tradicional Colégio Santista, dos irmãos maristas. Foi lá que conheceu Roldão Mendes Rosa, com quem cruzava nos pátios e corredores, já admirando aquele colega que, apenas um ano mais adiantado, publicava seus textos no principal jornal da cidade, *A Tribuna*. A essa época, Narciso chegou a voltar para São Paulo com o objetivo de concluir os estudos secundários no Colégio São Bento, que oferecia o ensino mais avançado do País.

Mas não guarda boas recordações. "Os frades beneditinos faziam questão de uma disciplina terrível", recorda. Sorte foi que logo sua família decidiu que deveria voltar para Santos. Passou, então, a estudar no Colégio Canadá, mantido pelo governo do Estado, num tempo em que o ensino público, antes da massificação, era o que havia de melhor porque destinado aos filhos das elites. "Até hoje tenho saudade".

O avô de Narciso de Andrade foi um potentado político na segunda metade do século XIX. Tanto que virou nome de uma praça no tradicional bairro da Vila Mathias, em Santos, e de outra em Itanhaém, onde fica a Igreja Matriz de Sant'Anna, de 1761, jóia rara da arquitetura colonial. Em Santos, era dono de um vetusto casarão nas imediações da atual Avenida Conselheiro Nébias, a caminho da Praia do Boqueirão, onde, durante algum tempo, por concessão do proprietário, manteve seu ateliê o pintor Benedicto Calixto.

Vivia cercado de luxo e conforto, como todo pró-homem do Oitocentos. Era senhor de alguns escravos. Um deles, já liberto, o jovem Narciso conheceu bem idoso: "Fiquei com uma vergonha danada de saber que aquele homem havia sido escravo de meu avô", contou-me, ao início dos anos 90, quando nos encontrávamos com uma freqüência lorquiana às cinco da tarde *en punto* no Café Paulista, ali no antigo Largo do Rosário que alguns estouvados mudaram para Praça Rui Barbosa.

Como se vê, a arte e a cultura sempre tiveram livre acesso entre os Andrades. Um irmão de Narciso, Nelson Penteado de Andrade, foi um dos maiores

pintores da história de Santos, lídimo seguidor de Benedicto Calixto, ainda que com outro e mais moderno estilo. Seus quadros retratam quase sempre as ruas e os casarões antigos de Santos, imagens que ele mesmo via de seu ateliê na Rua João Pessoa, a antiga Rua do Rosário. Morreu cedo, antes de chegar aos 40 anos, provavelmente intoxicado pelo acre cheiro das tintas, apaixonado e envolvido por sua arte. Hoje, Nelson Penteado dá nome à galeria de arte da Prodesan, empresa de economia mista ligada à Prefeitura.

Carreira de repórter

Ao tornar-se moço à época em que o mundo saía da Segunda Guerra Mundial e o Brasil livrava-se da ditadura do Estado Novo e seus arroubos fascistóides, Narciso de Andrade, entusiasmado pelas letras, em 1948, iniciou carreira de repórter no antigo *O Diário*, de Santos, órgão dos *Diários Associados*, cadeia de comunicação do então "rei" do Brasil, Assis Chateaubriand. "Briguei no emprego que tinha e Miroel Silveira e Cassiano Nunes me levaram para trabalhar em *O Diário*", lembra.

Quem recebeu o jovem Narciso em *O Diário*, na Rua do Comércio, ali a poucos passos do Café Paulista, foi o chefe de redação Francisco Azevedo, o Azevedinho, um tipo esquisitão, que nem tirava os olhos do papel para se dirigir ao interlocutor, mas apaixonado por poesia, correspondente de Rui Ribeiro Couto desde que o poeta largara Santos para seguir uma vida errante de diplomata na Europa.

Entre as façanhas de sua vida tumultuada, Azevedinho gostava de lembrar a Narciso o dia 11 de outubro de 1933, em que o navio *Conte Grande* aportara em Santos, a caminho de Buenos Aires. A bordo, vinha o poeta espanhol Federico García Lorca e, assim, Azevedinho pôde acompanhá-lo por todo um dia em sua visita à cidade.

Azevedinho cuidava diretamente da seção *Vida Marítima*, que fornecia aos leitores os nomes dos vapores que entravam e saíam no porto, além de uma ou outra reportagem sobre o que ocorria no cais, entre muitos anúncios de

agências marítimas e fornecedores de navios. Foi nessa seção que Narciso encontrou lugar: logo começou a sair cedo da redação, ao lado do fotógrafo José Dias Herrera, o Zezinho, para acompanhar a movimentação no maior porto da América Latina. "Se não havia assunto, a gente ia para o cais porque sempre aparecia alguma coisa", recorda.

E não se imagine que iam de carro de praça. Seguiam mesmo de bonde. Narciso gostava daquela vida. "Quando eu era menino, o bonde me levava para o colégio", lembra. "Depois, adulto, para o trabalho", diz, recordando que o bonde o conduzia, na hora propícia, para os mais belos passeios. "Percorrer toda a orla, da Ponta da Praia até São Vicente, era conhecer a mais bela paisagem do mundo", diz, acrescentando logo para que não o tomem por bairrista: "Palavra de poeta: ouvi isso de muitos estrangeiros, quando repórter marítimo."

Amassava lama à porta dos armazéns, ia a bordo, conversava com os comandantes, ouvia os doqueiros, os estivadores, os carregadores que, em fila indiana, suportavam nos ombros sacos de 60 quilos de café, a subir e descer dos vapores. Não havia dia em que não chegasse à redação com uma boa reportagem." Como falava inglês e francês, não tinha dificuldade para conversar com o pessoal dos navios estrangeiros", conta. "Naquela época, as grandes personalidades sempre passavam por aqui a bordo de navios de passageiros."

Por esse tempo, Santos destacava-se pelo movimento de seu porto, especialmente por causa das exportações de café. Os corretores atropelavam-se na Rua XV de Novembro com os canudos em que levavam as latas de amostras para a Bolsa de Café, onde em meio a telas de Benedicto Calixto acompanhavam o pregão e as cotações diárias.

O dinheiro escorria pelas ruas do centro antigo e fortunas eram construídas no dia-a-dia da cidade portuária. Seu comércio era intenso: a loja Ao Camiseiro, ao lado da redação de *O Diário* e quase em frente ao Café Paulista, vestia com gabardine, tropical inglês e outros tecidos finos os corretores de café, os despachantes aduaneiros e seus ajudantes, os fiscais da Alfândega, toda uma classe que ascendia socialmente com os negócios que se faziam em torno das mercadorias que entravam e saíam do porto.

Ali, na Rua XV de Novembro, ao final da tarde, depois do texto posto sobre a mesa de Azevedinho, Narciso tratava de se dirigir ao Bazar Paris, onde invariavelmente encontrava o amigo Roldão, que, à época, já era repórter de *A Tribuna* e poeta muito comentado nos salões da cidade por seus versos inovadores.

O Bazar Paris era uma livraria que trazia todas as novidades da França e de Portugal: em suas prateleiras era possível encontrar as edições mais recentes e seus atendentes destacavam-se pela polidez e pela seriedade das informações que passavam aos clientes. Atraía escritores e homens de letras de todo o País: o letrado que visitasse a cidade não deixava de procurar a famosa livraria. Ali, algumas vezes, Narciso, acompanhado por Roldão, manteve longas conversas com Washington Luís, o elegante e discreto ex-presidente da República que vivia como uma sombra depois de seu regresso do exílio.

Tradição marcante

Enquanto trabalhava como repórter, Narciso começou a publicar seus poemas em *O Diário*, especificamente no suplemento *Hoje é Domingo*, que era editado por Miroel Silveira. E manteve uma colaboração semanal até 1951. Por esse tempo, a cidade respirava cultura, continuando uma tradição que vinha desde o século anterior e tornara-se marcante no começo do século XX pela presença de intelectuais como Galeão Coutinho, Afonso Schmidt, Alberto Leal e Ranulpho Prata, além de Martins Fontes, Rui Ribeiro Couto, Paulo Gonçalves e Albertino Moreira, em épocas sucessivas.

No final da década de 40, havia o grupo dos pesquisistas em que se destacavam Miroel Silveira, Cassiano Nunes, o contista Francisco De Marchi, Nei Guimarães, Nair Lacerda, Leonardo Arroyo e Roldão Mendes Rosa. Todos se reuniam em torno de Cid Silveira, irmão de Miroel, intelectual e filho de uma família tradicional da cidade.

"Fui um dos últimos a aderir ao pesquisismo, até porque era um dos mais novos", conta Narciso, lembrando que o movimento manteve-se até o final dos anos 50. "Era um grupo de escritores e intelectuais que se reuni-

am todos os domingos para estudar e debater o fenômeno literário", recorda, explicando que o objetivo de seus integrantes era renovar as atitudes em relação à literatura, tornando-a mais atual e próxima da época. "Pesquisava-se o que se publicava no Brasil e até no exterior", diz, observando que o nome do movimento vinha dessa postura intelectual. "Discutíamos aquilo que escrevíamos."

Para Narciso, a razão dessa efervescência pode ser resumida numa "palavrinha": liberdade. Ele conta que havia, sobretudo, um exercício constante de liberdade, elemento primordial para a realização de qualquer atividade cultural: "Este clima de liberdade e a presença de gente de real valor na cidade possibilitaram um ambiente de intensa atividade cultural", diz.

A esse grupo já havia aderido Roldão Mendes Rosa, que como poeta a essa época alcançara projeção, especialmente porque publicava de maneira constante em *A Tribuna*. Atraído por Roldão, Narciso passou a participar das discussões entre os pesquisistas a um tempo em que o movimento já havia concluído o seu ciclo mais agudo. "Eles me acolheram, me estimularam e, com seu exemplo e sua fidelidade, ajudaram a fomentar em mim ainda mais a paixão pelo livro, pela literatura, pela poesia."

A vida em família

Em 1949, Narciso casou-se com Amélia. E a necessidade de ganhar a vida de maneira mais objetiva o fez largar a carreira jornalística um ano depois. "O repórter não era valorizado e a remuneração muito baixa", diz, lembrando que logo teria família para sustentar, com o nascimento de seus cinco filhos – três homens e duas mulheres. "Troquei as reportagens pelas colunas literárias, passando a escrever crônicas, a fazer traduções e a publicar poemas", relembra, fazendo questão de dizer que *O Diário* pagava pouco, "mas pagava".

Foi, então, trabalhar na Companhia Docas de Santos, onde permaneceu por um ano, até que se transferiu para a Companhia City, empresa canadense que era responsável pelo fornecimento de energia elétrica e pelo serviço de bondes.

O tempo em que a profissão de jornalista o fizera viver junto ao cais despertara precocemente em Narciso a sua vocação irreprimível para a poesia. Em 1951, começou a colocar seus versos também na página literária de *A Tribuna*, que era editava por Rubens de Ulhoa Cintra, o Torito. "Não havia rivalidade entre os pesquisistas e publicávamos indistintamente num e noutro jornal."

Segundo Narciso, o pesquisismo queria "limpar" a poesia das enxúndias parnasianas. "Não éramos contra o parnasianismo em si, mas contra o uso exagerado de suas formas", explica, lembrando que os pesquisistas conviviam bem com aqueles que ainda estavam apegados a esquemas poéticos superados e que faziam poesia como se participassem de jogos florais. Esses poetas de pouco talento dominavam a cena e exercitavam uma poesia recitada com "boquinha de cereja", preocupada apenas com a rima, mas sem qualquer conteúdo social. "Mesmo assim, nunca fomos inimigos", diz.

Influência de Lorca

Narciso não sabe se foi de tanto ouvir Azevedinho falar de García Lorca que tratou de conhecer a poesia do poeta andaluz. Reconhece que a sua principal influência veio dele. Depois, vieram Carlos Drummond de Andrade e Fernando Pessoa. Houve uma época, mais tarde, em que travou conhecimento com o trabalho de alguns poetas portugueses, especialmente José Régio, o maior nome do Segundo Modernismo português, herdeiro espiritual de Fernando Pessoa, Almada Negreiros e Mário de Sá-Carneiro.

Outro poeta luso que conheceu à distância foi Alexandre O'Neill. "Trocávamos idéias por correspondência", conta Narciso, lembrando ainda que, em 1962, em companhia do escritor Geraldo Ferraz, então redator-chefe de *A Tribuna*, foi ao Rio de Janeiro conversar com Carlos Drummond de Andrade. "Ele não suportava a poesia dos portugueses", recorda. "Gostava mesmo era dos concretistas".

Em 1953, Narciso começou a estudar na Faculdade de Direito da Sociedade Visconde de São Leopoldo, atual Universidade Católica de Santos (UniSantos). Fez parte da primeira turma que se formou em 1957. De canudo na mão, ascendeu na Companhia City, chegando a ocupar o cargo de chefe do departamento jurídico, até que se aposentou em 1984, acompanhando a transição da empresa para a Light e, depois, Eletropaulo.

Nunca abandonou a paixão pela poesia. Em 1957, começou a escrever para o Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, que era dirigido por Décio de Almeida Prado. "Para publicar o meu poema *Cais*, o jornal me pagou dois contos e quinhentos", recorda. "Eu não ganhava isso por mês", acrescenta, observando que essa, na verdade, foi a única ocasião em que ganhou dinheiro com poesia. Para Décio de Almeida Prado, os versos de abertura do poema "Cais" constituíam umas das mais belas passagens que a poesia brasileira produzira:

1.
Com tanto navio para partir
minha saudade não sabe onde embarcar...

2
A água comove a pedra
que parece fremir levemente.
Na oscilação breve das marolas
Há homens malogrando olhares
vagos, indecisos, alongados.

3.
(Completa ausência de tempo.
O calendário se desfaz
nas sombras, na brisa e na anatomia
recortada do estuário...).

Cambia todos os tons
esta angústia à flor da água.

4.
Não há gaivotas nem quaisquer
outros pássaros oceânicos.
Todavia, aquela espuma brilhante
sugere o roçar logo de algum.

5.
Vem do passado a romântica
sugestão de velas pandas.
Itinerários de descobertas,
roteiros de constelações,
ilhas remotas habitadas
por estranhos povos inocentes
— pele morena, olhos ariscos,
porte severo, movimentos puros
de corpos ao vento e ao sol.

6.
Sirene arrepiando
a epiderme do meio-dia.

7.
Silenciosamente pesados
firmam-se nas horas os navios,
fortuitos donos do porto,
transitórios proprietários
de metros de alvenaria
que fazem maior a tristeza
da imensa nostalgia portuária.

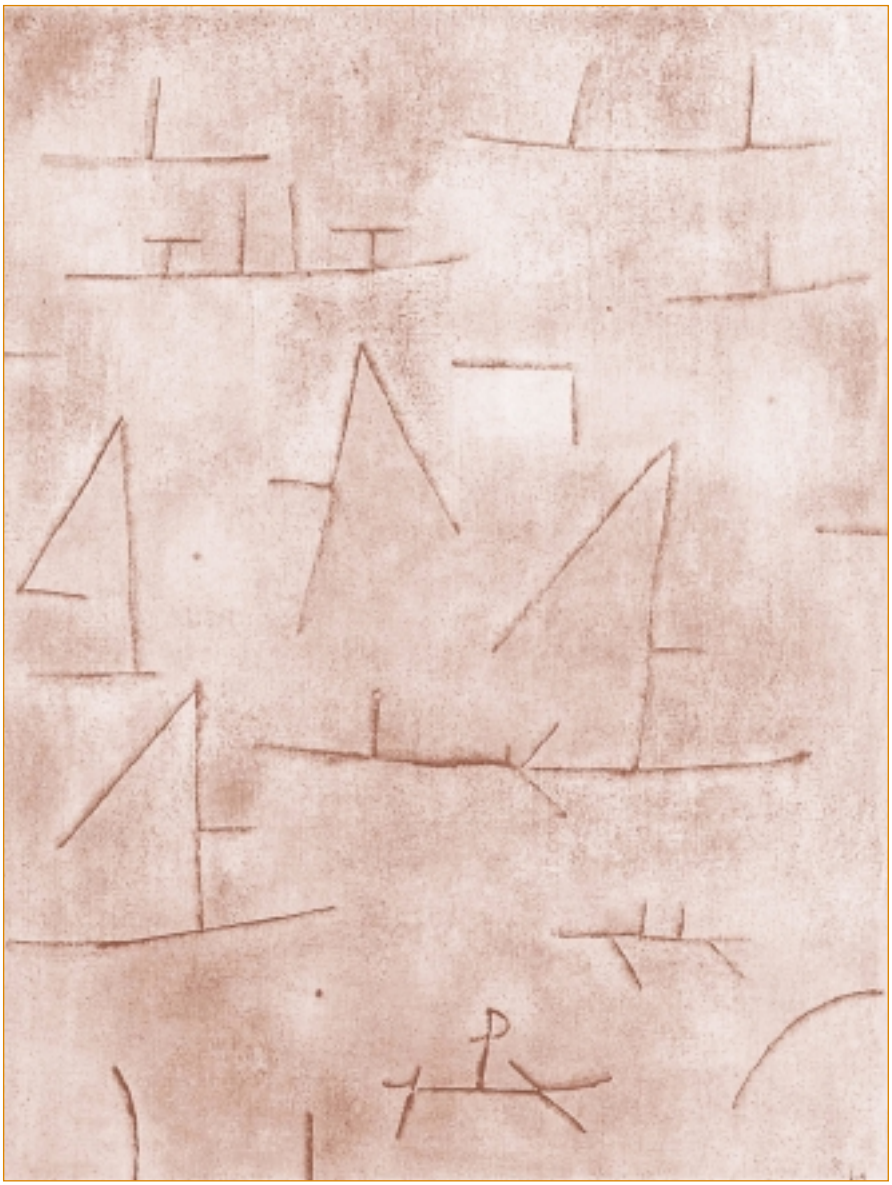
Ah! receber todos os adeuses,
todos os abraços, todos os olhares
de ida e volta e permanecer
ancorado na paisagem imutável.

Este poema da década de 60, já da fase madura, exprime a sua identificação com o mar e o porto, que é a chave que dá acesso à mundividência fundamental do poeta. Repórter marítimo na juventude, trabalhando depois no centro antigo de Santos, junto ao porto, Narciso construiu sua poesia usando sempre como metáfora a existência dos homens do cais, a vida junto ao mar, a paisagem e os sons que a cercam.

Poeta nada místico, descrente na existência de um Deus transcendental, que estivesse sempre disposto a punir e recompensar a humanidade, Narciso solidariza-se em sua poesia com o homem e a sua solidão no universo, o seu drama diante dos embates da vida. É a mesma solidão que marca a poesia de Fernando Pessoa, um dos poetas de sua predileção, como se pode notar no poema acima, verdadeiro intertexto de referências, alusões e reminiscências da produção pessoana, como o "cais saudade em pedra" ou as "velas pandas".

Apesar das remissões pessoanas, Narciso é um poeta marcadamente santista, o que pode significar quase a mesma coisa, não fosse Santos uma das cidades mais portuguesas do Brasil, a que mais se assemelha a Lisboa e que se assemelhava ainda mais ao tempo da juventude de Narciso, nos anos 40 e 50, antes que a discutível sanha do progresso tivesse botado abaixo muito do casario que lembrava zonas lisboetas, como Santos-o-Velho, Alcântara, São Bento e Xabregas, ou portuenses, como Campanhã.

Se de algumas imagens podemos tirar evocações pessoanas, já os efeitos sinestésicos de sua poesia fazem parte de uma paisagem da cidade de Santos, de outros tempos, é verdade, como a sirene que o jornal *A Tribuna* fazia disparar ao meio-dia para avisar à população que era a hora de parar o trabalho e almoçar – *Sirene arrepiando/ a epiderme do meio-dia.*



Paul Klee (1879-1940)
Porto e veleiros, 1937
Óleo sobre tela, 80 *x* 60,5 cm
Musée National d'Art Moderne, Paris

Poeta moderno como Carlos Drummond de Andrade, Narciso de Andrade, como esse mestre da poesia, também nunca deixou de render homenagem a Luís de Camões, permeando seus poemas com paráfrases e alusões à poesia do vate quinhentista, reapropriando-se de maneira criativa de seu discurso épico e lírico, como se pode comprovar em "Cais", em que reconstitui um breve roteiro das peripécias que marcaram as descobertas, remetendo-nos para *Os Lusíadas*.

Época de agitação

Os anos de 60 foram de intensa agitação. Na companhia de Roldão Mendes Rosa, "que era comunista fichado", Narciso começou a participar também da luta política. "Só não entrei para o Partido Comunista porque sempre fui muito rebelde", conta. "Nunca gostei de excesso de disciplina", acrescenta, ressaltando que, embora não fosse simpatizante da direita, jamais admirou a esquerda. Mesmo assim, por influência de Roldão, ia a comícios, acompanhando o fervor com que o amigo aderia às causas populares.

Entusiasmado, Roldão subia, muitas vezes, ao palanque para declamar poemas participativos, arriscando-se a sofrer a repressão que vinha na pata dos cavalos e nos sabres dos milicianos, ali na mesma Praça da República, onde, em 1931, Patrícia Galvão, a Pagu, num comício do Partido Comunista, levantara do chão, ensangüentada, a cabeça de um estivador, que morreria em seu colo. Narciso preferia assistir a tudo de longe.

Distante da política, a vida transcorria até altas horas no Bar Regina, que ficava no coração do Gonzaga, de onde partiam os bondes para qualquer ponto da cidade. Nas noites do Regina, Narciso conheceu toda espécie de artista, pintor, músico, poeta, escritor, a gente espalhafatosa do teatro e um jovem que se anunciava analfabeto num ambiente de intelectuais: Plínio Marcos, palhaço de circo, candidato a escritor, apesar da pouca intimidade com o idioma, um tipo que fora descoberto por Pagu, sempre ela.

Narciso foi um dos poucos, à época, que defenderam o talento de Plínio Marcos: "Sabia que ele não seria mais um escritor provinciano", escreveu, certa vez. "Seu destino de dramaturgo já estava traçado."

Por esse tempo, acompanhava Roldão em suas incursões pela sociedade intelectual. Iam às reuniões da loja Albor da Sociedade Teosófica, presidida por um grande amigo de ambos, o advogado Nildo Serpa Cruz. E participavam das discussões com os pesquisistas e das atividades do Centro de Estudos Fernando Pessoa, do Clube de Arte e do Clube de Cinema de Santos, do qual Roldão havia sido um dos fundadores.

À época do prefeito José Gomes, no começo da década de 60, integrantes do mundo das artes foram convocados para compor uma comissão municipal de cultura, inclusive Pagu, que morreria ao final de 1962. O chefe de gabinete do prefeito era o jornalista e escritor Juarez Bahia, que depois seria redator-chefe de *A Tribuna* e faria carreira no *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, e seria correspondente desse periódico em Lisboa.

"Pela primeira vez, foi formada uma comissão integrada por pessoas consideradas rebeldes", recorda Narciso, um dos convidados. O poeta chegou a presidir a comissão entre 1962 e 1963, passando depois o cargo para Roldão Mendes Rosa e, em seguida, para o jornalista e teatrólogo Evêncio da Quinta, o Zego. "Promovemos uma exposição de arte mexicana, um festival de teatro com Pagu à frente, um curso de Literatura Brasileira e uma exposição de arte religiosa, entre outras atividades", recorda.

Poesia do cotidiano

Mas vieram o golpe militar de 1964 e a longa noite dos generais. "Respondi a um inquérito policial militar e fui escoltado por dois soldados até à delegacia", lembra, logo ele que nunca simpatizara com os ideais comunistas – o fantasma que os golpistas agitavam para defender quase sempre interesses subalternos e mesquinhos.

Nem assim Narciso mudou o rumo de sua poesia: "Cheguei a fazer alguns poemas mais engajados, mas, depois, voltei a compor poesia voltada apenas para o cotidiano", diz, lembrando que Roldão, ao contrário, antes e depois de 1964, fez muita poesia com orientação partidária.

Mesmo quando Geraldo Ferraz deixou de ser editor-chefe de *A Tribuna*, Narciso continuou a colaborar na página literária do jornal, agora sob a direção de Juarez Bahia. Seus poemas continuaram a sair quase sempre ilustrados pelo artista plástico Lúcio Menezes, às vezes ocupavam quase toda a página. É dessa época "Instante", o poema que segue:

Faz de conta que esta lua não existe
faz de conta que esta noite já é ontem
faz de conta que este instante já passou
pensa que não podemos perder tempo
que é tudo muito tarde
e as coisas que estão por acontecer
são passado e estão desfeitas.

Continuar andando nestas areias
recolhendo estilhaços de estrelas
enquanto o tempo vai marcando
o ritmo decadente de nossos passos

tudo é alegria quando pouco é possível
tudo é alegria quando nos encontramos
desesperadamente perdidos
sem contrastes a vida não tem sentido
monótona sucessão de fracassos
desencantos e desesperos
tudo é alegria quando nada mais é possível

faz de conta que estou dizendo a verdade
e que é mentira esta louca vontade de chorar.

Esta lua não existe
esta noite já é ontem
este instante já passou.

Neste poema, com o "eu" desdobrado ambiguamente num "ele", Narciso de Andrade se coloca num ponto de onde avista o passado e apreende a mutabilidade dos fenômenos do mundo, apontando para a precariedade da vida. Para ele, a vida é uma "monótona sucessão de fracassos, desencantos e desesperos", que precisa ser ludibriada, enganada, para que seja possível continuar a sonhar, mantendo viva a chama, ainda que a morte seja o destino final.

Este poema, como um todo, é também um retrato da personalidade de Narciso, homem de caminhadas longas e solitárias à beira da praia de Santos. Por estes versos, perpassam o sentimento de perda, da dor de ter visto o tempo se escoar sem poder detê-lo, sem mais saber situar-se no universo – *esta noite já é ontem/ este instante já passou*.

Por circunstâncias alheias, não pude reunir aqui outros poemas que pudessem formar um *corpus* passível de maiores análises, mas tenho certeza de que "Cais" e "Instante" representam muito bem a poesia de Narciso de Andrade. É bem provável que, como aconteceu com seu amigo Roldão Mendes Rosa, só depois de sua morte, Narciso, enfim, tenha seus versos recolhidos em livro.

Com tantos poemas publicados em jornais, o poeta, ele mesmo, nunca se preocupou em reunir a sua produção. "Sempre foi difícil encontrar editor disposto a investir em poesia", justifica-se. E para um autor editar o seu próprio livro era um investimento pesado: "Nunca tive condições financeiras para isso", reconhece. "Sempre havia contas mais importantes a saldar". Uma rara exceção ocorreu em 1977, quando, a convite de João Christiano Maldonado, integrou uma *Antologia da Poesia de Santos.*

Se não publicou nenhum livro em mais de meio século de atividade literária, escreveu a apresentação para *Poemas do Não e da Noite*, obra póstuma de Roldão Mendes Rosa publicada em 1992 pela Editora Hucitec, de São Paulo, com o apoio da Prefeitura de Santos. Nesse livro, há o poema "Ao poetirmão do vento e das maresias", de 1981, dedicado a Narciso de Andrade, em que Roldão diz:

O poeta, Irmão, se despede do dia.
O corpo não sabe
(desaprende a cada signo que lê
a cor das horas).
O corpo ama, dorme, come, trabalha.
Não sabe
Que todo longe só é longe no exílio [...].

[...] O poeta irmão do vento se despede sem pássaros
do dia que se desprende
(O corpo é burro, nada sabe do poeta).
O poeta está preso
na rua que o fez e o deu livre à cidade.
Na mesma rua onde brincou de tempo e vento
o poeta está preso.
(E nada sabia naquele tempo a respeito da palavra exílio,
senão que um sabiá cantava na memória de alguém.)

O cronista

O poeta Narciso preferiu continuar a escrever para o dia-a-dia. Chegou a 49 anos de colaboração constante em *A Tribuna*, atividade que se intensificou no começo da década de 90, quando a jornalista Ivani Cardoso, assumindo a editoria do caderno de variedades *AT Especial*, convidou-o a escrever uma crônica semanal que seria sempre publicada aos domingos. O retorno a uma atividade jornalística mais intensa coincidiu com a época em que, já aposentado da Eletropaulo, cuidava de seu escritório de advocacia, no centro da cidade, ao lado da mulher Amélia, que se formara advogada em 1976.

Narciso só interrompeu a colaboração no caderno de variedades de *A Tribuna* em 2001, quando começou a sofrer problemas de saúde. Nas crônicas que preferia chamar de *escritos*, assinava-se como poeta e advogado. Escrevia sobre Santos e seus personagens. Datilografava em sua velha *Remington* bem próximo

à janela de seu apartamento no edifício Copacabana, na Ponta da Praia, de onde se vê toda a orla da baía de Santos e seus crepúsculos modorrentos.

Como cronista, às vezes, deixou-se levar pelo crítico que também carrega dentro de si. Em um de seus *escritos*, defendeu a teoria de que existe um ciclo de romances sobre o porto de Santos que se iniciou com *Navios iluminados* (São Paulo: Clube do Livro, 1946), de Ranulpho Prata, seguindo-se com *Cais de Santos* (Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural Guanabara-Rio, 1939), de Alberto Leal, *Querô* (São Paulo: Símbolo, 1976), de Plínio Marcos, e o meu *Os Vira-latas da Madrugada* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981). Não se deve questionar a ordem estabelecida por Narciso, com base nas datas de publicação dos livros, porque ele garante que *Navios iluminados* teve uma edição anterior à do Clube do Livro, embora hoje seja difícil saber qual.

"Neste viés, podemos encontrar ainda o inédito *Barcelona brasileira*, ousado e pungente, enfrentando sérios problemas de linguagem pela sempre difícil relação tempo histórico-tempo romance", escreveu em crônica publicada a 19 de novembro de 1993 em *A Tribuna*, referindo-se a um romance que lhe dei para ler em manuscrito e que sairia à luz em 1999 pela editora Nova Arrancada, de Lisboa. Só ao final de 2002 *Barcelona brasileira* saiu pela editora Publisher Brasil, de São Paulo.

Pois é assim Narciso, sempre generoso com os amigos. Ainda hoje, quando passo pelo Café Paulista, ao final de tarde, sempre olho lá para dentro, em busca da mesa que reunia Narciso, Roldão e Dario, que não era poeta, mas amigo de ambos. Só que, desde 2000, por causa da doença, Narciso não sai mais de casa. Numa crônica publicada em 19 de novembro de 2000 em *A Tribuna*, ele dizia que esperava se recuperar logo para voltar ao Paulista e ver o bonde que, agora, passa de novo em frente ao café. Mas não voltou até agora.

Lembro-me especialmente dos últimos tempos, quando eu já estava de volta a Santos e reencontrava apenas Narciso e Dario no Café Paulista. Dario, sempre que me via, repetia, em tom de brincadeira, uns versos de Camões:

Com vossos olhos gonçalves,
senhora, cativo tendes
este meu coração mendes.

Eu respondia com estes versos de Narciso:

Com tanto navio para partir
minha saudade não sabe onde embarcar...

E Narciso de Andrade sorria com olhos mansos.

Praia Grande, junho de 2004.

Poemas de um poeta esquecido

Tasso da Silveira

Tasso da Silveira (1895-1968) fez parte da revista *Festa*, na fase inicial do Modernismo, ao lado de Cecília Meireles, Murilo Mendes, Andrade Muricy. Esse grupo divergia do nativismo exagerado de Mário de Andrade e Oswald de Andrade e alimentava a chama neo-simbolista. Obras: *Fio d'água* (1918), *A alma heróica dos homens* (1924), *Alegorias do homem novo* (1926), *As imagens acesas* (1928), *O canto absoluto* (1940), *Cantos do campo de batalha* (1945), *Contemplação do eterno* (1952), *Puro canto* (antologia, 1956), *Regresso à origem* (1960), *Poemas de antes* (1966).

Georges Rouault (1871-1958)
Songe-creux (Visionário), 1946
Óleo sobre papel estendido em tela, 34,2 x 26,7
Musée National d'Art Moderne, Paris

Transfusão

Olho-te e olho-me... E, após, sobre nós ambos cismo...
Tua alma, como pôde a minha alma prendê-la?
És candura e inocência, e eu vou errando pela
noite negra do mal, da imperfeição, do egoísmo...

És pura e eu sou impuro. Entanto (o íntimo diz-mo)
nossa mútua afeição nada pode contê-la...
– Para o meu doido olhar és a atração da estrela.
– Ao teu ingênuo olhar sou a atração do abismo...

E havemos de fundir nossa almas, Querida.
E iremos, até soar da vida o último dobre,
como em dois corpos, vês? Uma alma bipartida...

Mas traremos, também, ao fim dos nossos dias,
– tu, um pouco do lodo imundo que me cobre,
– eu, um pouco da luz excelsa que irradias...

Aos meus

I

De uma raça de heróis é que eu provenho,
raça de heróis da luta humilde e obscura,
cujo nome eu levara a imensa altura
se me não fora parco e pobre o engenho...

Deles me vem o orgulho – que mantenho
vivo, no sangue, e que me transfigura –
de saber, sem curvar-me à desventura,
sofrer a dor como um sagrado lenho...

Todos, entanto, heróis de almas serenas,
foram caindo ao golpe formidando
da Morte, que é como um tufão que passa...

E, hoje, de toda aquela gente, apenas
restamos dois: meu Pai, que vai lutando,
e eu, que degenerei da minha raça...

II

E vem daí minha revolta. O fado
talhou-me para rude marinheiro,
porém desviou-me, a vida, do roteiro
que eu trouxera do berço já traçado...

E eu me tornei um mal-aventurado,
e do próprio infortúnio fiz-me o obreiro.
À minha alma, que anseia o espaço inteiro,
este meu corpo é um cárcere fechado...

E a saudade ancestral do mar sofrendo,
alma, que à própria derrocada assistes,
vai sucumbindo, lentamente, exangue...

Enquanto esta saudade vão dizendo
o verde-glauco dos meus olhos tristes
e os ímpetos de vaga do meu sangue...

Lua...

Lua! Canção de mágoa, triste endeixa
de saudade, no azul do céu perdida...
Companheira dos que vão sós na vida,
dos que não têm quem lhes escute a queixa...

O teu frio palor na alma nos deixa
a tristeza profunda e comovida
de quando a alguém a eterna despedida
vamos levar, e um túmulo se fecha...

Errante e só pela infinita altura,
há milênios que vens, ó Lua triste,
iluminando a humana desventura..

E parece que em ti se congelaram
todos os ais de súplica que ouviste
e a ânsia dos olhos todos que te olharam...

Perfeição

A Nestor Victor

Doida escalada!... O olhar nevoento e baço
vou subindo a montanha... E, dia a dia,
mais incerto e mais trêmulo é meu passo,
mais a dúvida enorme me angustia...

Cada degrau vencido é uma agonia.
Sonho... mas para a altura ainda ergo o braço.
Sofro! – agudo punhal, lâmina fria,
com que eu mesmo, sorrindo, me trespasso...

Ah! Terei de rolar esse declive
que vim galgando, quase morto, exausto,
vendo perdido o meu esforço em vão?

Ou chegarei, à força que em mim vive,
lá no alto, mas erguendo em holocausto,
roto e a sangrar, meu próprio coração?...

Carne

A Andrade Muricy

Para purificar-me eu me faço o verdugo
de mim mesmo, e me obrigo ao cilício da dor.
Luta improfícua! Em vão minhas forças conjugo:
sou vencido na liça... O instinto é o vencedor...

Debalde eu me revolto e os ímpetos subjugo,
à explosão do desejo em vão tento me opor.
Alma! Tu sofrerás do corpo o eterno jugo,
curva-te para sempre ao domínio opressor!

Carne, que me tornaste um rastejante verme!
Ah! Pudera fazer-te impassível e inerme:
– brasa que se apagou, sombra, extinto clarão...

Carne, que matarás o sonho que me exalta!
Negra barreira a erguer-se, intransponível, alta
no caminho lustral da minha Redenção!...

Dante

A Lacerda Pinto

Alighieri! Eu compreendo o teu pesar insano,
e compreendo-o porque sofro do mesmo mal!
Turbilhona em minha alma o rugidor oceano
– como dentro em teu ser – de uma angústia imortal...

Conheço, como tu, todo o travor do humano
sofrimento, e bebi do veneno letal
do Sonho... E hei de, por fim, tombar, no último engano,
da Morte destruidora ao negro vendaval!

Entretanto, que abismo entre nós dois! Do anseio
que te oprimiu fizeste o Poema (glória a Ti!)
que teu nome a aclamar pelos séculos veio...

E eu, se tento dizer, num louco frenesi,
minha mágoa, – estremeço, hesito, titubeio.
e me exauro ao calor da chama que acendi!...

Pensamento

A Jackson de Figueiredo

Ah! Ventura de ser a pedra informe
que não sonha, não pensa, não cogita,
e dentro da mudez erma e infinita
do próprio ser eternamente dorme...

A dor suprema, o orgulho desconforme,
o ódio a sangrar, – tudo o que em mim se agita –
devo-o à centelha dessa luz maldita
que mais negra me faz a treva enorme...

O mal que dela nasce, o mal tremendo,
foi subindo... aumentando... foi crescendo,
e hoje minha alma toda inteira inunda...

E hei de ir em busca do Último-Momento,
vendo que se me torna o Pensamento
uma ferida cada vez mais funda!...

Formiga

A Pedro Schleder

É um minúsculo inseto: uma formiga.
Sem que ninguém lhe note a faina obscura,
vai construindo, elevando para a altura
o formigueiro – templo e lar – que a abriga.

No titânico heroísmo em que se apura,
não hesita, sequer. E não a instiga
o ardor da glória: nem a inveja e a intriga
incentivo lhe dão para a aventura.

Que alto exemplo de fé no próprio esforço!
Fosse um de nós, e, instante por instante,
do cansaço abatido à força bruta,

pararia, curvando a fronte e o dorso,
a perguntar, de angústia palpitante,
qual a razão de ser daquela luta...

Passado

Sobre a amplidão desta água, em noites que passaram,
olhos no alto, a seguir as estrelas em bando,
eu escutei do Mar as canções que ficaram
por toda a minha vida em minha alma cantando...

Eu deixara na Terra olhos por mim chorando...
Foram mágoas cruéis as que me apunhalaram!
A terra era a alegria... Era a ventura... Ah! Quando
eu a perdi de vista, os meus olhos choraram...

E cismei: – é o passado essa longínqua praia
que foge mais e mais, e se perde, e desmaia
no longínquo horizonte, ao nosso triste olhar...

E vamos sem parar pela viagem da vida.
Porém, quanto maior é a estrada percorrida,
mais torturante na alma é esta ânsia de voltar.

Glória

A Laura da Fonseca e Silva

Luta e sofre... Na dor e na luta edifica
o templo do teu Sonho, a egrégia catedral.
Quanto mais alta for tua angústia, mais rica
de galas há de erguer-se a maravilha ideal...

Ouve apenas teu ser (o prêmio é de quem fica
mais só...) pois só de ti, do fundo de teu mal,
poderás escutar a voz que o rumo indica
à intangível região da Quimera imortal...

Nada esperes, porém, fora o gozo sublime
de haver criado; que a plebe, essa, quando a julgares
trêmula e comovida, entre íntimos clarões,

sem suspeitar, sequer, da dor que tua obra exprime,
pensará compensar-te atroando a terra e os ares
com o rugido infernal de mil aclamações...

Sonho

Poeta! Quando nasceste, a Terra, árida e estranha,
era um deserto imenso, um caos ermo e fechado.
A inexpressão enchia o espaço, lado a lado...
A alma, trêmula, ansiava a uma angústia tamanha!

Mas surgiste... E ao fulgor que ao teu gesto acompanha,
tudo se transformou... Vieras predestinado...
Fez-se um tesouro egrégio o alto Céu constelado,
uma epopéia o Mar, um símbolo a Montanha!

Mas nem sabes da luz de esplendores eternos
que semeaste... A fulgir, dos teus olhos escorre
o pranto... – Ah! Ser um Deus... O intangível ideal! –

Louco! Mas se és maior do que os deuses supernos...
Eles fizeram, vê, tudo o que passa e morre...
Tu criaste, no Sonho, a Beleza – imortal!...

Poemas

Maria Lúcia Martins

A condição de Pégaso

A coisa estranha,
pedra e pluma,
cai sobre mim como demência morna:
o corpo, pura ausência, nem gesto
nem palavra.
Somente imagens verdes de ruínas
mancham o lago dos olhos
e descem
sobre o avesso de meus ossos.

(*A hera viva se alastrando leve e presa.*)

A coisa estranha,
brusca resina,
cai sobre mim e não é a morte. Não
é a morte.

Poeta e romancista, educadora, membro da Academia de Letras de Jequié (BA). Autora de *Espaço perplexo* (1985), *Tempo indômito* (1990), *entre medos, brinquedos* (1993).

Embora tudo seja negado,
vem vindo o toque, seco, profundo,
vem pousando lenta – e é a hora,
a sutilíssima hora do Anjo.

(*As imagens se umedecem: o olhar chove
sobre a hera.*)

E quem, por puro acaso, encontre
um corpo em abandono,
não escutará o sopro do anjo
(os seus arquejos)
o rito sensual de asas em minha
carne. E minha alma a escutar
música de santos.

Oh alegria, oh hora extrema!
– Céus, como dói a voz. O trágico,
o belo é sempre, assim, voraz,
meu deus?

(*A hera – desgarrada à pedra, não se sustenta –
quer alturas de estrelas.*)

E quem, por puro acaso encontre
meu corpo em abandono,
não verá nada, nesta tarde
invencível
e morta.

E nem dirá que amei

(lapsos, água e sonho), eterna e real,
a criança: dela, tudo o que gera.

(*A hera sobe, sobe e não sabe. À hera, cabe*
agarrar-se.)

A condição de Pégaso.
Ninguém.
Nenhum significado ao sôfrego silêncio
da palavra.

Nem haverá ninguém na minha tarde.

Garças

Antes, não havia garças. (Antes
dos ventos.)
Restos de estrelas navegavam a noite
(a nuvem escura)
e se alvejavam em seixos e ossos.
À mesma noite
acrescentam-se sombras: eram as penas
e a plumagem.
As garças, não eram feitas: surgiam. Leves,
feitas de vôo,
(o vôo veio primeiro). Garças de asas
emendadas em asas,
as garças passam penhascos, além,
os prados cinza.
O verde inda é longe. Longe, as aves
adivinham a terra.
As garças descem (como atraídas) e
sentem a primeira
sede. A água compreendida pela
sede. Jamais
a informação da água: as garças gestadas,
de puro vôo.

Nos ventos, o olhar enfastiou-se.
As garças buscam, clarão de madrugadas
(ou de crepúsculos: nenhum sinal
por distinguir a cor das horas).
As garças pisam areias virgens
(imprimem sua chegada: a cruz aberta)

beiras de charcos, beiras de lagos
restos de mar incendiados ao meio-dia.

Às vezes, as garças se animam
com o assovio dos ventos chamando
a noite. E dançam. Dançam o passado
cravado às asas. Nunca procuram
caminhos de volta: foram apagados.

Strohmayer
O jardim dos filósofos sob a Acrópole
(detalhe), 1834
Coleção particular, Hungria

A democracia em questão

Introdução

João de Scantimburgo

Faleceu há pouco tempo, em Bologna, Itália, com a avançada idade de 94 anos, o grande pensador italiano Norberto Bobbio, autor de vasta bibliografia, sobretudo sobre assuntos políticos. Quando esteve no Brasil, a convite de universidades, Noberto Bobbio falou aos alunos e convidados presentes sobre a doutrina democrática, dando ênfase à sua superioridade dentre os regimes políticos. Bobbio empolgou os presentes. Depois da palestra veio uma chuva de perguntas, que foram todas, sem exceção, rigorosamente respondidas, dando-se todos por satisfeitos, pois nenhum dos presentes levantou qualquer objeção ao mestre italiano.

A democracia, como acentuou Churchill, não é o melhor regime, mas é melhor do que todos os outros. Evidentemente, esta é uma frase feliz do autor de frases célebres, para elogiar a democracia, sendo ele mesmo, na ocasião em que falou, um dos expoentes do pensa-

mento político da Inglaterra, modelo de monarquia democrática e liberal, que conviria a todos os povos adotar.

Mas, o mundo não tem uma linha segura do pensamento político. Estamos, neste momento, observando os triunfalismos religiosos, as ações de terrorismo levando o luto e a dor a centenas de lares, como ocorreu nos Estados Unidos a 11 de setembro de 2001 e na Espanha a 11 de março de 2004. Com todo o seu poderio, os Estados Unidos não foram capazes de ter uma organização secreta para encontrar o chefe dos terroristas, o autor intelectual da queda das torres gêmeas de Nova York, o terrorista Bin Laden, cujo dinheiro está custeando essa ofensiva que ceifa milhares de vidas em várias partes do mundo. Já o fez na Argentina, poderá fazê-lo no Brasil, na França, como fez na Espanha, onde, de par com a perseguição a objetivos políticos, tem o rei como opositor e quer derrubá-lo para instaurar em seu lugar um governo fantoche dos líderes do islamismo.

Norberto Bobbio ainda não havia tido contato com o terrorismo quando concedeu a conferência que publicamos a seguir, graças à vênia do *Jornal da Tarde*. Mas, se há um sábio de nosso tempo que tem conhecimento do que seja o terrorismo como arma política e social, esse alguém é o mestre italiano. Hoje, seu raciocínio seria outro e suas considerações também seriam diferentes. Infelizmente para nós, que o seguimos em tantas de suas idéias, Bobbio nos deixou, a todos os que o seguiam, em 9 de janeiro de 2004, na sua Itália querida. A página que publicamos, representa um serviço aos nossos leitores. Eles encontrarão nesse extenso trabalho uma obra-prima de reflexões, muito úteis para quantos queiram aprender o verdadeiro sentido da palavra democracia.

Norberto Bobbio

*Conferência**

Quando Ernesto Rossi recolheu em um volume alguns escritos de Luigi Einaudi para a Coleção histórica do editor Laterza decidiu, em comum acordo com o autor, intitulá-lo *Il Buongoverno*. Na escolha deste título havia um juízo de condenação ao passado recente e ao mesmo tempo um gesto de confiança, ou talvez apenas de esperança e de augúrio em relação ao futuro próximo. O que Einaudi entendesse por bom governo pode ser inferido, mais do que em qualquer outro texto, a partir de um ensaio de 1941 ("Liberalismo e comunismo", publicado na revista *Argomenti* no decorrer de um célebre debate com Croce sobre a relação entre liberdade econômica e liberalismo político), onde Cavour e Giolitti são tomados como exemplos do político genial e experimentado em questões econômicas, o primeiro, e do honesto e bom administrador que considera ser tarefa do político "*governer bien*", governar bem, o segundo. Contudo – acrescenta Einaudi – não se governa bem sem um ideal. E mais adiante: "Um político que seja um puro político é algo dificilmente definível e para mim parece um monstro, do qual o país não pode esperar nada além de infortúnios. Como é possível imaginar um político verdadeiramente grande [...] que seja privado de um ideal? E como é possível ter um ideal e desejar vê-lo realizado se não se conhecem as necessidades e aspirações do povo ao qual se foi chamado a governar e se não se sabe escolher os meios apropriados para realizar esse ideal? Mas essas exigências afirmam que o político não deve ser um mero manipulador de homens; deve saber guiá-los em direção a uma meta e essa meta deve ser escolhida por ele, e não imposta pelos acontecimentos mutáveis do dia que passa."

Quando reli essas palavras, minha mente logo correu, naturalmente, as famosas páginas de *Politik als Beruf*, de Max Weber: "Três qualidades podem ser consideradas como sumamente decisivas para o homem político: paixão, senso

*Transcrita do *Jornal da Tarde*, São Paulo, 14/10/2000.

de responsabilidade, capacidade de previsão." Paixão, explica Weber, no sentido de dedicação apaixonada a uma causa, diante da qual ele deve assumir inteira responsabilidade, ou fazer do senso de responsabilidade o guia determinante da própria ação, daí a necessidade da capacidade de previsão, entendida como capacidade de deixar que a realidade opere sobre nós com calma e recolhimento interior, o contrário da falta de distanciamento (*Distanzlosigkeit*), pecado mortal de qualquer homem político, e da vaidade, ou seja, da necessidade de colocar em primeiro lugar, em máxima evidência, a própria pessoa. Quando lhe falta uma causa assim concreta, o político corre o risco de continuamente confundir a prestigiosa aparência do poder com o poder real, e quando lhe falta o senso de responsabilidade, arrisca-se a gozar do poder simplesmente por amor à potência, sem lhe dar um objetivo por conteúdo.

Bom governo e mau governo: uma antítese que percorre toda a história do pensamento político, um dos grandes temas, senão o maior, da reflexão política de todos os tempos. Problema fundamental no sentido que não há problema de teoria política, do mais antigo ao mais novo, que a ele não esteja ligado. Pode-se dizer, sem temer exageros, que não há grande obra política que não tenha procurado responder à pergunta: "Como se distingue o bom governo do mau governo?", e que não possa ser em sua totalidade reconduzida, em suas articulações internas, à busca de uma resposta a essa pergunta. Assim também as obras que parecem propor-se um objetivo predominantemente histórico ou analítico. Na *Política*, Aristóteles, depois de ter descrito e classificado as constituições do seu tempo, com o espírito e os instrumentos do investigador que se atém aos fatos, não pôde subtrair-se à exigência de enfrentar nos últimos livros o problema da melhor forma de governo. Hegel, que no prefácio às lições de filosofia do direito e do Estado afasta de si a suspeita de querer se ocupar enquanto filósofo do Estado como deve ser, dá a entender, a quem saiba ler as entrelinhas, que prefere a monarquia constitucional, a forma de governo mais adequada à maturidade dos tempos e aos povos mais progredidos, às duas coordenadas principais da sua filosofia da história, o espírito do tempo e o espírito do povo.

Na história das idéias nunca há o início, e nada é mais vão e desesperador do que procurar o momento inicial, a fonte originária, o *Ursprung*. Jamais me esqueci, embora as tenha lido há muitos anos, das primeiras palavras de *Giuseppe e i Suoi Fratelli* (José e Seus Irmãos), de Thomas Mann: "Profundo é o poço do passado. Não deveríamos considerá-lo insondável?" E contudo, é preciso começar, suspender a caminhada, não ir mais além e fixar, ainda que com um ato que pode parecer arbitrário, o ponto de partida. Por sorte existe, na tradição grega, da qual nasceu em grande parte o nosso pensamento político, uma passagem exemplar que, não obstante a distância, nada perdeu do seu vigor e parece feita sob medida para tornar menos casual, e quase obrigatório, o dado da origem, e para ser colocada, em forma de ilustre antepassado, no início de uma longa família de textos que chega até nós. No mais célebre de seus cantos, Sólon, depois de ter expressado a própria indignação contra os cidadãos que cegamente perseguem o desejo de riqueza e contra os líderes do povo que, insaciáveis, amontoam riquezas sem poupar nem as propriedades públicas "e saqueiam aqui e ali, sem demonstrar respeito pelos augustos fundamentos de Dike", opõe a eunomia (as boas leis) à disnomia (as leis más), assim descrevendo a primeira: "O bom governo tudo torna bem ordenado e composto, e com freqüência lança correntes ao redor dos injustos; suaviza as asperezas, põe fim à insaciedade, domestica a violência, seca ainda em seu despontar as flores da loucura, corrige as sentenças injustas, mitiga as obras da soberba, apaga as ações das divisões discordes, abranda a ira da contenda funesta; abaixo dele todas as coisas são bem reguladas e sábias."

Eunomia-disnomia é um clássico par de opostos que inclui em seu seio tantos outros, uma verdadeira e própria "grande dicotomia", que serve para designar com um único olhar todos os pares contrários mais comuns da linguagem política: ordem-desordem, concórdia-discórdia, paz-guerra, moderação-insolência, brandura-violência, justiça-injustiça, sabedoria-insensatez. Todos caracterizados por serem axiologicamente bem definidos de uma vez por todas, sendo que um dos dois termos tem sempre um significado positivo, o outro sempre um significado negativo – diferentemente de tantas outras antíteses da

mesma linguagem política, em que os dois termos podem ter significado axiológico diferente segundo as doutrinas e as ideologias, como público-privado, sociedade de natureza-sociedade civil, direito natural-direito positivo, Estado-antiEstado. Tocaria aos filósofos refletir sobre essas duas condições opostas do viver social, o Estado bom e desejável, o Estado mau e indesejável, para encontrar alguns critérios gerais de distinção entre um e outro que permitissem ir além da mera descrição dos dois Estados e das suas vantagens e desvantagens, chegando à definição, ou ao conceito, de um e do outro.

Através da lição dos clássicos considero que tenham emergido substancialmente dois critérios principais de distinção entre bom governo e mau governo que, embora tenham sido com freqüência empregados de modo impróprio, remetem um ao outro ao longo de toda a história do pensamento político. O primeiro: bom governo é aquele do governante que exerce o poder em conformidade com as leis preestabelecidas e, inversamente, mau governo é o governo daquele que exerce o poder sem respeitar outra lei exceto aquela dos seus próprios caprichos. O segundo: o governo é aquele do governante que se vale do próprio poder para perseguir o bem comum, mau governo é o governo daquele que se vale do poder para perseguir o bem próprio. Deles derivam duas figuras típicas do governante odioso: o senhor, que dá leis a si mesmo, o autocrata no sentido etimológico da palavra; e o tirano, que usa o poder para satisfazer seus próprios prazeres, os desejos ilícitos dos quais fala Platão no IX livro da *República*.

De ambas as interpretações, o pensamento grego clássico nos deixou alguns textos canônicos (digo "canônicos" no sentido de que, retirados do seu contexto histórico, tornaram-se verdadeiras e próprias máximas que podem ser usadas nas mais diversas circunstâncias). No que se refere à submissão do governante às leis, é exemplar um texto platônico extraído do quarto livro das *Leis* (independentemente de considerarmos que o mesmo Platão, no *Político*, sustenta a tese contrária): "Chamei aqui de servidores das leis àqueles que ordinariamente são chamados governantes, não por amor às novas denominações, mas porque considero que dessa qualidade sobretudo depende a salvação ou a

ruína das cidades. De fato, onde a lei está submetida aos governantes e está privada de autoridade, vejo a pronta ruína das cidades; onde, ao contrário, a lei senhora dos governantes e os governantes são seus escravos, vejo a salvação das cidades e sobre elas o acumular-se de todos os bens que os deuses costumam concentrar às cidades."

Assim também, começando a falar das constituições monárquicas, Aristóteles apresenta o problema da relação entre as leis e os governantes em forma de dilema. "É mais conveniente sermos governados pelo melhor homem ou pelas melhores leis?" A favor do segundo termo, Aristóteles enuncia uma máxima que terá muito êxito: "A lei não tem paixões que necessariamente se encontram em cada alma humana" (*Política*). E enuncia esta máxima com base na observação, também esta fundamental, de que a lei oferece "prescrições gerais". E, no entanto, o pensamento político ocidental deve a Aristóteles sobretudo a segunda interpretação do bom governo, aquele que opõe o bom ao mau governante com base no critério do bem comum oposto ao bem próprio. A famosa classificação das constituições em três justas e três corruptas vale-se precisamente desse critério: "Quando um único, ou poucos, ou a maioria exercem o poder tendo em vista o interesse comum, tem-se então necessariamente as constituições justas; quando um único, ou poucos, ou a maioria exercem o poder em seu interesse privado, tem-se então os desvios."

Eu falava de duas interpretações, mas qualquer um pode ver que não são tão diferentes a ponto de não ser possível relacionar uma à outra. O governo das leis é bom se as leis forem boas, e são boas as leis que visam ao bem comum. Por outro lado, o melhor modo, mais seguro, que o governante tem de perseguir o bem comum é seguindo as leis que não têm paixões ou fazendo ele mesmo boas leis. No entanto, convém mantê-las distintas porque os escritores acentuam ora uma, ora outra, e esse distinto acento permite diferenciar correntes ou direções diferentes do pensamento político.

A superioridade do governo das leis sobre o governo dos homens é uma das grandes idéias que retornam todas as vezes em que é discutido o problema dos limites do poder, como fica bastante claro a partir da passagem aristotélica citada,

por uma razão formal e outra material. Formalmente, a lei distingue-se do comando pessoal do soberano pela sua generalidade (Aristóteles fala de "prescrições gerais"): é a característica com base na qual a lei, quando é respeitada também pelos governantes, impede que estes façam valer a própria vontade pessoal mediante disposições expedidas segundo as necessidades, sem considerar os precedentes nem tampouco as disparidades de tratamento que o comando particular pode produzir. Substancialmente, a lei, por sua origem, seja ela imediatamente derivada da natureza ou mediada pela tradição, ou pela sabedoria do grande legislador, e pela sua duração no tempo, não está submetida ao transformar-se das paixões, e permanece como um depósito da sabedoria popular ou da sapiência civil que impede as mudanças bruscas, as prevaricações do poderoso, o arbítrio do "*sic volo sic iubeo*". Essa oposição entre as paixões dos homens, em particular dos governantes, e a ausência de paixão das leis está, além do mais, no fundamento do tópos não menos clássico da lei identificada com a voz da razão, princípio e fim de toda a tradição jusnaturalista que, a meu ver, parte dos antigos e chega, sem interrupções, não obstante autorizadas e respeitáveis opiniões em contrário, aos modernos, passando pelo pensamento da Idade Média, que neste caso é realmente o elo de ligação entre nós e os antigos.

Antes de qualquer outro, devemos a Gierke a tese, retomada na monumental história do pensamento político medieval dos irmãos Carlyle, de que a idéia dominante na teoria e na prática dos governos, do século IX ao século XIII, tenha sido a supremacia da lei sobre os homens. Dessa idéia deriva o dever do governante de governar segundo as leis, sejam elas as leis divinas ou naturais, as leis consuetudinárias ou aquelas fundamentais, estabelecidas pelos precursores: dever, reiterado no juramento ritual no momento da subida ao trono, de "*servare leges*". Referem-se a ele – limitando-me a duas citações essenciais, extraídas respectivamente de uma obra filosófica e de uma obra jurídica – o maior tratado político escrito antes da redescoberta da *Política* aristotélica, o *Policraticus*, de John de Salisbury (meados do século XII), e o primeiro imponente tratado de direito inglês, o *De legibus et consuetudinibus Angliae*, de Henry Bracton (meados do século XIII). John de Salisbury dedica à oposição entre príncipe e

tirano um livro inteiro da sua obra, cujo capítulo I, intitulado "De differentia principis et tiranni et qui sit príncipes", começa assim: "*Est ergo tiranni et principis haec differentia sola vel maxiam: quod hic legi obtemperat, et eius arbitrio populum regit, cuius se credit ministrum.*" Em uma outra passagem explica que, quando se afirma que o príncipe é "*legibus solutus*", não significa que lhe seja lícito cometer atos injustos, mas simplesmente que ele deve ser justo não por temor às penas (já que não há ninguém acima dele que tenha o poder de puni-lo), mas por amor à justiça, porque "*publicae utilitatis minister et aequitatis servus est princeps*". Lá onde afirma que os destinatários dos comandados do rei podem ser livres ou servos, Bracton observa que, enquanto uns e outros estão sujeitos ao rei, o rei não está sujeito a ninguém além de Deus, porque o rei não tem ninguém que lhe esteja à altura no reino, e, se assim fosse, não teria o direito de comandar, já que "*par in parem non habet imperium*". Mas, logo em seguida, em uma passagem destinada a assumir quase forma e força de regra e à qual se voltarão, nos anos da Guerra Civil inglesa, tanto os fautores do rei contra o parlamento, quanto os fautores do parlamento contra o rei, detalha: "*Ipse autem rex non debet esse sub homine, sed sub deo et sub lege, quia lex facit regem.*" E um pouco mais adiante: "*Non est enim rex ubi dominatur voluntas et non lex.*"

O princípio não está ausente no período do absolutismo e nos lugares onde ele se manifestou. Exceto em Hobbes, que rejeita a distinção entre o rei e tirano, o princípio segundo o qual o soberano é *legibus solutus* nunca é tomado ao pé da letra: para Jean Bodin, considerado com razão o maior teórico do absolutismo, o soberano *legibus solutus* está livre das leis positivas, que ele mesmo emite, ou das leis cuja validade depende, como no caso dos costumes, da sua tolerância, mas não das leis divinas e naturais que não dependem da sua vontade (entre as leis naturais há as leis que concernem ao direito privado, isto é, propriedades, contratos e sucessões), e das leis fundamentais do reino, em virtude das quais o seu poder é um poder não de fato, mas legítimo.

Para que a subordinação do soberano à lei tenha a mesma força coercitiva da subordinação à lei do simples cidadão será necessário um longo, trabalhoso e acidentado processo de transformação das relações entre governantes e go-

vernados, através do qual essas relações reguladas pelo direito natural ou por pactos, formalmente entre iguais, mas de fato entre desiguais, tal como são os tratados internacionais, se transformam em direitos positivos regulados por constituições escritas tendo força de leis fundamentais ou mesmo, como no caso da Inglaterra, de uma constituição não-escrita mas consolidada e convalidada por uma práxis regular na sua continuidade e pacificamente aceita, depois da revolução de 1688, pelas facções políticas que se sucedem e se alternam no poder. Desse processo, ao qual hoje concordemente se dá o nome de constitucionalismo, o resultado final é um sistema ou organismo político inspirado no princípio da responsabilidade, não apenas religiosa e moral, mas também política e jurídica, dos órgãos de governo, através de alguns institutos fundamentais, como aquele do equilíbrio e separação dos poderes, do controle periódico dos governantes através das eleições livres com sufrágio universal, da garantia jurídica dos direitos civis (e não mais apenas do apelo aos céus no qual confiava Locke), do controle de legitimidade das próprias leis do parlamento e assim por diante. O antigo ideal do governo das leis encontrou no constitucionalismo moderno a sua forma institucional e, definitivamente, a sua realização em uma série de institutos aos quais um moderno Estado democrático não pode renunciar sem cair em formas tradicionais de governo pessoal, daquele governo no qual o indivíduo está acima das leis, ou, com as palavras dos clássicos, o governo é senhor das leis e não seu servidor.

A outra interpretação da distinção entre bom governo e mau governo repousa, como foi dito, na oposição entre interesse comum e interesse particular, entre vantagem pública e vantagem privada. Leva em consideração, desse modo, não tanto a forma através da qual o poder é exercido, mas o fim que deve ser perseguido. Que esse fim seja a vantagem comum, não do governante ou dos governantes, da classe dominante, como diríamos hoje, da elite no poder, derivada da natureza mesma da sociedade política (*a oinomia politiké* de Aristóteles), a qual deve prover a satisfação das necessidades relativas a todos os membros e não apenas a alguns deles, tais como, segundo os tempos e segundo as concepções gerais do viver comum e as diversas e com freqüência opostas

ideologias, a ordem interna e a paz externa, a liberdade e a igualdade, a prosperidade do Estado no seu conjunto, ou o bem-estar dos cidadãos *uti singuli*, a educação para virtude ou a felicidade. Em uma passagem da *Ética a Nicômaco*, onde Aristóteles introduz o discurso sobre as sociedades parciais, às quais cidadãos dão vida para perseguir vantagens particulares lícitas, dando como exemplo os navegadores que se reúnem para navegar, ou as sociedades religiosas que se reúnem para celebrar ritos, ou as companhias de prazer que se reúnem para banquetear, explica que essas sociedades particulares devem estar subordinadas à sociedade política porque esta não mira a vantagem do momento, mas a vantagem de toda a vida, e é por isso, acrescenta, que "os legisladores chamam de justo aquilo que é vantajoso para a comunidade". Ao contrário, quando alguns cidadãos se reúnem em uma sociedade particular, mas com um fim político, e portanto não-particular, mas geral, nasce a facção, que gera discórdia e através da discórdia produz ou a desagregação da cidade, ou, se sair vitoriosa, um governo que visa ao bem da parte e não do todo.

Na tradição política dos *comuni* italianos e dos nossos escritores políticos da Idade Média ao Renascimento em diante, o ideal do bom governo identifica-se com o governo para o bem comum em oposição ao governo para o bem da parte, a facção, ou de um só, o tirano. No afresco que recebeu o título de *Buongoverno*, pintado por Ambrogio Lorenzetti no Palazzo Pubblico de Siena, a figura central do regente, contornada pelas virtudes cardeiais e sobranceada pelas virtudes teologais, foi interpretada como representação do bem comum, segundo os versos que abaixo dela se lêem: "*Questa senta virtú li dove rege / induce all'unità le animi molti / e questi acciò ricolti / um Ben Comun per lor signor si fanno*" (Esta santa virtude ali onde rege / induz à unidade os muitos ânimos / e estes assim recolhidos um Bem Comum por seu senhos se fazem). Não é por acaso que as duas figuras centrais são aquelas do bom regente, que personifica o bem comum e tem ao seu lado a paz, e aquela da Justiça inspirada, do alto, pela Sabedoria, que traz abaixo de si a Concórdia). O bom governo rege a coisa pública mediante a justiça e através da assegura a concórdia entre os cidadãos e a paz geral. A idéia do bom governo, entendido como o governo para o bem comum,

é e sempre será associada à idéia de que apenas o governo segundo a justiça impede a formação de desigualdades que, desde Aristóteles, eram a principal causa do surgimento das facções, e assegura aquela concórdia, ou unidade do todo, que é a condição necessária para a sobrevivência da comunidade política.

Por oposição, pode-se afirmar que toda a fenomenologia do mau governo, dos gregos em diante, conhece sobretudo duas figuras históricas principais: o tirano e a facção. A imensa literatura política sobre o mau governo pode ser considerada como uma série infinita de variações sobre esses dois temas que, além do mais, estão estreitamente ligados, sendo a discórdia entre as facções o contexto histórico do qual habitualmente nasce o tirano, e sendo o tirano aquele que se ergue acima das facções para restituir à cidade a concórdia, perdida também devido à perda da liberdade mal-exercida. Entre as causas de desagregação do Estado, Hobbes menciona a formação das facções, verdadeiros e próprios Estados dentro do Estado, criadas por demagogos ávidos de poder, os quais, para melhor realizar seu intento, criam um partido no partido, *factio in factione*, unindo-se a poucos companheiros empenhados em maquinações secretas "*ubi ordinare possint quid postea in conventu generali proponendum sit*" (onde possam ordenar aquilo que se deve propor na reunião geral). A desagregação do Estado produzida pelas facções é comparada às filhas de Pélias, rei de Tessália, as quais, para devolver a juventude ao velho pai, sob conselho de Medéia, cortam-no em pedaços e colocam-no para cozinhar, esperando inutilmente que retorne são e salvo: "A multidão em sua ignorância, sonhando renovar as antigas ordens, subjugada pela eloqüência de homens ambiciosos que repetem a magia de Medéia, deixa em pedaços o Estado, destruindo-o no fogo da guerra civil." Escritores políticos não-desprovidos de leituras clássicas, como os autores dos *Federalist Papers* (*O Federalista*), opõem a democracia representativa, ou dos modernos, à democracia direta, ou dos antigos. Escreve Hamilton: "É impossível ler sobre as pequenas repúblicas da Grécia e da Itália sem experimentar sentimentos de horror e desgosto pelas agitações das quais elas eram presa contínua e pelo rápido suceder-se de revoluções que as mantinham em estado de perpétua incerteza entre os estados extremos da tirania e da anarquia." Ma-

dison responde que as facções são um efeito inevitável da participação direta do povo no governo do Estado e assim as define: "por facção entendo um grupo de cidadãos [...] unidos e motivados por um mesmo e comum impulso de paixão ou de interesse em oposição aos direitos dos outros cidadãos e aos interesses permanentes e complexos da comunidade."

Afirmei que o constitucionalismo representa o desfecho natural da idéia do bom governo fundado na supremacia da lei. De modo análogo, apenas com a instituição e o exercício da democracia representativa as divisões se deslocam da aldeia para o parlamento, onde o dissenso é, por assim dizer, constitucionalizado e, portanto, legitimado, e onde nascem os partidos no sentido moderno da palavra – e não mais as facções – enquanto partes que, representando cada qual o seu turno o todo e alternando-se no poder quando a alternativa é possível, constituem o necessário trâmite entre os cidadãos e o Estado, e desse modo permitem a permanência da democracia, ou seja, de um sistema poliárquico em uma sociedade de massa.

"Costumam dizer os homens prudentes, e não é por acaso nem sem mérito, que quem deseje ver aquilo que há de ser, considere aquilo que foi: porque todas as coisas do mundo, em cada tempo, têm seu próprio embate com os antigos tempos. O que nasce porque, sendo elas operadas pelos homens, que têm e tiveram sempre as mesmas paixões, convém por necessidade que lhe suscitem o mesmo efeito." São palavras muito conhecidas de Maquiavel. Por isso Maquiavel lia Lívio, para dele extrair, como escreveu no proêmio, "aquela utilidade pela qual se deve buscar a cognição das histórias". E depois de alguns séculos, pela mesma razão, Gramsci lerá Maquiavel, e nós e os nossos pósteros leremos Gramsci, e Maquiavel e Lívio. Nos seus *Discorsi su Cornelio Tacito, Scipiomalicia*: "[...] E porque é bom falar com os exemplos e a autoridade dos antigos, a fim de que os outros não reputem serem eles nossas invenções." Não, não são nossas invenções. Os termos, é verdade, mudaram. E de fato ninguém mais usa as palavras bom governo e mau governo, e quem ainda as usa parece voltado para o passado, um passado remoto que apenas um compositor de discursos inúteis tem ainda coragem de desenterrar. No entanto, as coisas não mudaram. Mais

uma vez Maquiavel: "É fácil saber, para quem considera as coisas presentes e as antigas, que em todas as cidades e em todos os povos estão aqueles mesmos desejos e aqueles mesmos humores, e que ali sempre estiveram." Não mudaram. Talvez tenham se tornado mais difíceis, ou, como hoje se costuma dizer, complexas. O par bom governo / mau governo foi sendo substituído no século passado pelo par governo mínimo / governo máximo. Para os fautores do governo mínimo (o *mininal state* sobre o qual se voltou a falar com intensidade nos últimos anos), mau governo era o governo que queria governar demais. Se eu precisasse escrever uma história desta idéia, a ela oporia como máxima as palavras com que Thomas Paine inicia a seu *Commom Sense* (1776): "A sociedade é produzida pelas nossas necessidades, e o governo, pela nossa maldade... A primeira protege, o segundo pune." Depois, no nosso século, os papéis se inverteram: bom governo tornou-se cada vez mais o governo máximo, aquele que deve ocupar-se do bem-estar dos seus cidadãos e deve não apenas administrar a justiça mas também subministrá-la, isto é, ter um princípio ou critério de justiça distributiva próprio, com o objetivo de equiparar as fortunas ou ao menos redistribuí-las, e mau governo cada vez mais passou a ser considerado o Estado que deixa fazer e deixar passar, tendo sido denominado – com um termo religioso, como que para acenturar o juízo negativo – "agnóstico".

Nos últimos anos, os termos-chave da teoria do governo mudaram outra vez: não se fala de bom governo e mau governo, tampouco de governo máximo e governo mínimo, mas de governabilidade e ingovernabilidade. O problema entrou com ímpeto nos nossos debates cotidianos, sobretudo desde que surgiu, em 1975, o relatório da Comissão Trilateral, *La crisi della democrazia*, trazendo como subtítulo *Rapporto sulla governabilità delle democrazie* (Relatório sobre a governabilidade das democracias). O problema é conhecido: nas sociedades livres, parte da sociedade civil um número de questões dirigidas ao sistema político muito superior à capacidade que qualquer sistema político tem, mesmo o mais eficiente, de a elas responder. Daí as imagens do sistema sobrecarregado que emperra, da sociedade bloqueada, ou do homenzinho dos *Tempos modernos* que segue aflito a linha de montagem que avança mais veloz que as tenazes,

ficando cada vez mais para trás até perder a luz da razão. Para além da velha antítese entre bom governo e mau governo, revela-se uma nova antítese, talvez ainda mais dramática, entre o governo e não-governo, entre um timoneiro (*un gubernator*) que bem ou mal ainda segura o timão com as próprias mãos, e um timoneiro ao qual faltam, não as boas intenções (aliás, boas intenções ele tem de sobra), mas os instrumentos adequados para continuar a navegação – a bússola, as cartas náuticas – enquanto o mar for de tempestade. Paradoxalmente, o mau governo sempre foi considerado um excesso de poder; hoje, ao contrário, a tendência é considerá-lo uma falta. Não como poder demasiadamente forte que sufoca toda voz de liberdade, suprime todo dissenso, regula do alto todas as coisas – como na Turquia, segundo a expressão sarcástica de Maquiavel, "por um príncipe e todos os outros servos" –, mas, ao contrário, como um poder demasiadamente fraco que já não consegue resolver a miríade de conflitos que laceram a sociedade, e os conflitos multiplicam-se, como dizem hoje alguns estudiosos, governos parciais que impedem o governo central de desempenhar sua própria atividade, de selecionar as questões e de alcançar os fins propostos para cada situação, como se, dia após dia, se tornasse cada vez menos príncipe, e todos os outros, senhores.

Enquanto por mau governo entendeu-se o arrogante exercício do poder, o problema fundamental da filosofia política permaneceu aquele dos limites do poder. Mas, e se o mau governo consistir não mais no abuso do poder, mas sim no seu não-uso? Qual será a tarefa da teoria política? Retornar ao governo mínimo? Mas isto é possível? Insistir no caminho do governo máximo e reforçá-lo? Mas é desejável? Não é, a primeira, a estrada da renúncia ao Estado do bem-estar, que na Itália é mal denominado, quase para denegri-lo, assistencial, ao Estado que assegura a justiça social além da liberdade? Não é a segunda a via que conduz inevitavelmente ao Estado totalitário, e 1984 está próximo?

São essas as duas perguntas fundamentais do nosso tempo. Bem sei que terminar um discurso com perguntas deixa um gosto amargo na boca. Mas continuo acreditando que é preferível fazer perguntas sérias a oferecer respostas frívolas. E, de resto, não é verdade – mais uma pergunta – que um dos

sinais premonitórios da nossa crise é que, não obstante o aumento vertiginoso dos nossos conhecimentos, há ainda demasiadas perguntas às quais não conseguimos oferecer uma resposta? Talvez seja capaz de responder apenas quem – permitam-me retornar as palavras de Max Weber – sentir com paixão, agir com senso de responsabilidade, enfrentar a prova e o desafio de olhar o futuro com sabedoria e prudência.

PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899)*, sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da* Revista*, na Travessa do Ouvidor, n. 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do* Pedagogium*, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.*

Cadeira	Patronos	Fundadores	Membros Efetivos
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Ana Maria Machado
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	José Murilo de Carvalho
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Cícero Sandroni
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Sergio Corrêa da Costa
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Antonio Olinto
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Lêdo Ivo
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Celso Furtado
12	França Júnior	Urbano Duarte	Alfredo Bosi
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Miguel Reale
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Pe. Fernando Bastos de Ávila
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Affonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Antonio Carlos Secchin
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	Ivo Pitanguy
23	José de Alencar	Machado de Assis	Zélia Gattai
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Sábato Magaldi
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinicios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Eduardo Portella
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Oscar Dias Corrêa
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Josué Montello
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Moacyr Scliar
32	Porto-Alegre	Carlos de Laet	Ariano Suassuna
33	Raul Pompéia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	João Ubaldo Ribeiro
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	João de Scantimburgo
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Ivan Junqueira
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Marco Maciel
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Evaristo de Moraes Filho

Composto em Monotype Centaur 12/16 pt; citações, 10.5/16 pt.

AD IMMORTALITATEM
ACADEMIA BRASILEIRA